ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145 – CENTRO TEL.: (94) 3421 - 0033
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ CEP 68540-000
E-MAIL: meioambientecda@hotmail.com site: conceicaodoaraguaia.pa.gov.br

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA

DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO

Conceição do Araguaia – PA
2016

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
PAÇO MUNICIPAL DOM JOSEPH PATRICK HANHAN
TRAV. VEREADORA VIRGOLINA COELHO, Nº 1.145 – CENTRO TEL.: (94) 3421 - 0033
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ CEP 68540-000
E-MAIL: meioambientecda@hotmail.com site: conceicaodoaraguaia.pa.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA -PA

SEMMARH - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

COORDENÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO INTEGRADA DE RESIDUOS SÓLIDOS

Tel. (94) 3421-0033
Email: semmarh.pmsrs@gmail.com

Valter Rodrigues Peixoto
Prefeito Municipal

Zilma Sousa
Vice-Prefeita

Flavio Watanabe
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Lenita Rodrigues Ferreira Watanabe
Coordenadora Geral

Maxwel Lima Santos
Thuanny Paula de Almeida Nascimento Santos
Equipe Técnica

Núcleo Inter setorial de cooperação Técnica – NICT da Funasa – Convenio 001/2016.

Conceição do Araguaia – PA
2016

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Representantes Poder Executivo

Cicero Albuquerque Alencar – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Moises Silva Oliveira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Necília Cristinny de Freitas - Secretaria Municipal de Saúde

Marlene Costa de Oliveira - Secretaria Municipal de Saúde

Diomar Carvalho Sousa – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Antônio Ferreira Lima - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Marcelo de J. Flores Sobrinho - Secretaria Municipal de Assistência Social

Joseilda da Silva - Secretaria Municipal de Assistência Social

Maria Josely Nery Martins – Secretaria Municipal de Educação

Kassya dos Reis Mendes - Secretaria Municipal de Educação

Marliane da Veiga Santos – Secretaria Municipal de Turismo

Emivaldo Soares de Freitas - Secretaria Municipal de Turismo

Representantes da Câmara de Vereadores

Jose Raimundo F. Nunes – Câmara Municipal de Conceição do Araguaia

Joaquim Luiz Nerys G. Santos - Câmara Municipal de Conceição do Araguaia

Representante da concessionária de serviços públicos de fornecimento de água

Wagner do Carmo Silva - Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA

Representantes da Sociedade Civil

Alfredo da Luz da Silva - Empresa de A. Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER

Abdiane de M. Cavalcanti - Empresa de A. Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER

Antônio Siqueira de Sousa – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR

Antônio Martins de Sousa – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR

Anunciato Alves dos S. Neto – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Marlene Souza da Penha - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Aparecida de F. Rangel Silva – Associação Caminho de Emaús

Leidineia M. Pereira - Associação Caminho de Emaús

Crisley dos Santos Alves – Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM

Sonicleide Sinhá Leal - Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM

Edson Santos da Cruz- Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará

Vanda Maria dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará

Elias Tavares Pereira- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará/SINTEPP

Edimar Feitosa Resende - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará/SINTEPP

Erly Vieira de Souza – Igreja Católica – Diocese de Conceição do Araguaia

Francisco Martinho N. da Silva- Conselho de Pastores de Conceição do Araguaia

Filipe cunha Borges - Conselho de Pastores de Conceição do Araguaia

João Diamantino de S. Neto – Associação de Moradores Bairro Alto Verde

Lucas da Silva Diamantino - Associação de Moradores Bairro Alto Verde

José Antônio França Nunes - Secretaria de Estado de Saúde Pública – 12ª Regional

Salvador Correa Bento - Secretaria de Estado de Saúde Pública – 12ª Regional

Ranilson Alves dos Santos- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Conceição do Araguaia

Giselle Batista - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- Campus Conceição do Araguaia

Miriam Alves Marques Cunha- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Conceição do Araguaia- Pará

Renato Ferreira - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Conceição do Araguaia- Pará

Pedro Alves Borges - Associação e União de Moradores da vila Real I e II

Claudeci Alves da Silva - Associação e União de Moradores da vila Real I e II

Perimar Alves Barros – Movimento Economia Solidária de Conceição do Araguaia

Roseane R. Santos – Movimento Economia Solidária de Conceição do Araguaia

Raimunda Helena R. Padovan- Associação de Moradores Bairro Vila Nova

Adelino Lima Carvalho - Associação de Moradores Bairro Vila Nova

Alindomar Sousa da Silva – Conselho Municipal de Saúde

Sueli G. Cerqueira Cassiano - Conselho Municipal de Saúde

Tomás de Aquino Costa Freitas – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Araguaia

Jercíno Francisco Sales – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Araguaia

Representantes do Núcleo Inter setorial de cooperação Técnica – NICT da Funasa – Convenio 001/2016.

EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE NÍVEL SUPERIOR

Lenita Rodrigues Ferreira Watanabe – Pedagoga

Iara Alexanya Guedes Ramos – Engenheira Civil

Maxwel Lima Santos – Gestor Ambiental

Thuanny Paula de Almeida Nascimento Santos – Gestora Ambiental

Jucivaldo Barbosa da Silva – Economista

02 estagiários (as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – IFPA – Gestão Ambiental

EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE NÍVEL MÉDIO

02 estagiários (as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – IFPA –Técnico de Edificações

02 estagiários (as) do Instituto Federal de Educação, Ciência e, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – IFPA –Técnico em Saneamento

COMITÊ EXECUTIVO

Representantes Poder Executivo

Edson dos Santos Barbosa – Secretaria Municipal de Governo

Joel Carlos Costa – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Ana Antonieta de P. Gomes - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Ivanice Cristina da Freitas- Secretaria de Infraestrutura e Obras

Flávio Watanabe – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES

Sharles Peixoto Silva Barbosa **–** Câmara Municipal de Conceição do Araguaia

REPRESENTANTE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

Paulo Afonso Silva Barbosa – Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Talita Borges Machado – Universidade do Estado do Pará – Campus VII

Helierson Gomes - Universidade do Estado do Pará – Campus VII

Artur Soares de Aquino – Associação de Moradores

Nilza Joaquim da Costa- Associação de Moradores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**
ASPECTOS LEGAIS **18**
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA **24**
ASPECTO HISTÓRICO E CULTURAL **24**
Histórico 24
Formação Administrativa 24
Cultura 26
ASPECTO FISICO TERRITORIAL **29**
Localização 29
Limites 30
Solos 31
Vegetação 31
Patrimônio natural 32
Topografia 33
Geografia e relevo 33
Hidrografia 34
Clima 34
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA **34**
ASPECTO POPULACIONAL **35**
Densidade populacional 35
ESTRUTURA URBANA **41**
Plano diretor 41
Energia Elétrica 47
Pavimentação 47
Transporte 48
Habitação 48
SEGURANÇA PUBLICA 51
SAÚDE **52**
Indicadores de saúde **56**
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO **62**
ÍNDICE NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO INFANTIL DE 0 A 2 ANOS **64**
EDUCAÇÃO **68**
Comunicação 79
Assistência Social **80**
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA **92**
DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 94
DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 100
DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 112
DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS 117
DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO (REUNIÕES POPULARES) 118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização simplificada do município de Conceição do Araguaia – PA 23
Quadro 2: Evolução da densidade demográfica no período de 33 anos partindo do ano de 1980 a 2013 no município de Conceição do Araguaia. 35
Quadro 3: Evolução da população por zonas em um período de 30 anos, 1980 a 2010 no município de Conceição do Araguaia. 36
Quadro 4: Evolução etária da população no município de Conceição do Araguaia. 36
Quadro 5: Evolução da população por sexo no período de 30 anos partindo do ano de 1980 a 2010 no município de Conceição do Araguaia. 37
Quadro 6: Evolução da população por sexo no período de 30 anos partindo do ano de 1980 a 2010 no município de Conceição do Araguaia. 37
Quadro 7: Porcentagem de renda por extrato da população no município de Conceição do Araguaia. 38
Quadro 8: Quadro comparativo do PIB por variável de contribuição. 39
Quadro 9: Quadro comparativo dos estabelecimentos de saúde 39
Quadro 10: Quadro comparativo da morbidade hospitalar 39
Quadro 11: Quadro comparativo da situação conjugal. 40
Quadro 12: Quadro comparativo do IDH entre 1991 a 2010 no município de Conceição do Araguaia – PA 40
Quadro 13: Quadro comparativo no ranking nacional de desenvolvimento entre 1991 a 2010 40
Quadro 14: Quadro comparativo no ranking estadual de desenvolvimento entre 1991 a 2010. 40
Quadro 15: evolução do consumo de energia elétrica por estabelecimento em Conceição do Araguaia de 2010 a 2013. 46
Quadro 16: pavimentação e estado de conservação da malha viária conforme apresentado no Plano Diretor do município de Conceição do Araguaia – PA. 47
Quadro 17: Quadro com a especificação e quantidade de veículos existentes em Conceição do Araguaia – PA. 47
Quadro 18: Quadro com os tipos de edificações, quantidade e área construída em Conceição do Araguaia – PA. 48
Quadro 19: Quadro com as áreas territorial e edificação em Conceição do Araguaia – PA. 48
Quadro 20: Quadro com a quantidade de imóveis, área territorial e edificação por bairros em Conceição do Araguaia – PA. 49
Quadro 21: Quadro com o número de veículos que compõem o patrulhamento no Conceição do Araguaia – PA. 50
Quadro 22: Quadro com a localização dos destacamentos policiais e infraestrutura em Conceição do Araguaia – PA. 50
Quadro 23: Quadro com a estrutura física e equipe técnica por unidade de 52

saúde Conceição do Araguaia – PA.
Quadro 24: Quadro com o corpo profissional Centro Regional de Referência da Saúde do Trabalhador – CEREST em Conceição do Araguaia – PA. 53
Quadro 25: Quadro com o corpo profissional que compõem Centro de Atenção Psicossocial – CAPS em Conceição do Araguaia – PA. 54
Quadro 26: Quadro com o quantidade e tipo de estabelecimento de saúde em Conceição do Araguaia – PA. 55
Quadro 27: Quadro com o número de óbitos nos anos de 2014 e 2015em Conceição do Araguaia – PA. 56
Quadro 28: Quadro com a taxa de mortalidade infantil em Conceição do Araguaia – PA. 56
Quadro 29: Quadro com a taxa de longevidade em Conceição do Araguaia – PA. 57
Quadro 30: Quadro com a taxa de fecundidade em Conceição do Araguaia – PA 57
Quadro 31: Quadro com o número de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias por Sexo em Conceição do Araguaia – PA. 58
Quadro 32: Quadro com o número de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias por faixa etária em Conceição do Araguaia – PA. 59
Quadro 33: Quadro com o número de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias por faixa etária em Conceição do Araguaia – PA 59
Quadro 34: Quadro com o número de notificações malária por faixa etária em Conceição do Araguaia – PA. 60
Quadro 35: Quadro com o número notificações por hepatites virais Conceição do Araguaia – PA. 60
Quadro 36: Quadro com o número notificações por dengue Conceição do Araguaia – PA 60
Quadro 36: Quadro com o número notificações por Leishmaniose Tegumentar Conceição do Araguaia – PA 61
Quadro 37: Quadro com o número notificações por Leishmaniose Visceral Conceição do Araguaia – PA 61
Quadro 38: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Altura por Idade 62
Quadro 39: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Peso Idade. 63
Quadro 40: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Altura por Idade. 64
Quadro 41: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Peso por Altura. 66
Quadro 42: Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro – Lei nº 9394/96 67
Quadro 43: Sistema educacional no Município de Conceição do Araguaia-Pará. 68
Quadro 44: Taxa de analfabetismo por grupo de idades 2000/2010, comparação entre a realidade estadual e municipal. 69
Quadro 45: Relação do quantitativo de docentes no Ensino Regular período 70

de 2005 a 2015.
Quadro 46: Relação do número de matriculas do Ensino Regular no período de 2010 a 2015. 72
Quadro 47: Índice de desenvolvimento de educação básica – IDEB da 4ª série e 5ª ano. 73
Quadro 48: Índice de desenvolvimento de educação básica – IDEB da 8ª série e 9ª ano. 73
Quadro 49: Relação do rendimento escolar na Rede Municipal de ensino no Município de conceição do Araguaia –Pará. 74
Quadro 50: Relação da população que frequenta a escola em idade de 0 a 3 anos
Quadro 51: Relação da população que frequenta a escola em idade de 4 a 5 anos. 75
Quadro 52: Relação da população que frequenta a escola em idade de 6 a 14 anos. 76
Quadro 53: Relação da população que frequenta a escola em idade de 6 a 14 anos. 76
Quadro 54: Relação da população com necessidades especiais com idade de 15 a 17 anos que frequentam a escola. 77
Quadro 55: Relação dos meios de comunicação no Município de Conceição do Araguaia-Pará. 78
Quadro 56: Relação do número de famílias cadastradas no Cadastro Único. 86
Quadro 57: Relação do número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. 87
Quadro 58: Caracterização dos Benefícios ofertados. 88
Quadro 59: Relação dos Projetos de Assentamentos no Município de Conceição do Araguaia- Pará. 92
Quadro 60: Quadro com a classificação da periculosidade. 99
Quadro 61: Quadro com a relação de veículos envolvidos na coleta dos resíduos em Conceição do Araguaia. 100
Quadro 62: Quadro com o número de colaboradores envolvidos na limpeza em Conceição do Araguaia. 101
Quadro 63: Quadro com o número de colaboradores envolvidos na limpeza de ruas e espaços públicos em Conceição do Araguaia. 101
Quadro 64: quadro com a divisão dos setores de coleta de resíduos, RH e veículos de coleta em Conceição do Araguaia. 102
Quadro 65: Relação de domicílios e residentes por setor de coleta de resíduos em Conceição do Araguaia. 103
Quadro 66: Relação de veículos e total de resíduos coletados em Conceição do Araguaia – PA 104
Quadro 67: Quadro com as vias e metragem da instalação da primeira etapa de construção do sistema de captação de esgotamento sanitário em Conceição do Araguaia. 113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem do cortejo de Santo Reis em do Conceição do Araguaia – PA. 25

Figura 2: Imagem de torneio de pesca esportiva em do Conceição do Araguaia – PA. 25

Figura 3: Imagem do Teatro municipal de Conceição do Araguaia – PA. 26

Figura 4: Imagem da Praça da Matriz, ao fundo a Igreja Matriz de N. Srª da Conceição de Conceição do Araguaia – PA. 26

Figura 5: Imagem da orla do rio Araguaia, Projeto Beradeiro em Conceição do Araguaia – PA. 27

Figura 6: Imagem da Praça da Bíblia em Conceição do Araguaia – PA. 27

Figura 7: Mapa da localização do município de Conceição do Araguaia - PA. 28

Figura 8: Imagem com a distância entre Conceição do Araguaia e Belém. 29

Figura 9: Imagem dos limites territoriais do município de Conceição do Araguaia – PA. 29

Figura 10: Imagem dos diferentes tipos de solo no município de Conceição do Araguaia – PA. 30

Figura 11: Imagens da vegetação característica, transição entre cerrado e floresta ombrófila no município de Conceição do Araguaia – PA. 30

Figura 12: Imagens da vegetação característica floresta ombrófila no município de Conceição do Araguaia – PA. 31

Figura 13: Imagens do nascer do sol na Praia Verde em de Conceição do Araguaia – PA. 32

Figura 14: Imagens Praia das Gaivotas em de Conceição do Araguaia – PA. 32

Figura 15: Organograma da estrutura administrativa de Conceição do Araguaia – PA. 34

Figura 16: Gráfico 1 mostra a porcentagem da população, com base em indicados sócio econômicos que vivem em condição de pobreza no município de Conceição do Araguaia em contraste com os municípios circunvizinhos, Marabá e a capital, Belém 38

Figura 17: Mapa de Macrozoneamento Urbano, ordenação do territorial do Município de Conceição do Araguaia-Pará. 42

Figura 18: Mapa da Macrozona Urbana e Macrozona Rural, ordenação territorial do Município de Conceição do Araguaia – Pará. 44

Figura 19: Gráfico (2) com o número de nascidos vivos em Conceição do Araguaia – PA entre 2010 a 2015. 44
Figura 19: Organograma da Secretaria de Assistência Social 80
Figura 20: Ilustração do Sistema de Tratamento de Agua utilizado no Município de Conceição d Araguaia –Pará 93
Figura 21: Imagem do ponto de captação de agua da estação de tratamento de agua no município de Conceição do Araguaia- Pará 94
Figura 22: Flutuante com bomba de captação de agua no município de Conceição do Araguaia – Pará. 95
Figura 23: Reservatório de agua no município de Conceição do Araguaia – Pará 96
Figura 24: Flutuante com bomba de captação de agua no município de Conceição do Araguaia – Pará. 97
Figura 25: Imagem aérea dos setores de coleta dos resíduos sólidos em Conceição do Araguaia. 103
Figura 26: Imagem de caminhão compactador de resíduos sólidos em Conceição do Araguaia. 104
Figura 27: Imagem de trator utilizado na coleta de resíduos sólidos em Conceição do Araguaia. 105
Figura 28: Imagem de caminhão caçamba utilizado na coleta de resíduos sólidos em Conceição do Araguaia. 105
Figura 29: Gráfico caracterização dos resíduos sólidos do setor de mobilização Centro município de Conceição do Araguaia. 106
Figura 30: Gráfico caracterização dos resíduos sólidos do setor de mobilização Norte município de Conceição do Araguaia. 107
Figura 31: Gráfico com caracterização dos resíduos sólidos do setor de mobilização Sul município de Conceição do Araguaia. 107
Figura 32: Gráfico comparativo da caracterização dos resíduos sólidos por setores de mobilização em Conceição do Araguaia. 108
Figura 33: Gráfico com a composição geral dos resíduos sólidos gerados em Conceição do Araguaia. 108
Figura 34: Imagem do vazadouro a céu aberto em Conceição do Araguaia. 109
Figura 35: Imagem aérea do vazadouro a céu aberto em Conceição do Araguaia. 110
Figura 36: Imagem aérea do vazadouro a céu aberto sendo transformada em um aterro controlado em Conceição do Araguaia. 110
Figura 37: Imagem do lançamento de resíduos sólidos em uma célula no aterro controlado em Conceição do Araguaia. 111
Figura 38: Imagem de uma fossa comum utilizada para tratamento do esgoto sanitário em Conceição do Araguaia. 112
Figura 39: Imagem aérea da estação tratamento do esgoto sanitário em Conceição do Araguaia. 114
Figura 40: Imagem da estação tratamento do esgoto sanitário em Conceição do Araguaia. 114
Figura 41: Imagem do lançamento estação tratamento do esgoto sanitário a 114

céu aberto em Conceição do Araguaia.
Figura 42: Imagem de bueiro instalado no córrego Emerêncio em Conceição do Araguaia. 116
Figura 43: Imagem de galeria obstruída por resíduos em Conceição do Araguaia. 116
Figura 44: Imagem de boca de lobo na praça dos Buritis em Conceição do Araguaia. 117
Figura 45: Gráfico com a porcentagem da utilização de água no setor Centro de Conceição do Araguaia – PA. 118
Figura 46: Gráfico com a profundidade dos poços no setor Centro de Conceição do Araguaia – PA. 119
Figura 47: Gráfico com a satisfação dos residentes do setor Centro com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA. 1
Figura 48: Gráfico com as principais reclamações dos residentes do setor Centro com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA. 120
Figura 49: Gráfico com a porcentagem do sistema de tratamento de esgoto doméstico no setor centro em Conceição do Araguaia – PA 121
Figura 50: Gráfico com a destinação dos resíduos sólidos no setor centro em Conceição do Araguaia – PA. 122
Figura 51: Gráfico com a frequência de coleta dos resíduos sólidos no setor centro em Conceição do Araguaia – PA. 123
Figura 52: Gráfico com a satisfação com a prestação de serviço de coleta dos resíduos sólidos no setor centro em Conceição do Araguaia – PA. 123
Figura 53: Gráfico com a porcentagem dos domicílios que adotam a separação dos resíduos sólidos setor centro em Conceição do Araguaia – PA 124
Figura 54: Gráfico com a porcentagem da utilização de água no setor sul de Conceição do Araguaia – PA 125
Figura 55: Gráfico com a profundidade dos poços no setor sul de Conceição do Araguaia – PA. 125
Figura 56: Gráfico com a satisfação dos residentes do setor sul com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA. 126
Figura 57: Gráfico com as principais reclamações dos residentes do setor sul com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA. 127
Figura 58: Gráfico com a porcentagem do sistema de tratamento de esgoto doméstico no setor sul em Conceição do Araguaia – PA. 127
Figura 59: Gráfico com a destinação dos resíduos sólidos no setor sul em Conceição do Araguaia – PA. 128
Figura 60: Gráfico com a frequência de coleta dos resíduos sólidos no setor sul em Conceição do Araguaia – PA 129
Figura 61: Gráfico com a satisfação com a prestação de serviço de coleta dos resíduos sólidos no setor sul em Conceição do Araguaia – PA**.** 129

Figura 62: Gráfico com a porcentagem dos domicílios que adotam a separação dos resíduos sólidos setor sul em Conceição do Araguaia – PA 130
Figura 63: Gráfico com a porcentagem da utilização de água no setor norte de Conceição do Araguaia – PA. 131
Figura 64: Gráfico com a profundidade dos poços no setor norte de Conceição do Araguaia – PA. 131
Figura 65: Gráfico com a satisfação dos residentes do setor norte com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA 132
Figura 66: Gráfico com as principais reclamações dos residentes do setor norte com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA. 133
Figura 67: Gráfico com a porcentagem do sistema de tratamento de esgoto doméstico no setor norte em Conceição do Araguaia – PA**.** 133
Figura 68: Gráfico com a destinação dos resíduos sólidos no setor norte em Conceição do Araguaia – PA 134
Figura 69: Gráfico com a frequência de coleta dos resíduos sólidos no setor norte em Conceição do Araguaia – PA .
Figura 70: Gráfico com a satisfação com a prestação de serviço de coleta dos resíduos sólidos no setor norte em Conceição do Araguaia – PA 135
Figura 71: Gráfico com a porcentagem dos domicílios que adotam a separação dos resíduos sólidos setor norte em Conceição do Araguaia – PA. 136

INTRODUÇÃO

A prestação do serviço de saneamento básico no Brasil é resultado de u. conjunto de técnicas de repartição de competências no Estado Federal. Com o advento da Constituição Federal de 1988, fica estabelecido que a competência político-administrativo em matéria de saneamento básico é comum e de cooperação entre os entes da federação, União, Estado, Distrito Federal e Municípios:

Art.23. É competência comum da União, Estado, Distrito Federal e Municípios: (...)

IX- Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

A norma possibilita a ação de quaisquer dos entes estatais visando a colaboração produtiva entre os mesmos.

Com o objetivo de estabelecer a ordem disciplinar da matéria, foi promulgada em 5 de janeiro de 2007 a Lei Federal nº 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico que engloba o eixo de abastecimento de água potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais.

Nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 é atribuído ao titular do serviço público de saneamento a responsabilidade de desenvolver política de saneamento básico, bem como elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico com o horizonte de planejamento para o período de 20 anos, e que deverá abranger o zona urbana e zona rural do município, bem como decidir o responsável pela regulação e fiscalização, definir parâmetros de controle dos serviços executados pelo operador, fixar direitos e deveres dos usuários, estabelecer mecanismos de controle social, promover a universalização ao acesso dos serviços de saneamento básico, definir metas, entre outras ações.

O Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010, fixou as normas para execução das diretrizes do saneamento básico e regulamentou a aplicação da Lei n.º 11.445/2007.

Neste contexto a Lei do Saneamento Básico n° 11.445/07, se tornou um marco regulatório, principalmente porque essa lei se articula com a Política Nacional de

Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010, através do Art. 19 que permite que o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos seja inserido ao Plano de Saneamento Básico Municipal, ambas leis determinam que o titular do serviço deverão formular os planos que visam ordenar os serviços públicos para à melhoria da salubridade ambiental, à proteção dos recursos hídricos e à promoção da saúde pública, de modo que seja preparado por meio de gestão participativa.

ASPECTOS LEGAIS

4. 1. Federal

4. 1. 1. Constituição federal

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, de 1988, devem ser observados os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 200. Estabelece que ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

IV - Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preserva-lo para as presentes e futuras gerações.

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

4. 1. 2. Estatuto das cidades

Em conformidade como a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades:

Art. 2° A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais.

II - Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

4. 1. 3. Política Nacional de Saneamento Básico

O Decreto nº 7.217/2010, artigo 26, parágrafo 4º, exige a existência do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços ou por delegação deste, segundo os preceitos estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, como condição indispensável de acesso, a partir de 2014, aos recursos orçamentários da União ou recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

A Lei nº 11.445/2007, em seus Capítulos II e IV, define a finalidade, o conteúdo e a responsabilidade institucional do titular pela elaboração do PMSB.

Art. 19. § 1º Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço. O plano, que poderá ser específico para cada serviço, abrangerá no mínimo:

I. Diagnóstico da Situação de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II. Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III. Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV. Ações para emergências e contingências

V. mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas

§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual. ”

4. 1. 4. Política Nacional de resíduos sólidos

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, cujo conteúdo mínimo está definido no art. 19 da Lei nº 12.305/2010, este mesmo artigo, em seu § 1º, prevê que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), desde que atendidas as disposições da Lei.

4. 2. Estadual

4. 2. 1. Política Estadual de Saneamento Básico

Lei nº 7.731, de 20 de setembro de 2013, dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.

Art. 1º A Política de Saneamento do Estado do Pará reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela

decorrentes e tem por finalidade disciplinar o planejamento, os investimentos, a prestação dos serviços, a regulação e o controle social dos programas, ações, projetos, obras, atividades e serviços de saneamento básico no Estado do Pará, respeitando as atribuições e competências constitucionais dos entes federados.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza e manejo de resíduos sólidos e de drenagem, e manejo das águas pluviais urbanas: a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações integradas e necessárias ao sistema que atende à população de área específica com abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e controle; b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações integradas e necessárias ao sistema que atende à população de área específica com coleta, tratamento dos esgotos sanitários e disposição final adequados dos efluentes líquidos, sólidos e gasosos, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações integradas e necessárias ao sistema que atende à população de área específica com coleta, transporte, transbordo, triagem para fins de reuso ou reciclagem, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição, capina e poda de árvores e limpeza de logradouros e vias públicas; d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações integradas e necessárias ao sistema que atende a população de área específica como drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

II - Universalização: ampliação progressiva do acesso da população ao saneamento básico para todos os domicílios ocupados;

III - prestação de serviço público de saneamento básico: atividade, acompanhada ou não de execução de obra, com objetivo de promover e disponibilizar aos usuários o acesso a

serviço público de saneamento básico, com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, planejamento e regulação;

IV - Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - Gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

VI - Prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir o atendimento da população de baixa renda e o equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços de saneamento básico.

Art. 3º Constituem-se objetivos da Política Estadual de Saneamento Básico:

I - Contribuir para o desenvolvimento do Estado do Pará, promovendo a redução das desigualdades, a saúde pública, a salubridade ambiental, a geração de emprego e de renda, e a inclusão social nos Municípios do Estado;

II - Priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e à ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas urbanas ocupadas por populações de baixa renda e/ou com indicadores inadequados de saúde pública;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações, com soluções compatíveis com as especificidades locais e características socioculturais;

IV - Assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo Poder Público Estadual do orçamento próprio ou resultado de convênios ou outras operações de crédito segundo critérios de promoção do saneamento básico, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - Incentivar e apoiar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico nos Municípios;

VI - Promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação entre o Estado e os Municípios;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contemplados as especificidades do Estado e dos Municípios;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para a melhoria do saneamento básico;

IX - Minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Art. 19. O Plano Estadual de Saneamento Básico, ou o eventual plano específico, poderá ser elaborado mediante apoio técnico ou financeiro prestado por outros entes da Federação, pelo prestador dos serviços ou por instituições universitárias ou de pesquisa científica, garantida a participação das comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

Art. 20. O processo de elaboração, avaliação e revisão dos planos de saneamento básico deverá prever sua ampla divulgação em conjunto com os estudos que o fundamentarem, bem como o recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública.

4. 3. Municipal

4. 3. 1. Política Municipal de Meio Ambiente

A lei municipal n°1.185/13 que institui a nova Política Municipal de Meio Ambiente de Conceição do Araguaia estado do Pará nos seus respectivos artigos rege que:

Art. 1°. Esta Lei institui a nova política municipal de meio ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população do município de Conceição do Araguaia, estabelecendo suas bases normativas, fins e mecanismos de regulação.

Art. 3°. A política municipal de meio ambiente do município de Conceição do Araguaia. Estado do Pará, respeitadas as competências do estado da união, contempla o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixadas nesta lei, com o objetivo de preservar, proteger defender o meio ambiente natural, recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades locais, em harmonia como desenvolvimento socioeconômico, visando a assegurar a qualidade ambiental propicia a vida.

Parágrafo único. As normas da política municipal de meio ambiente serão obrigatoriamente observadas na definição de qualquer política, programa ou projeto público ou privado no território do município como garantia do direito da coletividade ao meio ambiente sadio, ecologicamente equilibrado e economicamente sustentável.

Art. 5°. IX - Assegurar a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente e ao livre acesso de todos os cidadãos as informações relacionadas ao meio ambiente local;

XI – buscar a efetivação da cidadania, da melhoria das qualidades de vida e de uma consciência ecológica, através de atividades de educação ambiental;

XVII – estabelecer diretrizes especifica para a proteção de mananciais hídricos, por intermédio de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

XXIV – definir medidas de emergência em eventos críticos de poluição e situações de risco diversas;

Art. 6°. III – acompanhar o funcionamento das atividades, produção e serviços de qualquer natureza por intermédio, entre outros, de inspeção, fiscalização e monitoramento.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Quadro 1: Caracterização simplificada do município de Conceição do Araguaia – PA

População estimada 2015[1]	46.395
População 2010	45.557
Área da unidade territorial 2015 (km²)	5.829,482
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	7,81
Código do município	1502707
Gentílico	Araguaiano
Bioma	Cerrado e Amazônia
Instalado	11/01/1939

Fonte: IBGE Cidades (2016)

ASPECTO HISTÓRICO E CULTURAL

Histórico

O povoamento do município de Conceição do Araguaia data dos tempos coloniais, originário do extenso território de Baião. Em 1897, Frei Gil de Vila Nova fundou no território de Baião, um arraial com o nome de Conceição do Araguaia, que passou à freguesia em 14 de abril de 1900. O nome Conceição é uma homenagem à padroeira da localidade original, Nossa Senhora da Conceição. Araguaia é expressão tupi que significa rio do vale dos papagaios.

Formação Administrativa

Freguesia criada com a denominação de Conceição do Araguaia, ex-povoado, em 14/04/1900, subordinado ao município de São João do Araguaia.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Conceição do Araguaia, pela lei estadual nº 1091, de 03/11/1908, desmembrado de São João do Araguaia. Sede na antiga vila de Conceição do Araguaia. Constituído do distrito sede. Instalado em 10/01/1910. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Elevado à condição de cidade, pela lei estadual nº 1905, de 18/10/1920. Pelo decreto estadual nº 6, de 04/11/1930, o município de Conceição do Araguaia foi

extinto, sendo seu território anexado ao município de Belém. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Conceição do Araguaia, pela lei estadual nº 8, de 31/10/1935, desmembrado de Belém. Sede no antigo distrito de Conceição do Araguaia.

Constituído do distrito sede. Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de 5 distritos: Conceição do Araguaia, Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Gameleiras e Santa Teresa do Morro de Areia. Pelo decreto-lei estadual nº 2972, de 31/03/1938, o distrito de Araguaia e Gameleiras, foram anexados ao distrito sede do município de Conceição do Araguaia. Pelo decreto-lei estadual nº 3131, de 31/10/1938, o distrito de Santa Teresa do Morro de Areia foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Santa Maria das Barreiras.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944/1948, o município é constituído de 2 distritos: Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o município é constituído de 2 distritos: Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Pela lei estadual nº 2460, de 29/11/1961, é criado o distrito de São Geraldo do Araguaia e anexado ao município de Conceição do Araguaia. Sob esta mesma lei, é desmembrado do município de Conceição do Araguaia o distrito de Santana do Araguaia, ex-Santa Maria das Barreiras.

Elevado à categoria de município com esta denominação. Em divisão territorial datada de 31/12/1963, o município é constituído de 2 distritos: Conceição do Araguaia e São Geraldo do Araguaia. Pela lei estadual nº 4568, de 04/06/1975, é criado o distrito de Redenção e anexado ao município de Conceição do Araguaia. Em divisão territorial datada de 01/01/1979, o município é constituído de 3 distritos: Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Redenção.

Pela lei 5028, de 13/05/1982, é desmembrado do município de Conceição do Araguaia o distrito de Redenção. Elevado à categoria de município. Sob a mesma lei, é desmembrado do Município de Conceição do Araguaia o distrito de São Geraldo do Araguaia, para formar o novo município de Xinguara. Em divisão territorial datada de

18/08/1988, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Cultura

As manifestações religiosas que se destacam no Município são: Santos Reis, no dia 6 de janeiro; o Divino Espírito Santo, em maio; e Nossa Senhora da Conceição, no período de 28 de novembro a 8 de dezembro. Os elementos da cultura popular local são representados pelo carnaval, boi-bumbá e quadrilhas juninas.

Figura 1: Imagem do cortejo de Santo Reis em do Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

O Município promove alguns festivais, como o do peixe, o de músicas sertanejas e o da canção popular. No artesanato local, predomina a utilização do barro e da madeira, a partir dos quais são fabricados potes, filtros, jarros, barcos, garrafas para café e cinzeiros.

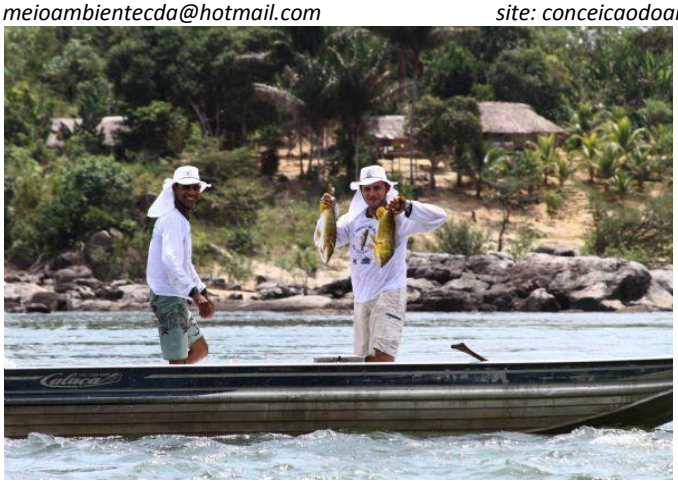


Figura 2: Imagem de torneio de pesca esportiva em do Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Conceição do Araguaia conserva uma Biblioteca Pública e um teatro que são os únicos equipamentos culturais de que o Município dispõe para resguardar e divulgar a cultura local.

Figura 3: Imagem do Teatro municipal de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Como ponto turístico o município possui a Praça Matriz Nossa Senhora da Conceição, Praça da Bíblia, Complexo Beradeiro, Praia das Gaivotas, Praia Verde, Ilha do Bode, Ilha do Pão, Caldeirão entre outros.

Figura 4: Imagem da Praça da Matriz, ao fundo a Igreja Matriz de N. Srª da Conceição de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Figura 5: Imagem da orla do rio Araguaia, Projeto Beradeiro em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Figura 6: Imagem da Praça da Bíblia em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS

Localização

O município de Conceição do Araguaia pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião Conceição do Araguaia. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 08º 16' 06" de latitude Sul e 49º 16' 06" de longitude a Oeste de Greenwich.

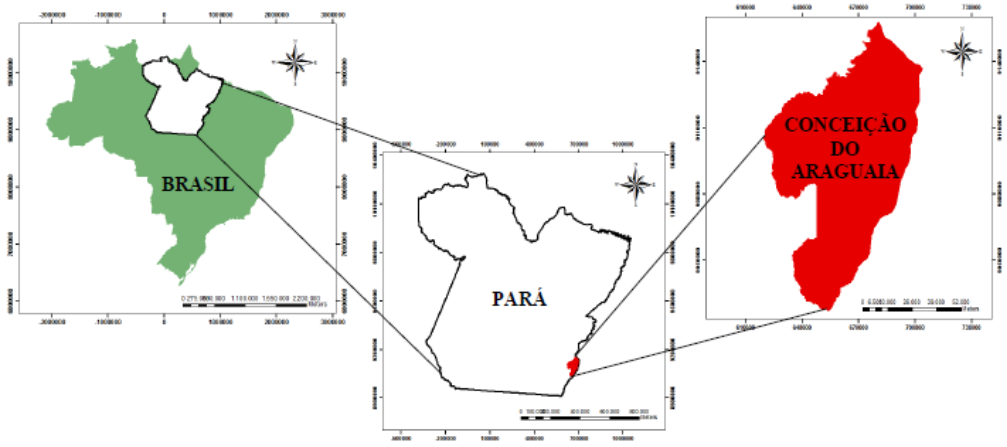


Figura 7: Mapa da localização do município de Conceição do Araguaia - PA.
Fonte: Costa e Lopes, (2013).

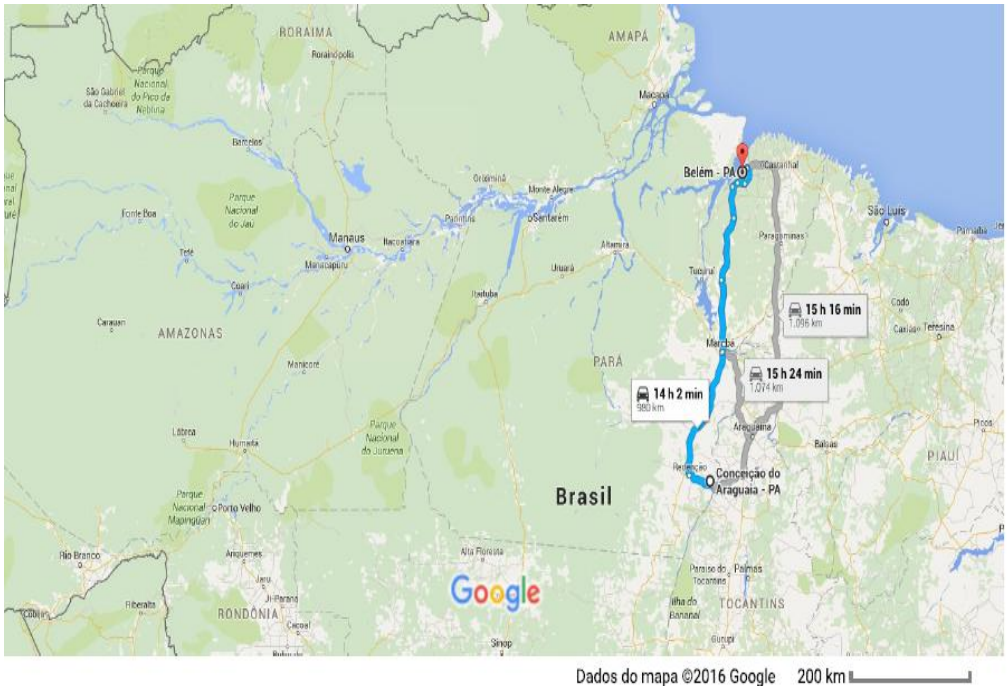


Figura 8: Imagem com a distância entre Conceição do Araguaia e Belém.
Fonte: Imagens do Google

Limites

Ao Norte - Município de Floresta do Araguaia A Leste - Estado do Tocantins Ao Sul - Município de Santa Maria das Barreiras A Oeste - Município de Redenção e Santa Maria das Barreiras.

Figura 9: Imagem dos limites territoriais do município de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Solos

Os solos do Município são representados pelo Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, textura argilosa; Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico, textura média; Concrecionários Lateríticos indiscriminados distróficos; Podzólico Vermelho-Amarelo, textura argilosa; Terra Roxa estruturada eutrófica, textura argilosa; solos Litólicos distróficos e eutróficos, e afloramento rochosos em associações.

Figura 10: Imagem dos diferentes tipos de solo no município de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Vegetação

O grande domínio florestal do Município é o da Floresta Aberta Mista, recobrindo as faixas de contato, com a savana e áreas componentes da sub-região da Superfície do Alto Xingu/Iriri. Ao Norte e ao sul do Município, ocorrem áreas recobertas de savanas dos tipos cerrado, cerradão e parque. Nas áreas onde a floresta foi

removida pela ação de desmatamento, verifica-se a presença de pastagens cultivadas e da Floresta Secundária ou capoeira.

Figura 11: imagens da vegetação característica, transição entre cerrado e floresta ombrófila no município de Conceição do Araguaia – PA. **Fonte:** Araguaia Níquel

Figura 12: imagens da vegetação característica floresta ombrófila no município de Conceição do Araguaia – PA. **Fonte:** Araguaia Níquel

Patrimônio natural

A alteração da cobertura vegetal, observada nas imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986, estava em 21,99%. Deve-se observar que o desmatamento no sul do Pará, nos últimos três anos e de acordo com projeções, foi e continuará sendo preocupante. O principal acidente geográfico é o rio Araguaia com suas praias de grande beleza

cênica, como a Praia da Gaivota, localizada no perímetro urbano. Balneário com infraestrutura completa, ela é o centro de toda a badalação esportiva e musical que ocorre nos meses de julho e agosto. Outra praia concorrida nesta época é a do Caldeirão, que fica bem perto da cidade e tem acesso rodoviário.

A Praia do Cearense, onde se chega de barco, tem barracas de comidas e bebidas. Por isso mesmo é um convite irresistível a quem, devidamente equipado, gosta de acampar.

Quinze minutos de barco adiante, descortina-se um dos mais belos lugares de Conceição do Araguaia, a Praia da Alta. De areias finas e claras, quase deserta, tem o silêncio tão sonhado por quem quer se livrar do estresse da vida urbana. Em frente à Praia da Alta, fica a Ilha do Bode, um excelente local para acampar e passar os dias sob o brilho intenso do sol e as noites sob o clarão do luar do Araguaia.

Figura 13: imagens do nascer do sol na Praia Verde em de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Imagens do Google

Figura 14: imagens Praia das Gaivotas em de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Santos e Almeida, (2016)

Topografia

O município possui uma significativa variação altimetria que vai de 140 m a 540 m, com suas altitudes mais elevadas localizadas ao sul do Município, com a sede municipal apresentando cota de, aproximadamente, 140 m (Pará, 2014).

Geologia e relevo

A estrutura geológica do Município está representada, em sua totalidade, pelas rochas Pré-Cambrianas do Grupo Tocantins, de natureza metassedimentar (filitos, xistos, quartzitos, gnaisse, etc), associadas com rochas ultrabásicas (serpentinitos) e com menor contribuição de rochas vulcânicas de composição ácida à intermediária (riolitos, riodacitos).

As formas de relevo, refletindo a simplicidade da sua estrutura rochosa, são caracterizadas pelas superfícies pediplanadas, com eventuais cristas e rebordos erosivos, inseridos na unidade morfoestrutural denominada de Depressão Periférica do Sul do Pará.

Hidrografia

A hidrografia do Município é representada, principalmente, pelo rio Araguaia, seu limite natural com o Estado do Tocantins, e pelos seus tributários da margem esquerda localizados dentro do Município: o Salobro e o Araguaia, este com seu afluente Ribeirão Pereira faz limite, a oeste, com o município de Redenção.

Conceição do Araguaia limita, ao Sul, o rio Gameleira ou Chicão é o limite natural com o município de Santa Maria das Barreiras.

Clima

O clima do Município insere-se na categoria de equatorial super-úmido, tipo Am da classificação Köppen, no limite de transição para o Aw; possui temperatura média anual de 26,3º C, apresentando a média máxima em torno de 32,0º C e mínima de 22,7º A umidade relativa é elevada, com oscilações entre a estação mais chuvosa e mais seca, que vai de 90% a 52%, sendo a média real de 71%. O período chuvoso ocorre, notadamente, de novembro a maio e o mais seco, de junho a outubro, estando o índice pluviométrico anual em torno de 2.000mm (Pará, 2014).

Estrutura administrativa

A administração pública do município de Conceição do Araguaia está estruturada de acordo com a Lei Municipal nº 657/1997 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da prefeitura municipal. As repartições criadas pela Lei devem funcionar perfeitamente articuladas em regime de mutua colaboração.

As Atividades relativas à manutenção de limpeza pública, das praças dos jardins foi de responsabilidade da Secretária Municipal de Infraestrutura e Obras, atualmente compete a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos realizar o serviço de limpeza urbana, varrição, coleta dos resíduos sólidos domiciliares, e operação do aterro controlado. Os serviços de abastecimento de água são de responsabilidade de uma empresa estatal Companhia de Saneamento do Pará-COSAMPA e os serviços de drenagem urbana e esgotamento sanitário não possuem secretaria especifica. O organograma da estrutura administrativa esta esquematizado na figura abaixo.

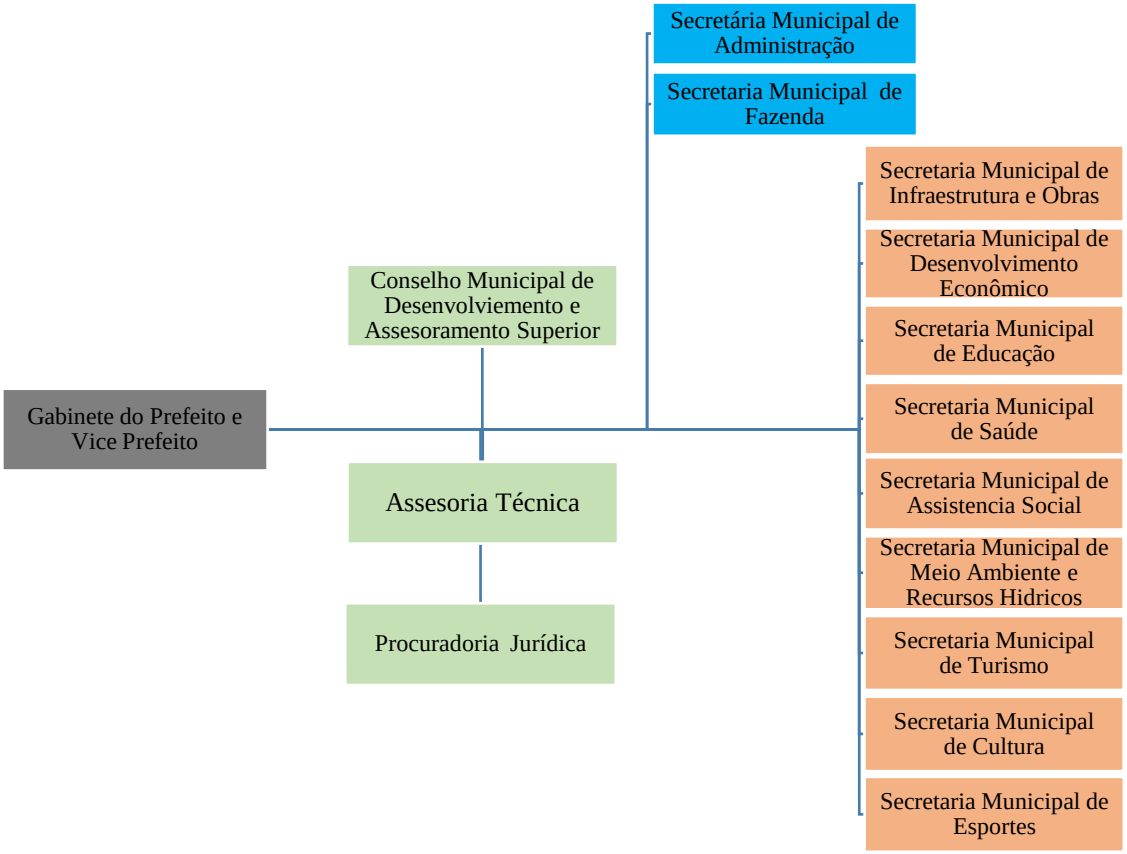


Figura 15: Organograma da estrutura administrativa de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: Prefeitura Municipal, (2016)

ASPECTO POPULACIONAL

DENSIDADE DEMOGRAFICA

A densidade demográfica consiste na medida dada entre o número de habitantes por quilômetro quadrado: hab/km². Nesse sentido, basta uma simples razão entre dados oficiais de área e população de um determinado território para conhecer os valores da densidade demográfica de qualquer localidade.

O quadro **2** descreve a evolução da densidade demográfica do município de Conceição do Araguaia no período de 33 anos partindo do ano de 1980 a 2013.

Quadro 2: Evolução da densidade demográfica no período de 33 anos partindo do ano de 1980 a 2013 no município de Conceição do Araguaia.

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
1980	111.551	28.572,00	3,90
1991	54.900	9.298,96	5,90
1996	45.008	5.853,90	7,69
1997[1]	45.641	5.853,90	7,80
1998[1]	46.174	5.853,90	7,89
1999[1]	46.709	5.853,90	7,98
2000	43.386	5,829,40	7,41
2001[1]	43.626	5.829,40	7,48
2002[1]	43.668	5.829,40	7,49
2003[1]	43.798	5.829,40	7,51
2004[1]	44.095	5.829,40	7,56
2005[1]	44.224	5.829,40	7,59
2006[1]	44.375	5.829,40	7,61
2007	45.267	5.289,40	7,77
2008[1]	46.267	5.289,40	7,77
2009[1]	47.237	5.829,40	8,10
2010	45.557	5,829,40	8,10
2011[1]	45.724	5,829,50	7,84
2012[1]	45.885	5,829,50	7,87
2013[1]	46.206	5.829,50	7,93

Fonte: IDESP

O quadro 3 mostra a evolução da população do município de Conceição do Araguaia subdividida em população urbana e população rural em um período de 30 anos, de 1980 a 2010. Os dados mostram uma redução significativa no número de indivíduos tanto da zona rural quanto urbana, este fato ocorreu devido a divisão do município. A partir do ano de 1991 nota se uma diminuição do número de habitantes da zona rural e um crescente na população urbana, fenômeno ocorrido em todo território nacional, êxodo rural.

Quadro 3: Evolução da população por zonas em um período de 30 anos, 1980 a 2010 no município de Conceição do Araguaia.

Anos	Urbana	Rural
1980	33.032	78.519
1991	29.851	25.049
1996	23.652	21.356
2000	29.370	14.016
2007	31.104	14.163
2010	32.464	13.093

Fonte: IBGE Cidades (2016)

Devido as melhorias no sistema de saúde pública, e acessibilidade da população a estes programas, bem como a outros fatores econômicos sociais a expectativa de vida da população brasileira vem crescendo a cada ano. Os dados do quadro 4 confirmam este panorama no município de Conceição do Araguaia com aumento em 50,5% da população acima dos 70 anos do ano de 1991 a 2010.

Quadro 4: Evolução etária da população no município de Conceição do Araguaia.

Faixa Etária	1991	2000	2007	2010
Menor de 01 ano	1.298	990	809	762
01 anos a 04 anos	5.510	4.293	3.576	3.268
05 anos a 09 anos	7.827	5.142	4.983	4.567
10 anos a 14 anos	8.124	5.005	5.220	5.119
15 anos a 29 anos	15.688	12.577	12.227	12.023
30 anos a 49 anos	10.908	9.540	10.763	11.731
50 anos a 69 ano	4.392	4.617	5.753	6.200
70 anos e mais	953	1.222	1.545	1.887

Fonte: IDESP, (2016)

Quadro 5: Evolução da população por sexo no período de 30 anos partindo do ano de 1980 a 2010 no município de Conceição do Araguaia.

Anos	Masculino	Feminino
1980	58.706	52.845
1991	27.931	26.969
1996	23.447	21.561
2000	22.246	21.140
2007[1]	23.070	21.808
2010	23.309	22.248

Fonte: IDESP, (2016)

Descrição dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade

Para que sejam tomadas medidas capazes de alavancar o nível de desenvolvimento dos diferentes territórios do cenário nacional, é necessária a obtenção de informações que permitam identificar quais são os principais problemas que as populações estão enfrentando nos distintos lugares em que vivem. Por esse motivo, é de fundamental importância, além das análises de conjuntura, a geração de dados que possam atuar como indicadores socioeconômicos, aqueles que apontam as características básicas do desenvolvimento das sociedades.

Dentre os principais indicadores socioeconômicos, podemos destacar: o PIB, a renda per capita, o IDH, o Coeficiente de Gini, o nível de desemprego e a oferta de serviços públicos à população. O quadro 6 ilustra de maneira comparativa entre as variáveis de receita e despesas a nível municipal, estadual e nacional.

Quadro 6: Evolução da população por sexo no período de 30 anos partindo do ano de 1980 a 2010 no município de Conceição do Araguaia.

Variável	Conceição do Araguaia	Pará	Brasil
Receitas	68.651	11.962.251	461.146.647
Despesas	66.312	10.595.406	412.501.044

Fonte: IDESP, (2016)

Segundo Abep, (2016) uma pessoa no brasil, para ser considerada pobre deve se obter ganhos mensais per capita de até 162,00 e renda média familiar de 1.113,00.

O gráfico 1 mostra a porcentagem da população, com base em indicados sócio econômicos vivem em condição de pobreza no município de Conceição do Araguaia em contraste com os municípios circunvizinhos, Marabá e a capital, Belém.

O município de Conceição do Araguaia, segundo IBGE, (2010) 46,63% da população vive em condição de pobreza, quase 21.000 pessoas.

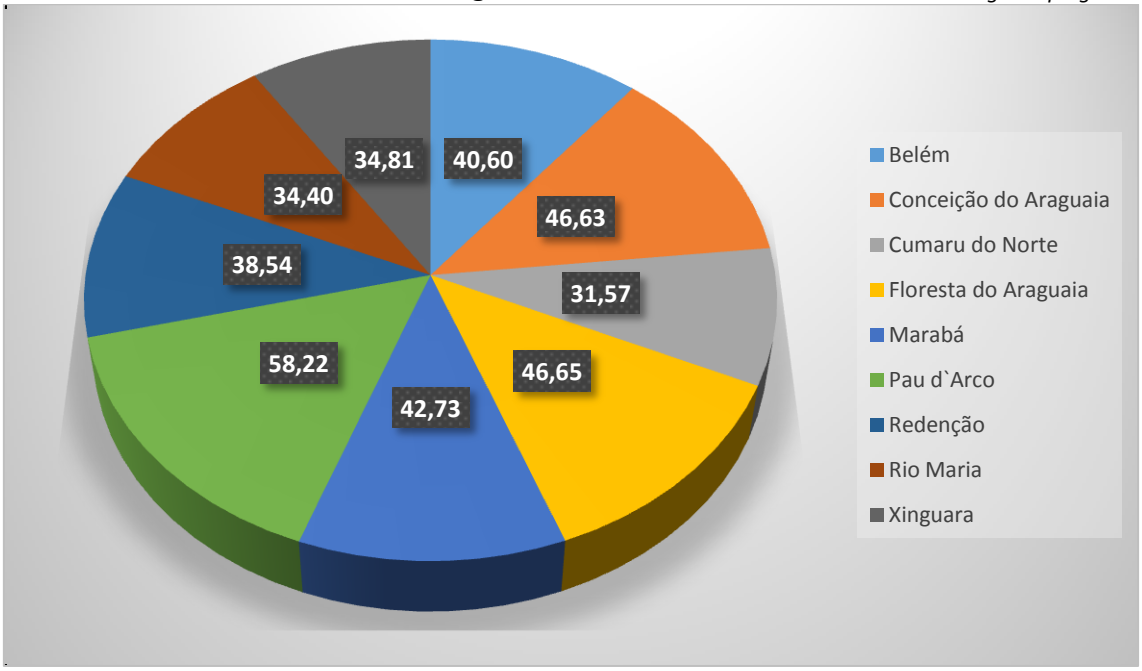


Figura 16: Gráfico 1 mostra a porcentagem da população, com base em indicados sócio econômicos que vivem em condição de pobreza no município de Conceição do Araguaia em contraste com os municípios circunvizinhos, Marabá e a capital, Belém
Fonte: IBGE Cidades (2016)

Segundo IBGE, (2010) a população urbana segue obtendo melhor remuneração mensal que a população rural. A renda média da população urbana no município de Conceição do Araguaia é de 302,97 quanto a população que vive na zona rural a média baixa para 145,50 como mostra a quadro 7.

Quadro 7: Porcentagem de renda por extrato da população no município de Conceição do Araguaia.

Total	**252,09**
Urbana	302,97
Rural	145,50

Fonte: IBGE, (2010)

E representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região.

Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários. Na ótica da despesa, o valor do PIB é

calculado a partir das despesas efetuadas pelos diversos agentes econômicos em bens e serviços para utilização final, e corresponderá à despesa interna, que inclui a despesa das famílias e do Estado em bens de consumo e a despesa das empresas em investimentos. Na ótica da oferta, o valor do PIB é calculado a partir do valor gerado em cada uma das empresas que operam na economia. Já na ótica do rendimento, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos distribuídos pelas empresas, ou seja, a soma dos rendimentos do fator trabalho com os rendimentos de outros fatores produtivos.

O quadro 8 descreve de maneira comparativa o PIB Produto interno Bruto nas esferas municipal, estadual e federal, bem como a contribuição dos principais setores econômicos que contribui para o cálculo.

Quadro 8: Quadro comparativo do PIB por variável de contribuição.

Variável	Conceição do Araguaia	Pará	Brasil
Agropecuária	72.013	3.157.179	105.163.000
Indústria	59.603	11.695.676	539.315.998
Serviços	164.459	20.439.321	1.197.774.001
Total	296.075	35.292.176	1.842.252.999

Fonte: IBGE, (2010)

Quadro 9: Quadro comparativo dos estabelecimentos de saúde

Variável	Conceição do Araguaia	Pará	Brasil
Federais	1	71	950
Estaduais	1	54	1.318
Municipais	15	1.932	49.753
Privados	6	685	42.049

Fonte: IBGE, (2010)

Quadro 10: Quadro comparativo da morbidade hospitalar

Variável	Conceição do Araguaia	Pará	Brasil
Homens	30	6.009	242.238
Mulheres	28	4.365	205.787

Fonte: IBGE, (2010)

Quadro 11: Quadro comparativo da situação conjugal.

Variável	Conceição do Araguaia	Pará	Brasil
Casamentos	294	32.411	1.106.440
Separações	55	6.498	262.332
Divórcios	34	2.157	78.849

Fonte: IBGE, (2010)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Quadro 12: Quadro comparativo do IDH entre 1991 a 2010 no município de Conceição do Araguaia – PA.

Ano	Valor
2010	0,640
2000	0,512
1991	0,371

Fonte: IBGE, (2010)

Quadro 13: Quadro comparativo no ranking nacional de desenvolvimento entre 1991 a 2010

Ano	Posição
2010	3.291º
2000	3.079º
1991	2.961º

Fonte: IBGE, (2010)

Quadro 14: Quadro comparativo no ranking estadual de desenvolvimento entre 1991 a 2010

Ano	Posição
2010	22º
2000	20º
1991	26º

Fonte: IBGE, (2010)

ESTRUTURA URBANA

Plano diretor

O Plano Diretor aparece no texto da Constituição Federal de 1988 como exigência legal, e em seu artigo 174, apresenta o Poder Público, como agente normativo e regulador da atividade econômica, que deverá exercer na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, em seu Capitulo II, concede ao município a competência de elaborar o Plano Diretor. Logo o Plano Diretor pode ser definido como instrumento básico de um processo de planejamento municipal para implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados (ABNT, 1991).

O Estatuto da Cidade Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, em seu art. 40 define Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo obrigatório sua elaboração para municípios com população acima de 20.000 habitantes. Neste sentido o Plano Diretor é parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a elaboração de hipóteses realistas sobre opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O Plano Diretor será instrumento para definição de uma estratégia para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto das agentes envolvidos na construção da cidade (Brasil, 2001).

O Plano Diretor Municipal de Conceição do Araguaia foi instituído pela Lei nº 016, de 10 de outubro de 2006. Em seu Capitulo I, é apresentado a Divisão Territorial, o artigo 25 trata do Macrozoneamento, que fixa regras fundamentais de ordenamento do território, estabelece a distinção básica entre os usos urbanos e rurais tendo como referência ás características dos ambientes natural e construído, conforme indica a Figura 17. Em seu artigo 26 é estabelecido a Macrozona Urbana que corresponde a porção urbanizada do território, e a Macrozona Rural correspondendo a porção restante do território municipal.

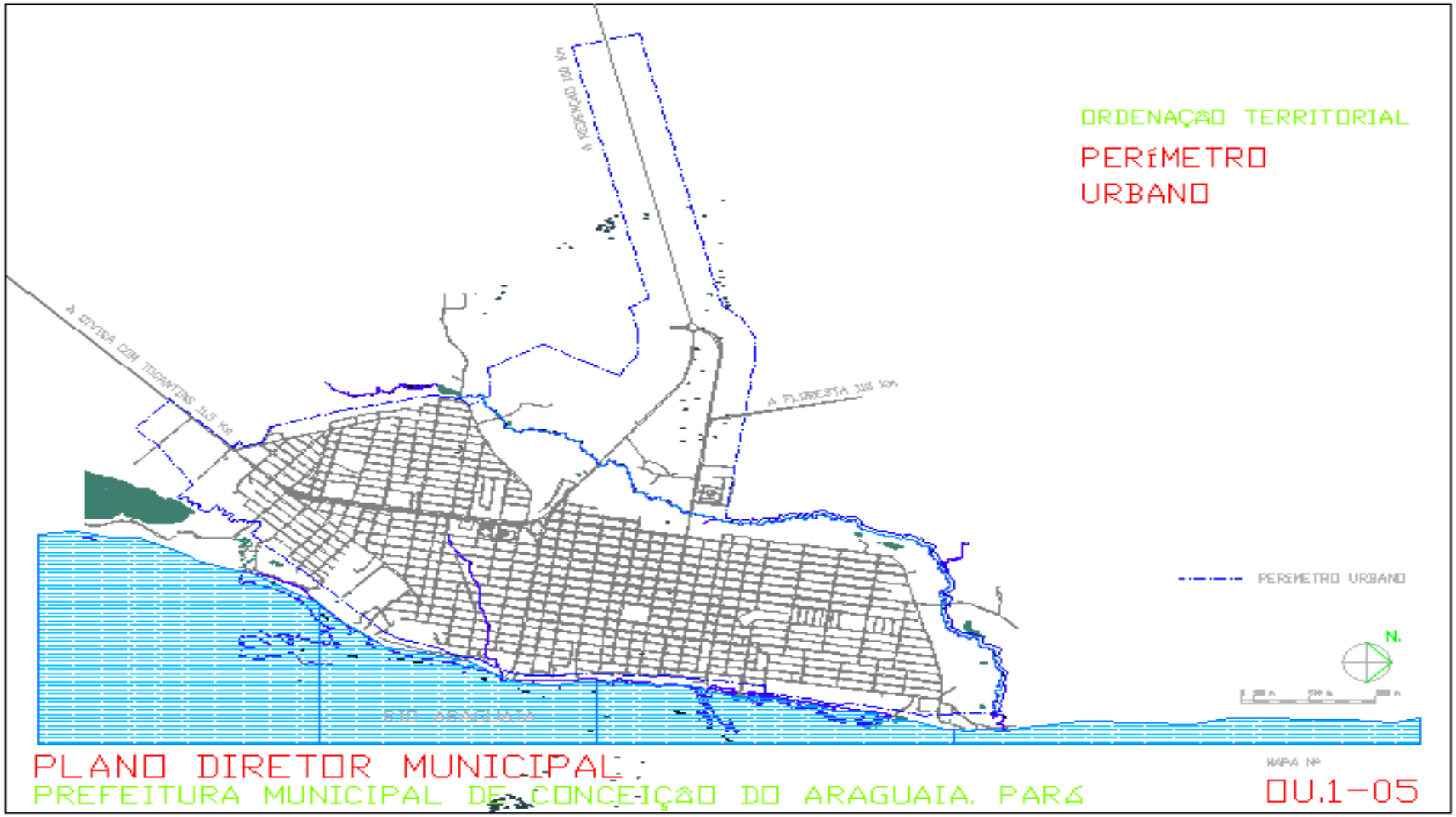


Figura 17: Mapa do Macrozoneamento Urbano, ordenação do territorial do Município de Conceição do Araguaia-Pará .

O Zoneamento do município é contemplado no Capítulo II do Plano Diretor, logo o artigo 31 menciona que a Macrozona Urbana apresenta diferentes graus de consolidação e infraestrutura básica instalada, e destina-se a concentrar o adensamento urbano. Conseguinte o artigo 32 dispõe sobre as subdivisões da Macrozona Urbana sendo elas:

A. Zonas consolidadas, cujas condições de ordenação estão contidas neste Plano Diretor, sendo estas:

1. **Zona Recinto Antigo:** corresponde ao núcleo primitivo da cidade com umas características tipológicas e de planta diferenciadas;
2. **Zona Centro:** corresponde ao tecido urbano mais consolidado com melhores níveis de equipamento e infraestruturas;
3. **Zona de Estruturação:** corresponde com as áreas de ampliação e periféricas. Os níveis de equipamento e infraestruturas nesta zona são deficitários;
4. **Zona Chácaras:** corresponde com áreas periféricas, caracterizadas por um loteamento irregular e de grandes dimensões.

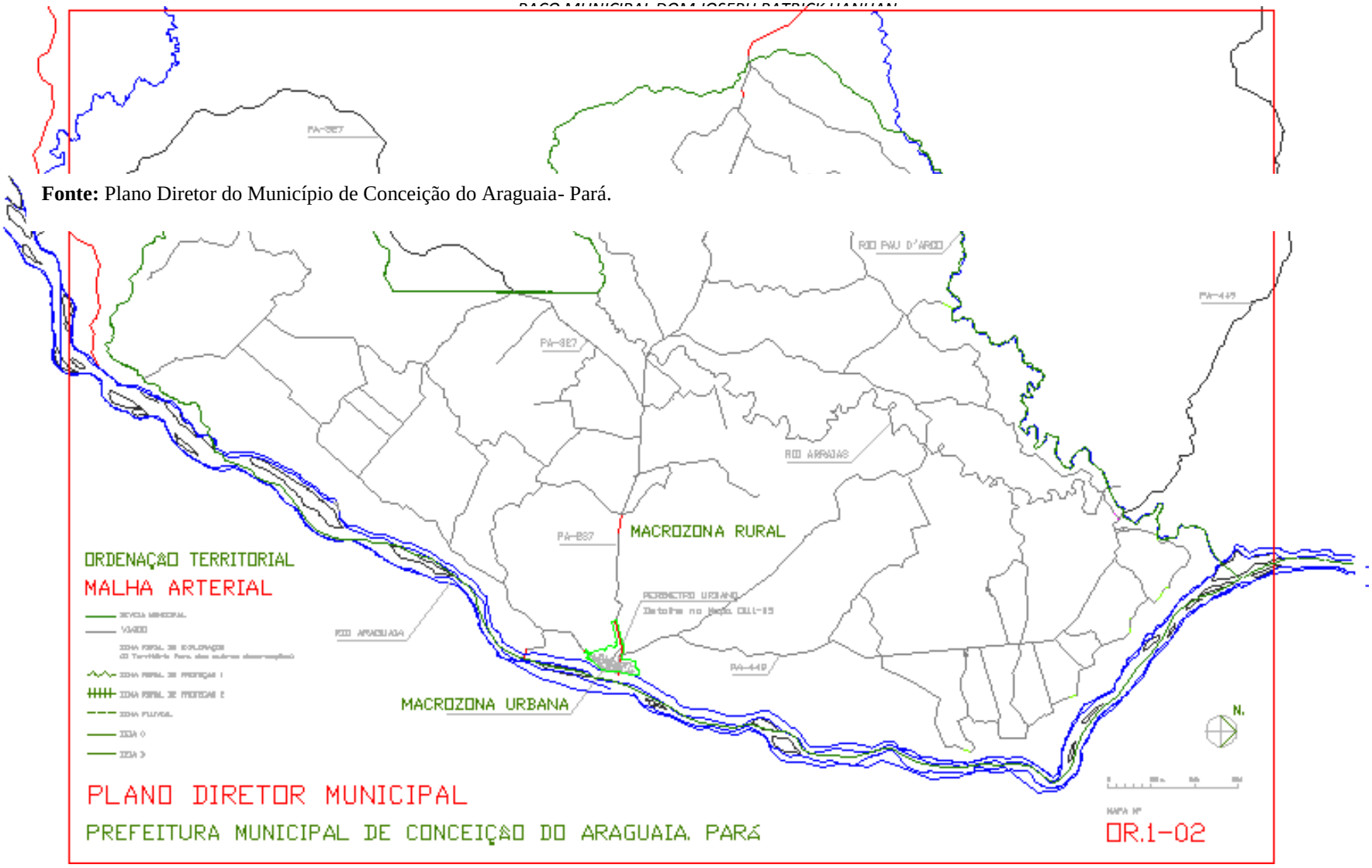
B. Zonas de Expansão, cujas condições de ordenação deverão determinar-se pelo meio de planos de desenvolvimento, aprovados por lei municipal, respeitados os parâmetros globais (Coeficiente de Aproveitamento) contidos nesta lei, sendo estas:

5. **Zona de Expansão Residencial:** zona proposta para futura ocupação residencial;
6. **Zona de Expansão Industrial:** zona proposta para futura ocupação industrial;
7. **Zona de Expansão Turística:** zona proposta para futura ocupação turística.

Em se tratando da Macro Zona Rural o artigo 33 refere que a mesma é composta, predominantemente por unidades de conservação e por áreas com restrição de ocupação, destinando-se à preservação e recuperação ambiental bem como ao desenvolvimento econômico sustentável e compatível, deste modo o artigo 34 apresenta a subdivisão da Macrozona Rural que está organizada da seguinte maneira:

1. **Zona Rural de Exploração:** se corresponde com as áreas destinadas à produção agropecuária;
2. **Zona Rural de Proteção 1:** se corresponde com os espaços naturais de caráter morfológico: serras;

3. **Zona Rural de Proteção 2:** se corresponde com os espaços naturais de caráter ambiental: Reservas;
4. **Zona Fluvial:** se corresponde com o sistema fluvial do rio Araguaia, incluindo as ilhas e uma faixa de 1000m (mil metros) desde a cota máxima de enchente.



Fonte: Plano Diretor do Município de Conceição do Araguaia- Pará.

Figura 18: Mapa da Macrozona Urbana e Macrozona Rural, ordenação territorial do Município de Conceição do Araguaia – Pará.

Pano Diretor estabelece ainda no artigo 36 as Zonas Especial que compreendem áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, e classificam-se em: Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS e Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA.

As ZEIS são definidas no artigo 38 como porções do território destinadas prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção de Habitação de Interesse Social (HIS). E estão subdivididas em:

I. **ZEIS A** – áreas, geralmente nas bordas, ocupadas irregular e desordenadamente por assentamentos de população de baixa renda na Macrozona Urbana; devendo o Poder Público promover nelas a integração no tecido urbano, a regularização fundiária e urbanística e dos usos, completando as infraestruturas básicas e equipamentos públicos, inclusive de recreação e lazer, e comércio e serviços de caráter local;

II. **ZEIS B** - núcleos residenciais de baixa renda, existentes ou propostos, localizados na Macrozona Rural, devendo o Poder Público promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental, com implantação de infraestruturas básicas, equipamentos públicos e comércio e serviços de caráter local.

No que se refere as Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA, o artigo 39 traz sua conceituação como sendo áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente. As ZEIA se subdividem em:

I. **ZEIA A** – áreas que formam a faixa da borda do rio Araguaia, situadas na Macrozona Urbana, cujas funções são proteger e melhorar as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população;

II. **ZEIA B** – áreas afetadas por nascentes, o curso dos córregos São Luiz e Emerêncio, situados na Macrozona Urbana, com o objetivo de proteger as características ambientais existentes;

III. **ZEIA C** – áreas públicas ou privadas, que constituem o sistema lacustre da reserva de "Bradesco" destinadas a manter o equilíbrio do ecossistema atual;

IV. **ZEIA D** – áreas públicas ou privadas, com vegetação significativa e preservada, situadas na Macrozona Rural, com o objetivo de propiciar o equilíbrio ambiental;

Quanto ao uso e ocupação do solo, o Plano Diretor do Município de Conceição do Araguaia classifica os usos no artigo 41 como:

I. residencial;
II. não-residencial;
III. misto.

Energia Elétrica

A distribuição de energia elétrica no município de Conceição do Araguaia é ofertada pelas Rede Celpa - Centrais Elétricas do Pará. A classe residencial apresenta o maior índice de consumidores totalizando 10.863 consumidores no ano de 2013.

A relação das classes de consumidores e o respectivo consumo de energia são apresentação no quadro 15.

Quadro 15: evolução do consumo de energia elétrica por estabelecimento em Conceição do Araguaia de 2010 a 2013.

Ano	Classe	Consumidores	Consumo
2010	**Residencial**	9.245	14.480.854
	Comercial	1.039	5.960.908
	Industrial	28	6.651.975
	Outros	1.881	9.819.471
2011	**Residencial**	9.672	14.731.052
	Comercial	1.012	5.961.995
	Industrial	29	5.178.809
	Outros	1.984	9.796.261
2012	**Residencial**	10.563	14.704.912
	Comercial	1.060	5.872.047
	Industrial	30	4.465.284
	Outros	2.057	9.731.989
2013	**Residencial**	10.863	16.114.639
	Comercial	1.082	6.451.846
	Industrial	32	4.641.439
	Outros	2.008	10.569.439

Fonte: Celpa, (2013)

Pavimentação

Os dados a respeito das características de pavimentação e estado da malha viária conforme apresentado no Plano Diretor do município elaborado no ano de 2006 apresentam os seguintes resultados conforme quadro16.

Quadro 16: pavimentação e estado de conservação da malha viária conforme apresentado no Plano Diretor do município de Conceição do Araguaia – PA.

AVENIDAS E RUAS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA			
		KM	**%**
01	Avenidas	33,330	23,83
02	Ruas	106,520	76,17
Total ----------		**139,850**	**100,00**
		KM	**%**
04a	Avenidas pavimentadas	17,85	12,76
04b	Ruas pavimentadas	22,28	15,93
05	Sem pavimentação (com meio fio)	5,76	4,12
06	Sem pavimentação	93,96	67,19
Total ----------		**139,85**	**100,00**
		KM	**%**
07	Total de ruas e avenidas em mal estado	45,40	32,46

Fonte: Plano Diretor do Município de Conceição do Araguaia -PA 2006

Transporte

Quadro 17: Quadro com a especificação e quantidade de veículos existentes em Conceição do Araguaia – PA.

TRANSPORTE	
Variável	**Quantidade**
Automóvel	2.714
Caminhão	416
Caminhão trator	30
Caminhonete	1.126
Camioneta	111
Micro-Ônibus	47
Motocicleta	8.015
Motoneta	2.509
Ônibus	88
Trator de rodas	0

Utilitário	31
Outros	277
TOTAL	**15.364**

Fonte: IBGE, (2010)

Habitação

O termo habitação pode ser entendido com espaço construído destinado a moradia. Pode ser unifamiliar, quando se destina a uma única família, sendo comumente chamado casa, ou multifamiliar, quando se destina a mais de um domicílio, como, por exemplo, o edifício de apartamentos.

Quadro 18: Quadro com os tipos de edificações, quantidade e área construída em Conceição do Araguaia – PA.

TIPO DE EDIFICAÇÕES				
Variável	**Quantidade**	**A.E**	**A.T**	**Testada**
Casa/comercio	8	1.341,31	5.310,00	144,00
Escola	3	2.053,68	25.214,50	243,60
Sala	3	1.178,16	4.560,00	112,00
Publico	2	1.691,00	573,00	20,00
Religioso	21	4.935,89	14.663,00	381,00
Comercio	3	780,00	1.650,00	55,00
Casa	10.539	1.138.649,90	4.430.943,18	186.614,70
C Precária	5	475,57	1.416,00	56,00
Apartamento	7	2.586,80	8.036,00	220,00
Loja	133	33.574,35	46.659,03	2.503,40
Galpão	123	35.004,79	164.387,04	3.007,00
Telheiro	16	7.176,01	30.597,75	642,80
Fabrica	18	6.207,73	21.473,00	494,00
Especial	153	73.686,18	348.899,32	12.063,90
I não edificados	7.108	0,00	3.681.405,41	92.117,88
Total	**18.142**	**1.309.341,37**	**8.785.787,23**	**298.675,28**

Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia-Pará (2016)

Quadro 19: Quadro com as áreas territorial e edificação em Conceição do Araguaia – PA.

TIPO DE IMÓVEL				
Variável	**Quantidade**	**A.E**	**A.T**	**Testada**
Territorial	7112	0,00	3.685.921,42	92.199,88
Edificado	11036	1.310.581,78	5.104.080,82	206.534,40
Total	**18148**	**1.310.581,78**	**8.790.002,24**	**298.701,28**

Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia-Pará (2016)

Quadro 20: Quadro com a quantidade de imóveis, área territorial e edificação por bairros em Conceição do Araguaia – PA.

IMÓVEIS POR BAIRRO				
Variável	**Quantidade**	**A.E**	**A.T**	**Testada**
Novo Araguaia	670	137.702,29	274.304,98	9.997,30
Capelinha	508	58.176,14	189.971,71	5.948,25
Olaria Norte	66	5.851,65	212,661,02	2.311,04
Setor Universitário	1297	83.304,85	710.815,00	21.700,06
Canudinho	341	40.540,84	141.504,01	4.651,20
Centro	2356	359.997,17	870.829,73	46.464,67
Emerêncio	1145	112.265,81	701.060,49	17.584,90
Jardim Petrópolis	311	2.127,35	423.641,00	6.056,36
Vila Cruzeiro	1176	78.363,60	1.121.965,49	18.229,11
Vila Amizade	633	41.777,65	312.683,50	8.750,80
São Luiz II	926	92.618,66	329.879,41	12.899,90
Vila Nova	910	79.285,74	494.318,21	45.034,90
São Luiz I	497	49.721,40	182.924,61	6.734,30
Cruzeiro do Sul	596	49.292,56	344.385,72	95.46,40
Tancredo Neves	718	42.951,06	374.092,00	16.596,35
Vila Real I	439	14.533,56	135.845,00	5.135,80
Vila Dos Pescadores	137	12.374,19	66.328,64	2.106,45
Zona Suburbana	9	999,90	232.525,06	300,00
Giovamira	2	116,00	26.729,00	252,00
Alto Verde	132	5.824,00	35.318,50	1.321,30
Morada do Sol	330	20.345,43	171.100,35	5.799,80
Jardim Araguaia Residencial	1	0,00	298,70	7,00
Setor Pecuária	1	236,40	1.148,32	12,50
Loteamento Jardim Araguaia	2839	4.848,06	713.149,55	28.543,86
Aeroporto	3	140,00	450,00	30,00
Setor Industrial	27	1.177,00	7.230,00	270,00
Jardim Aliança	1497	411,30	476.646,42	15.537,03
Tropical	99	4.352,77	25.052,24	1.001,74
Jardim Araguaia	114	3.594,53	36.660,44	1.127,75
Residencial Flamboyant	264	7.651,87	82.094,88	3.478,24
Alto Araguaia	86	0,00	22.863,89	928,00
Loteamento Beira Rio	18	0,00	60.875,00	97,27
Total	**18148**	**1.310.581,78**	**8.790.002,24**	**298.701,28**

Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia-Pará (2016)

SEGURANÇA PUBLICA

Veículos

Quadro 21: Quadro com o número de veículos que compõem o patrulhamento no Conceição do Araguaia – PA.

Localidade				
Veículos	**Conceição do Araguaia**	**Alacilândia**	**Vila Joncon**	**Vila Bradesco**
2 Rodas	04	01	01	01
4 Rodas	04	01	01	00

Fonte: 22º BPM, (2016)

Equipamentos

Sistema de comunicação interna via rádio e central de denúncias através do núcleo integrado de operações (NIOP).

Efetivo da corporação

O 22º batalhão de polícia militar é composto por 86 policiais

Estrutura e localização dos destacamentos

Quadro 22: Quadro com a localização dos destacamentos policiais e infraestrutura em Conceição do Araguaia – PA.

	Alacilândia	Vila Joncon	Vila Bradesco
Localização	PA 287, há 40 km do quartel: rua Abílio de Meneses, S/N	PA 449, há 50 km do quartel: rua PA Joncon/3 irmãos	PA 447, há 70 km do quartel: rua principal
Estrutura	Prédio cedido	Prédio cedido	Prédio cedido

Fonte: 22º BPM, (2016)

PELOMA

O pelotão de meio ambiente possui um terreno com área total de 16.597 há, localizado ao fundo CEAGRO.

Serviço prestado

- Apoio policial a secretaria de meio ambiente e recursos hídricos
- Apoio a promotoria de justiça.

SAÚDE

Sistema municipal de saúde

Estrutura

É responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros. O Artigo 196 da Carta Magma da nação estabelece que é dever do Estado prestar serviço de saúde, reduzindo os riscos de doenças e de outros agravos, visando acesso universal e igualitário ás ações e serviços a todo cidadão.

A Rede de Atendimento de Saúde no Município de Conceição conta com uma Secretária de Saúde, com a Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU, Centro Regional de Referência da Saúde do Trabalhador – CEREST, e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, abaixo no Quadro xx é apresentado a relação de estabelecimentos que realizam a prestação do serviço de saúde no município.

Quanto as Unidades Básicas de saúde somam-se 10 (dez), com 12 Equipes de Estratégia de Saúde da Família, dos quais 9 estão na zona urbana e 3(três) estão na zona rural, e dispões de 4 postos de saúde na região de Santa Helena, Curral de Pedras, Geovamira e São Jacinto. As unidades oferecem aos usuários os serviços de: Estratégia de Saúde da Família, Regulação do Acesso a Ações de Serviço de Saúde, Serviço de Atenção ao Paciente com tuberculose, Serviço de atenção ao Pré-Natal, Parto e Nascimento.

Cada estabelecimento das unidades básicas de saúde possui estrutura física equipe técnica conforme indicado no quadro 23.

Quadro 23: Quadro com a estrutura física e equipe técnica por unidade de sauede Conceição do Araguaia – PA.

Estrutura Física	Qant.	Quadro de Profissionais	Qnt.
Clinica básica	1	Medico clinico	1
Consultório Odontológico	1	Enfermeiro	1
Sala de Curativo	1	Técnico de enfermagem	2
Sala de imunização	1	Recepcionistas	2
Sala de serviço de enfermagem	1	Agente comunitário de saúde	6
Sala de recepção e espera	1	Auxiliar de farmácia	1
Sala de nebulização	1	Cirurgião dentista	1
		Auxiliar de saúde bucal	1

Fonte: Secretária Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia-Pará, (2016)

No município de Conceição do Araguaia está localizado a sede da Central conta com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAM, que acolhe pedidos de ajuda médica a cidadãos acometidos de agravo à saúde de natureza clínica, psiquiátrica, cirúrgica, traumática, obstétrica e ginecológico. O mesmo dispões de uma linha de comunicação telefônica nacional gratuita o número 192, que é uso exclusivo da Central de Regulação Médicas das Urgências do SAMU, sendo o meio usado pelos cidadãos para solicitar auxilio. Ademais o município é a sede da Central de Regulação das Urgências-192 " Região Araguaia" que atende 15 municípios sendo eles: São Feliz do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte, Xinguara, Sapucaia, Rio Maria, Bannach, Cumaru do Norte, Pau D'arco, Floresta do Araguaia, Redenção, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

A estrutura Física da Central de Regulação é composta por:

- Coordenação Geral
- Coordenação Médica
- Servidor de Informática
- Sala de Regulação
- Núcleo de Educação Permanente
- Copa
- Estar masculino
- Estar feminino

- Banheiro Feminino
- Banheiro Masculino
- Expurgo
- Garagem coberta

Sistema municipal de saúde oferta por meio do Centro Regional de Referência da Saúde do Trabalhador – CEREST atendimento especializado aos agravos relacionados ao trabalho, este é um serviço do Sistema Único de Saúde, sua atuação abrange a prevenção, e produção e protocolos que serve para regular o fluxo de acidentes e agravos relacionados a saúde do trabalhador. O público atendido engloba a população da zona urbana e zona rural, independente de vínculo empregatício, seja trabalhadores encaminhados pela rede básica de saúde, trabalhador autônomo, trabalhador formal, trabalhador informal, trabalhador aposentado, trabalhador desempregado acometido por doença relacionado ao trabalho. Para a prestação desse serviço o centro conta com 8 profissionais, conforme indica o Quadro 24.

.**Quadro 24:** Quadro com o corpo profissional Centro Regional de Referência da Saúde do Trabalhador – CEREST em Conceição do Araguaia – PA.

Quadro de Profissionais	Quantidade
Assistente Social	1
Médico do Trabalho	1
Sanitarista	1
Fisioterapeuta	1
Assistente Administrativo	1
Técnicos de Segurança do Trabalho	2
Agente de Serviços Gerais	1

Fonte: Secretária Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia-Pará, (2016)

O através do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, o município oferta serviços de saúde de caráter aberto e comunitário. O quadro de profissionais que atuam da unidade é constituído por equipe multiprofissional que desenvolve o trabalho sob a ética interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento a pessoas com transtornos

mentais graves e persistentes, bem como a pessoas com sofrimento ou transtorno em geral, incluindo aquelas que apresentam dependência de substâncias entorpecentes.

Os diagnósticos mais frequentes no centro são Transtornos psicóticos: Esquizofrenia, Esquizoafetivo, Transtorno Delirante Persistente, bem como Transtornos de humor, Transtorno Afetivo Bipolar, Transtorno depressivo Recorrente, Transtorno Depressivo com sintomas psicóticos, Mania com sintomas psicóticos e ainda e ainda Transtorno mental devido ao uso de substâncias psicoativas como álcool, cocaína, crack, e por fim Transtorno de Ansiedade e Transtorno Obsessivo- compulsivo.

O papel do CAPS se refere a dar atenção direta visando a promoção da vida comunitária e da autonomia dos usuários, quanto na ordenação de cuidados.

A estrutura do CAPS é composta pelos seguintes departamentos, sala da farmácia, sala de enfermagem, almoxarifado, sala de psicologia, sala de reunião, sala dos auxiliares administrativos, sala de assistência social e atendimento médico, recepção e banheiro, vestiário ver Quadro 25.

Quadro 25: Quadro com o corpo profissional que compõem Centro de Atenção Psicossocial – CAPS em Conceição do Araguaia – PA.

Quadro de Profissionais	
Médico Psiquiatra	Agente Administrativo
Médico clinico	Técnico de Enfermagem
Psicólogo	Motorista
Enfermeiro	Guarda Municipal
Terapeuta ocupacional	Recepcionista
Agente de Serviços Gerais	

Fonte: Secretária Municipal de Saúde de Conceição do Araguaia-Pará, (2016)

A rede de saúde no Município dispões de quadro amplo e diversificado de estabelecimentos de saúde, do setor público e privado, que estão aptos para atender a população, abaixo no Quadro 26 segue a lista de estabelecimentos existentes em Conceição do Araguaia.

Quadro 26: Quadro com o quantidade e tipo de estabelecimento de saúde em Conceição do Araguaia – PA.

Tipo de estabelecimento	Público	Filantrópico	Privado	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	-	-	1
Centro de Atenção Psicossocial	1	-	-	1
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	1	-	-	1
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	10	-	-	10
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	1	-	2	3
Consultório Isolado	-	-	10	10
Centro Regional de Referência da Saúde do Trabalhador - CEREST	1	-	-	1
Hospital Geral	1	-	2	3
Posto de Saúde	4	-	-	4
Secretária de Saúde	1	-	-	1
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	1	-	5	6
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	1
Unidade Móvel Terrestre	3	-	-	3

Fonte: CNES, (2010) **Nota:** Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

INDICADORES DE SAÚDE

Indicadores de mortalidade

Em relação à caracterização dos óbitos no município de Conceição do Araguaia, as doenças do aparelho circulatório tiveram baixa de 61 mortes registradas no ano de 2014 para 54 mortes. O maior número de registros foi para o indicador sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos, registrando 68 mortes no ano de 2015. Constam também entre os maiores motivos de óbitos de Conceição do Araguaia as doenças no aparelho respiratório 18 mortes em 2015, e 5 mortes no mesmo ano por doenças infecciosas e parasitarias ver Quadro 26.

Quadro 27: Quadro com o número de óbitos nos anos de 2014 e 2015em Conceição do Araguaia – PA.

Indicador	Município		Estado	
	2015	2014	2015	2014
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos	68	33	32.86	2.937
Doenças do aparelho circulatório	54	61	8.573	8.310
Causas externas de morbidade e de mortalidade	32	43	6.692	6.657
Neoplasias [tumores]	22	34	4.630	4.394
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	20	19	2.651	2.528
Doenças do aparelho respiratório	18	24	3.759	3.430
Doenças do aparelho geniturinário	13	0	770	0
Algumas afecções originadas no período perinatal	10	7	1.354	1.357
Doenças do aparelho digestivo	7	12	1.631	1.663
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5	14	1.985	1.955
Transtorno mentais e comportamentais	0	3	0	166

Fonte: SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade - Junho de 2016 . **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

Taxa de Mortalidade, Longevidade e Fecundidade

Taxa de Mortalidade

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 29,3 por mil nascidos vivos, em 2000, para 23,4 por mil nascidos vivos, em 2010, conforme pode ser analisado no Quadro 28.

Quadro 28: Quadro com a taxa de mortalidade infantil em Conceição do Araguaia – PA.

Município	Mortalidade até 1 ano (por nascidos vivos mil) 2010	Mortalidade até 5 anos (por mil nascidos vivos) 2010
Conceição do Araguaia	23,4	25,2

Fonte: PNUD, (2010) **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

Taxa de Longevidade

A Esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

No município de Conceição do Araguaia, a esperança de vida ao nascer cresceu 1,7 anos na última década segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010), passando de 69,5 anos em 2000, para 71,2 anos, em 2010 de acordo com o Quadro 29. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010.

Quadro 29: Quadro com a taxa de longevidade em Conceição do Araguaia – PA.

Município	Esperança de vida ao Nascer 2010	IDHM Longevidade 2010
Conceição do Araguaia	71,2	0,770

Fonte: PNUD, (2010) **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

Taxa de Fecundidade

Segundo o IBGE a taxa de fecundidade total representa o número médio de filhos que teria uma mulher de uma coorte hipotética (15 e 49 anos de idade) ao final de seu período reprodutivo. O Quadro 30 representa a taxa de fecundidade para o município de Conceição Araguaia para o ano de 2010.

Quadro 30: Quadro com a taxa de fecundidade em Conceição do Araguaia – PA.

Município	Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) 2010
Conceição do Araguaia	2,8

Fonte: PNUD, 2010 **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

No Município de conceição do Araguaia o número de nascidos vivos nos últimos 10 anos houve uma pequena diminuição, o índice mais acentuado foi registrado em 2010 totalizando 813 nascidos vivos, a maior baixa foi registrada em 2012, com o registro de 757 nascidos vivos, em 2015 foram contabilizados 785 nascidos vivos, o Gráfico 2 representa a evolução do quantitativo de nascidos vivos nos últimos 10 anos.

Figura 19: Gráfico (2) com o número de nascidos vivos em Conceição do Araguaia – PA entre 2010 a 2015. **Fonte:** SINASC/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, (2016) **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

Em relação aos óbitos por doenças infecciosas e parasitarias foi identificado que o índice mais elevado de mortes ocorreu no ano de 2011, com o registro de 8 mortes em pessoas do sexo masculino. Os óbitos por doenças infecciosas e parasitarias, apontam que a faixa etária mais atingida foi da população com mais de 50 anos, sendo contabilizado 6 mortes no ano de 2014, a evolução dos dados pode ser observada no Quadro 31.

Quadro 31: Quadro com o número de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias por Sexo em Conceição do Araguaia – PA.

Sexo		
Ano do Óbito	**Masculino**	**Feminino**
2010	**5**	**1**
2011	**8**	**6**
2012	**4**	**1**
2013	**4**	**3**
2014	**7**	**7**
2015	**2**	**3**

Fonte: SIM/Conceição do Araguaia, (2016). **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

Quadro 32: Quadro com o número de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias por faixa etária em Conceição do Araguaia – PA.

Faixa Etária					
Ano do Óbito	**<0-1 ano**	**1-4 anos**	**5-14 anos**	**15 a 49 anos**	**50 +**
2010	**0**	**0**	**0**	**1**	**5**
2011	**0**	**1**	**1**	**7**	**5**
2012	**1**	**0**	**0**	**2**	**2**
2013	**1**	**0**	**0**	**1**	**5**
2014	**0**	**1**	**0**	**7**	**6**
2015	**0**	**0**	**0**	**4**	**1**

Fonte: SIM/Conceição do Araguaia, (2016). **Elaboração:** SEMMARH - Conceição do Araguaia, (2016).

Agravos notificados e confirmados

Existe uma serie de enfermidades que podem acometer o indivíduo em consequência da inexistência de serviços de saneamento básico, como tratamento de agua e esgoto a exemplo podemos citar a febre tifoide, hepatites e malária, a ineficácia na gestão dos resíduos sólidos pode proporcionar o surgimento de mosquitos causadores da dengue.

Neste sentido serão apresentados nos Quadros abaixo os agravos que foram notificados quanto a Malária Quadro 33, Hepatites Virais Quadro 34, dengue quadro 35, Leishmaniose Tegumentar Quadro 36, Leishmaniose Visceral Quadro 37.

Quadro 33: Quadro com o número de notificações malária por faixa etária em Conceição do Araguaia – PA.

Conceição do Araguaia	Malária 0 a 14 anos	Malária mais de 15 anos
Dez 2015	0	14
Dez 2014	0	14
Dez 2013	0	14
Dez 2012	0	14
Dez 2011	0	17
Dez 2010	0	4
Dez 2009	1	2
Dez 2008	3	84

Dez 2007	5	87
Dez 2006	8	129
Dez 2005	9	128
Dez 2004	9	153
Dez 2003	12	174
Dez 2002	12	182
Dez 2001	10	191
Dez 2000	11	176

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, (2016)

Quadro 34: Quadro com o número notificações por hepatites virais Conceição do Araguaia – PA.

Ano da Notificação	Vírus A	Vírus B	Vírus C
2010	4	0	1
2011	20	7	1
2012	3	11	0
2013	14	1	3
2014	0	4	0
2015	4	3	0

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, (2016)

Quadro 35: Quadro com o número notificações por dengue Conceição do Araguaia – PA.

Ano da Notificação	Frequência
2015	36
2014	48
2013	39
2012	44
2011	47
2010	63

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, (2016)

Quadro 36: Quadro com o número notificações por Leishmaniose Tegumentar Conceição do Araguaia – PA.

Ano da Notificação	Frequência
2015	7
2014	9
2013	14
2012	18
2011	8
2010	20

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, (2016)

Quadro 37: Quadro com o número notificações por Leishmaniose Visceral Conceição do Araguaia – PA.

Ano da Notificação	Frequência
2015	14
2014	16
2013	31
2012	28
2011	36
2010	14

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, (2016)

IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Conceição do Araguaia era de 0,640 no ano de 2010. Esse índice situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDMH do município é longevidade, com índice de 0,770, seguida de renda com índice de 0,631 e educação com índice 0,540. A evolução do IDMH passou de 0,512 em 2000 para 0,640 em 2010 uma faixa de crescimento de 25%. A distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice que é 1, foi reduzido em 73,77% entre 2000 e 2010.

Conceição do Araguaia ocupa a 3291ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. No ranking estadual ocupa a 22ª posição.

Quadro 38: Quadro com a relação do Índice de Desenvolvimento Humano e seus Componentes indicadores.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,150	0,310	0,540
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	18,80	26,28	44,60
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	24,95	60,17	82,19
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	18,64	37,06	80,71
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	8,20	22,18	44,53
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	1,78	14,81	30,58
IDHM Longevidade	0,639	0,742	0,770
Esperança de vida ao nascer (em anos)	63,36	69,50	71,20
IDHM Renda	0,532	0,585	0,631
Renda per capita (em R$)	219,78	304,21	405,29

Fonte: PNUD, IPEA, 2010

Índice de vulnerabilidade social- IVS

Em 2013 o PIB *per capita* de Conceição do Araguaia alcançou R$ 9.666,74, enquanto o valor do Pará foi de R$ 15.176,18, assim o município ocupou a 43º posição em 2013 no PIB *per capita* do estado. A dinâmica econômica municipal mostra-se parcimoniosa em relação ao Pará e a RI Araguaia. Entre os anos de 2010 a 2013, enquanto a economia paraense cresceu mais de 39% e a Região de Integração mais de 45%, o município cresceu pouco mais de 49%. A taxa de extrema pobreza no município em 2010 era de 11,78% da população, enquanto que a população que vivia em situação de pobreza correspondia à proporção de 27,91% do contingente populacional, tendo reduzido 19,11 pontos percentuais em relação à taxa de pobreza observada em 2000, que era de 47,02% e 9,51 pontos percentuais em relação à taxa de extrema pobreza em 2000, que era de 21,29 %. Destaca-se ainda o resultado do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para Conceição do Araguaia, cujo resultado alcançado em 2010 era 0,411, o que colocou o município na 16ª colocação do *ranking* de vulnerabilidade dos municípios do Pará. Esse índice apresentou redução em relação ao ano de 2000 que era 0,551.

ÍNDICE NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO INFANTIL DE 0 A 2 ANOS

Indicador Peso por Idade

O indicador peso por idade expressa a relação entre a massa corporal e a idade cronológica da criança. É o índice usado para avaliar a situação nutricional, principalmente para caracterização do baixo peso. Esta avaliação é útil para acompanhar o crescimento infantil e reflete a situação global do indivíduo. O peso da criança é aferido e registrado em quilos e a idade da criança é calculada em meses ver Quadro 39.

Os dados demonstram que em Conceição do Araguaia o ano de 2010 e 2015 obtiveram a maior quantidade de crianças com o peso muito baixo para idade, sendo que em 2010 foram pesadas o total de 354 crianças, destas 2,82% estavam com o peso muito baixo para idade, em 2015 foram pesadas 243 crianças, e 4,12% delas estavam na

mesma situação nutricional, e a quantidade de crianças que estavam com o peso adequado foi de 88,7%.

Quadro 39: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Peso por Idade

Peso x idade									
Ano	Peso muito baixo para idade		Peso baixo para idade		Peso adequado		Peso elevado para idade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
2015	10	4,12	1	0,41	214	88,7	18	7,41	243
2014	5	1,51	12	3,61	276	83,13	39	11,75	332
2013	5	1,4	13	3,64	298	83,47	41	11,48	357
2012	1	0,57	7	3,98	158	89,77	10	5,68	1,76
2011	2	0,8	9	3,6	201	80,4	38	15,2	250
2010	10	2,82	13	3,67	253	71,47	78	22,03	354

Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional – SISVAN, (2016).

Indicado Altura verso Idade

A altura por idade (A/I) é um índice em percentis para avaliação do estado nutricional de crianças, que expressa o crescimento linear de crianças e corresponde ao dado que melhor representa o efeito cumulativo de situações adversas sobre o crescimento da criança. É considerado como índice mais sensível para aferir a qualidade de vida da população infantil. A altura da criança, quer seja o comprimento no caso de crianças menores de 2 anos ou mais a medida de é aferida com o indivíduo deitado, o registro é feito em centímetros, a idade das crianças é calculada em meses. A interpretação desde índice é feita da seguinte maneira: são definidos três pontos de corte para o índice de altura por idade (percentis 3,10 e 97) permitindo a seguinte classificação do crescimento infantil: A/I abaixo do percentil 3: criança com altura baixa para idade. A/I maior ou igual ao percentil 3 e menor que o percentil 10: criança com risco para altura baixa para a idade, A/I maior ou igual ao percentil 97: criança com altura adequada para idade, A/I maior ou igual ao percentil 97: criança com altura elevada para idade ver Quadro 38.

No município de Conceição do Araguaia o relatório do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional-SISVAN nos últimos 10 anos aponta que o ano de 2013 teve o maior registro de crianças com altura muito baixa para idade, dos 357 indivíduos que

foram pesados 93 destas se encontrava nesta situação. No ano de 2015 foram pesadas 243 crianças na idade de 0 a 2 anos, destas 16,5% se encontrava com a altura muito baixa para idade, 11,52% estavam com a altura baixa para idade e 72,43 estava com a altura adequada para idade.

Quadro 40: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Altura por Idade.

Altura x Idade							
Ano	Altura muito baixa para idade		Altura baixa para idade		Altura adequada para idade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
2015	39	16,5	28	11,52	176	72,43	243
2014	65	19,58	40	12,05	227	68,37	332
2013	93	26,05	46	12,89	218	61,06	357
2012	26	14,77	21	11,93	129	73,3	176
2011	51	20,4	22	8,8	177	70,8	250
2010	42	11.86	31	8,76	281	79,39	354

Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional – SISVAN, (2016).

Indicador Peso por Altura

Este índice dispensa a informação da idade, expressa a harmonia entre as dimensões de massa corporal e altura. É utilizado com a finalidade de identificar o emagrecimento da criança, como excesso de peso. O método utilizado para realizar o cálculo consiste em identificar a altura do indivíduo, se tratando de crianças menores de 2 anos, a medida aferida deverá ser feita com o mesmo deitado, a medição é registrada em centímetros. O Peso da criança é registrado em quilo. O ano de 2010 e 2013 apresentaram o maior índice de crianças na situação de magreza acentuada, em 2010 houve o registro de 5,65% de crianças com magreza acentuada e em 2013 foi observado que 7,56% da população analisada estava na mesma situação. No ano de 2015 o registro apontou que das 243 crianças analisadas 4,94% delas estavam com magreza acentuada, 60,08 estavam com peso adequado e 9,47 estavam obesos.

Quadro 41: Quadro com os valores do Índice Nutricional baseado no fator Peso por Altura.

Peso x Altura													
Ano	Magreza Acentuada		Magreza		Peso adequado		Risco de Sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
2015	12	4,94	4	1,65	146	60,08	41	16,87	17	7	23	9.47	243
2014	10	3,01	19	5,72	165	49,7	50	15,06	37	11,14	51	15,36	332
2013	27	7,56	18	5,04	151	42,3	52	14,57	33	9,24	76	21,29	357
2012	6	3,41	7	3,98	96	54,55	36	20,45	15	8,52	16	9,09	176
2011	9	3,6	14	5,6	110	44	43	17,2	23	9,2	51	20,4	250
2010	20	5.65	12	3.39	181	51,13	57	16,1	25	7,06	59	16,67	354

Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional – SISVAN, (2016).

EDUCAÇÃO

Sistema Educacional

A educação é um direito fundamental de natureza social assegurada a todo cidadão, prevista no art. 6 da Constituição Federal de 1988. O dever com a educação escolar é atribuído ao Estado e a família no modelo de responsabilidade social compartilhada.

O poder público representado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem se organizar em regime de colaboração para o efetivo desenvolvimento do sistema nacional de ensino, conforme indica o art. 8 da Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo Vieira (2002) especialmente o Município tem como atribuição a educação infantil, incumbe também "organizar, manter e desenvolver o seu sistema de ensino, integrando-os as políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

Quadro 42: Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro – Lei nº 9394/96

Níveis	Etapas		Duração	Faixa etária
Educação Superior	Ensino Superior		Variável	Acima de 18 anos
Educação Básica	Ensino Médio		3 anos	15-17 anos
	Ensino Fundamental		9 anos	6 -14 anos
	Educação Infantil	Pré-escola	2 anos	4- 5 Anos
		Creche	3 anos	0-3 anos

Fonte: Elaborada a partir da LDB/1996

O sistema educacional de Conceição do Araguaia conforme o Censo Escolar de 2015 está constituído com 8 Escolas municipais na Zona Rural e 13 escolas Municipais na Zona urbana, com 3.529 alunos matriculados na Zona Urbana e 2.150 alunos matriculados na Zona Rural, totalizando 5.679 alunos que estão distribuídos em 361

turmas das quais 234 turmas se localizam na Zona Urbana e 127 turmas na Zona Rural. Possui 354 professores, sendo que 240 ministram na zona Urbana e 114 professores ministram na Zona Rural. Além da Rede Municipal de Educação a estrutura educacional no município de Conceição do Araguaia está composta pela Rede Estadual de Ensino.

Segundo o Censo Educacional 2015 a Rede Estadual contava com instituições de Educação Básica sendo 6 escolas de etapa fundamental e 4 escolas etapa Médio. Quanto a Rede Privada a oferta de Educação Básica é composta por 4 escolas na etapa pré-escola, 5 escolas etapa fundamental e 4 escolas etapa médio. A Rede Federal de ensino dispões de 1 instituição que oferece Educação Básica na etapa Médio e Ensino profissionalizante. Quanto ao nível educação superior o município sedia o Campus VII da Universidade do Estado do Pará – UEPA, este polo é especializado na formação de profissionais para atuarem na área da Educação e Saúde. Também conta com o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA Campus Conceição do Araguaia especializado em ofertar ensino Técnico integrado, Técnico subsequente, Tecnólogo e Licenciatura. A Rede Particular dispõe de um polo de Educação à distância da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR/IENEC que oferece cursos de Licenciatura, Tecnológicos e Bacharelado ver Quadro 43.

Quadro 43: Sistema educacional no Município de Conceição do Araguaia- Pará.

EDUCAÇÃO BÁSICA		
Dependência Administrativa	**Municipal**	
Localização	Zona Urbana 12	Zona Rural 8
Dependência Administrativa	**Estadual**	
Localização	Zona Urbana 6	Zona Rural 0
Dependência Administrativa	**Particulares**	
Localização	Zona Urbana 6	Zona Rural 1
Dependência Administrativa	**Filantrópica**	
Localização	Zona Urbana 1	Zona Rural 0
Dependência Administrativa	**Federal**	
Localização	Zona Urbana 1	Zona Rural 0
EDUCAÇÃO SUPERIOR		

Dependência Administrativa	**Federal**	
Localização	Zona Urbana 1	Zona Rural 0
Dependência Administrativa	**Estadual**	
Localização	Zona Urbana 1	Zona Rural 0
Dependência Administrativa	**Particular**	
Localização	Zona Urbana 1	Zona Rural 0

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP – Censo Escolar 2014

De acordo com os dados da Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará – FAPESPA conforme indica o Quadro 44, o índice de analfabetismo do grupo de pessoas com idade de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos no ano 2010 no município de Conceição do Araguaia mostrou valor inferior ao da média estadual para o mesmo ano. Observa que o maior índice de analfabetismo no município é do grupo de pessoas com idade entre o grupo de pessoas com idade de 15 anos ou mais.

Registra-se no município 3.187,4 pessoas com mais de 15 anos sendo que do total dessa população apenas 2.717,2 estão alfabetizadas o que corresponde a 86,0%, esta média está abaixa da taxa estadual que é de 89,9%, a meta para ser alcançada para o município é de que 93,50% da população com idade de 15 anos ou mais esteja alfabetizada.

Quadro 44: Taxa de analfabetismo por grupo de idades 2000/2010, comparação entre a realidade estadual e municipal.

Índice (%)	**2000**				**2010**			
	15 anos ou mais	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 anos ou mais	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Pará	16,07	6,14	8,23	10,88	11,74	3,55	4,13	6,00
Conceição do Araguaia	21,79	4,45	6,89	16,15	14,32	2,62	3,48	4,83

Fonte: Fundação Amazônia de Amparo e Estudos e Pesquisa do Pará, 2013.

Indicadores da Educação

As informações abaixo apresentam o panorama educacional do município, obtidas a partir dos indicadores do Ministério da Educação (MEC), sistemas censitários e avaliativos.

Os dados do Quadro 45 apontam de acordo com o Censo Escolar referente ao período de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015 a quantidade de profissionais que atuam como Docentes e o número de Escolas destinadas a oferta de Ensino Regular na Rede Municipal, Rede Estadual, Rede Federal e Rede Privada nas etapas Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Houve um aumento na quantidade de professores da Pré-Escola entre 2012 a 2015. Passou a ser ofertado o Ensino Médio pela Rede Federal, somando 16 profissionais em 2015. Houve diminuição na quantidade de docentes do ensino fundamental no período de 2012 a 2015, e quanto ao ensino médio na mesma temporada houve diminuição de docentes da rede estadual e da rede particular de ensino.

Quadro 45: Relação do quantitativo de docentes no Ensino Regular período de 2005 a 2015.

Conceição do Araguaia		Ensino regular - Docentes		
		Pré-Escola	Fundamental	Médio
2015	Docentes -Federal	0	0	16
	Docentes-Estadual	0	94	106
	Docentes-Municipal	54	195	0
	Docentes-Privada	14	78	37
2012	Docentes -Federal	0	0	0
	Docentes-Estadual	0	101	114
	Docentes-Municipal	40	197	0
	Docentes-Privada	15	78	40
2009	Docentes -Federal	0	0	0
	Docentes-Estadual	0	99	92
	Docentes-Municipal	35	185	0
	Docentes-Privada	10	69	32
2007	Docentes -Federal	0	0	0
	Docentes-Estadual	0	101	55

	Docentes-Municipal	42	169	0
	Docentes-Privada	11	58	24
2005	Docentes -Federal	0	0	0
	Docentes-Estadual	0	135	109
	Docentes-Municipal	45	219	0
	Docentes-Privada	21	64	28

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP – Censo Escolar 2005,2007,2009,2012 e 2015.

O Quadro 46 apresenta a relação segundo o Censo Educacional 2015 do número de matriculas nas Instituições de ensino da Rede Municipal e Estadual da zona urbana e da zona rural no período de 2010 a 2015. Os dados apontam mudanças importantes sobre a oferta de educação infantil no município, pois a Educação Integral passou a ser implantada a partir do ano de 2012 de maneira gradativa.

Um importante mecanismo que serve como indicador da educação é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e indica a qualidade educacional em uma escala de zero a dez por meio das informações do desempenho do corpo discente nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) realizado pelo estudante ao final das etapas de ensino (4º e 8º série do ensino fundamental e 3º série do ensino médio) combinado com dados sobre o rendimento escolar.

A série de resultados do IDEB teve início em 2005, e foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas pelo país, e por todas escolas estaduais e municipais. Conceição do Araguaia atingiu as metas projetas para a 4ª série e 5ª ano da Rede de Ensino Municipal no período de 2007, 2009, 2011 e 2013 ver Quadro 47. E as metas projetadas para a 8ª série e 9º anos foram atingidas no período de 2009, entretanto obteve nota abaixo da meta no ano de 2011 e 2013 conforme apresenta o Quadro 48. As metas projetadas pelo IDEB se estendem até 2021, o objetivo é que Conceição do Araguaia atinja para 4ª série e 5ª ano o índice 5,0 sendo que para a 8ª série e 9º ano o índice alcançado seja de 4,8.

Quadro 46: Relação do número de matriculas do Ensino Regular no período de 2010 a 2015.

Conceição do Araguaia		Ensino Regular – Matriculas										EJA	
		Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA presencial	
		Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais					
		Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Fundamental	Médio
CENSO 2015	Estadual Urbana	0	0	0	0	469	25	1.031	575	1.989	0	277	186
	Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal Rural	0	0	81	95	469	654	293	525	0	0	29	0
	Municipal Urbana	126	150	718	26	1.369	654	176	128	0	0	186	0
CENSO 2014	Estadual Urbana	0	0	0	0	404	82	789	986	2.007	190	318	353
	Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal Urbana	0	131	780	0	1.287	853	196	125	0	0	259	0
	Municipal Rural	0	0	0	67	600	629	437	431	0	0	149	0
CENSO 2013	Estadual Urbana	0	0	0	0	475	23	1.508	300	2.098	5	329	333
	Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0
	Municipal Urbana	0	102	686	0	1.335	757	273	84	0	0	242	0
	Municipal Rural	0	0	157	47	1.034	292	715	140	0	0	233	0
CENSO 2012	Estadual Urbana	0	0	0	0	460	2	1.859	1	2.224	0	389	397
	Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	3	0	37	0	0	0
	Municipal Urbana	0	90	736	0	1.397	712	328	58	0	0	341	0
	Municipal Rural	0	0	0	0	1.000	477	656	250	0	0	211	0
CENSO 2011	Estadual Urbana	0	0	0	0	537	0	1.967	0	2.256	0	367	257
	Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	4	0	45	0	0	0
	Municipal Urbana	48	0	665	0	1.928	161	349	0	0	0	382	0

	Municipal Rural	0	0	197	0	1.366	102	947	0	0	0	358	0
CENSO	Estadual Urbana	0	0	0	0	686	0	2.136	0	2.112	0	472	262
	Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	6	0	56	0	0	0
	Municipal Urbana	0	0	719	0	2.223	0	356	0	0	0	274	0
	Municipal Rural	0	0	179	0	1.532	0	1.066	0	0	0	327	0

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP – Censo Escolar de 2010, 2011, 2012,2013,2014 e 2015

Quadro 47: Índice de desenvolvimento de educação básica – IDEB da 4ª série e 5ª ano.

Rede de Ensino Municipal 4ª série / 5ª ano	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Conceição do Araguaia	2.8	3.0	3.5	4.4	3.9	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP/IDE

Quadro 48: Índice de desenvolvimento de educação básica – IDEB da 8ª série e 9ª ano.

Rede de Ensino Municipal 8ª série / 9ª ano	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Conceição do Araguaia		3.1	3.4	3.3	3.0		3.2	3.4	3.7	4.1	4.3	4.6	4.8

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP/IDE

A taxa de rendimento escolar é um indicador que demonstra o aproveitamento dos alunos através do índice de aprovação, de reprovação e abandono da escola. O Quadro 49 demonstra que entre o período de 2008 a 2010 a taxa de aprovação dos alunos em todas séries do ensino fundamental teve aumento gradativo nas escolas da zona urbana e zona rural, tendo destaque o aumento na taxa de aprovação do 5º ano da zona urbana que em 2009 era de 80.70 e passou a ser 95.10 em 2010. Quanto a taxa de reprovação o índice aponto baixa em todas séries do ensino fundamental, sendo que a maior baixa ocorreu no 5º ano da zona rural que reduziu o índice de 8.30 em 2009 para 1.90 no ano de 2010.

A taxa de abandono aponta a quantidade de alunos que não concluem a ano escolar, o maior índice em Conceição do Araguaia foi observado em escolas da zona rural no 7º ano que aumento seu índice de 6.60 em 2009 para 10.80 em 2010. Todavia se observa uma significativa redução de abandono no 8º ano da zona urbana que diminuiu seu índice de 3.80 em 2009 para 0.0 no ano de 2010.

Quadro 49: Relação do rendimento escolar na Rede Municipal de ensino no Município de conceição do Araguaia –Pará.

Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Conceição Do Araguaia							
SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	77.10	78.60	18.30	17.70	4.60	3.70
	2009	79.10	84.10	17.30	12.00	3.60	3.90
	2010	87.70	86.90	10.50	8.90	1.80	4.20
2ª série / 3º ano do EF	2008	80.10	75.30	13.00	13.40	6.90	11.30
	2009	82.00	86.20	14.30	9.10	3.70	4.70
	2010	86.70	90.80	11.10	5.10	2.20	4.10
3ª série / 4º ano do EF	2008	87.30	85.50	9.00	8.40	3.70	6.10
	2009	83.30	84.90	13.10	7.20	3.60	7.90
	2010	89.40	84.70	8.40	5.20	2.20	10.10
4ª série / 5º ano do EF	2008	88.60	82.40	7.70	9.60	3.70	8.00
	2009	81.20	87.30	8.30	6.50	10.50	6.20
	2010	89.60	84.80	4.00	6.30	6.40	8.90
5ª série / 6º ano do EF	2008	59.50	70.20	30.20	16.80	10.30	13.00
	2009	80.70	74.80	8.30	16.00	11.00	9.20
	2010	95.10	86.10	1.90	7.10	3.00	6.80
6ª série / 7º ano do EF	2008	63.40	83.80	32.90	7.20	3.70	9.00
	2009	87.80	85.30	2.40	6.80	9.80	7.90
	2010	89.60	90.30	2.60	4.50	7.80	5.20
7ª série / 8º ano do EF	2008	73.10	89.20	20.90	3.10	6.00	7.70
	2009	95.20	91.60	0.00	1.80	4.80	6.60
	2010	90.60	87.30	1.60	1.90	7.80	10.80
8ª série / 9º ano do EF	2008	72.70	91.60	18.20	0.50	9.10	7.90
	2009	91.50	91.00	4.70	3.70	3.80	5.30
	2010	95.90	95.20	4.10	2.10	0.00	2.70

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP/IDE

Conforme os dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE referentes ao Censo Populacional e Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2013, será apresentado o panorama do Brasil, do Estado do Pará e do município de Conceição do Araguaia em relação aos percentuais de alunos que frequentam a escola de 0 a 17 anos.

Educação Infantil: Creche e Pré-Escola

A população em idade de 0 a 3 anos, segundo os dados do Plano Municipal Educação 2015, é de 3.032, e foram matriculadas 202 crianças na Rede Municipal e Rede privada de ensino, o que representa a cobertura de 6,7% de matriculas, esse quantitativo se mostra abaixo da média estadual e nacional conforme Quadro 50.

Quadro 50: Relação da população que frequenta a escola em idade de 0 a 3 anos.

População de 0 a 3 anos que frequenta a escola		
	Percentual	Meta
Brasil	23,2%	50%
Pará	11,2%	50%
Conceição do Araguaia	6,7%	50%

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) -2013
Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional - 2010

Quanto a população de 4 e 5 anos, há uma população em idade pré-escolar de 1.727,6 crianças. Destas 57,1% estão matriculadas na Educação Infantil pré-escolar, o que equivale a 987,7 crianças em escolas municipais e particulares do município. O Quadro 51 indica que média municipal está abaixo da média estadual e nacional, a meta é que 100% da população na faixa etária de 4 e 5 anos estejam frequentando a escola.

Quadro 51: Relação da população que frequenta a escola em idade de 4 a 5 anos.

População de 4 a 5 anos que frequenta a escola		
	Percentual	Meta
Brasil	81,4%	100%
Pará	73,9%	100%
Conceição do Araguaia	57,1%	100%

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) -2013
Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional –2010

Ensino Fundamental

O Ensino fundamental tem duração de 9 anos, em situação ideal deve ser cursado pela população com faixa etária de 6 a 14 anos de idade. A Universalização do Ensino Fundamental ainda não está concretizada no país, apesar de atender 98,4% de matriculados, no estado do Pará segundo os dados censitários o serviço é ofertado para 97,3% da população. No município de Conceição do Araguaia os indicadores sinalizam que 95,7% da população o que corresponde a com idade escolar para o Ensino Fundamental, são atendidas pelas Redes: Municipal, Estadual e Privada.

Quadro 52: Relação da população que frequenta a escola em idade de 6 a 14 anos.

População de 6 a 14 anos que frequenta a escola		
	Percentual	Meta
Brasil	98,4%	100%
Pará	97,3%	100%
Conceição do Araguaia	95,7%	100%

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) -2013
Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional - 2010

Ensino Médio

O Ensino Médio corresponde a última etapa do nível Educação Básica e tem duração de 3 anos, devendo ser ofertado pela Rede Estadual de Ensino, em situação regular a população matriculada nesta etapa deve estar com idade de 15 a 17 anos. Nesta etapa o município atingiu 84,6% da população sendo o menor perceptual em relação aos demais níveis.

Quadro 53: Relação da população que frequenta a escola em idade de 15 a 17 anos.

População de 15 a 17 anos que frequenta a escola		
	Percentual	Meta
Brasil	84,3%	100%
Pará	85,6%	100%
Conceição do Araguaia	84,6%	100%

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) -2013
Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional - 2010

Educação Especial

A Educação especial está inserida na Educação Básica abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, atua como mecanismos de inclusão social para educandos que apresente diferenças individuais que requerem uma dinâmica própria na relação ensinar-aprender. Neste sentido a Educação especial assegura o respeito da dignidade humana e a valorização das diferenças e o exercício da cidadania. Os dados censitários apontam que 77,9% de crianças e adolescentes que apresentam alguma deficiência em idade escolar frequentam a escola o que equivale a 351 alunos inclusos.

No entanto o objetivo é que no mínimo 100% toda população que necessite da educação especial seja atendida, no cenário nacional o índice ainda é insuficiente alcançando 85,8% dos discentes nesta condição, a realidade se repete no panorama estadual que atende apenas 77,9% de pessoas.

Quadro 54: Relação da população com necessidades especiais com idade de 4 a 17 anos que frequentam a escola.

População de 4 a 17 anos com necessidade especial que frequenta a escola		
	Percentual	Meta
Brasil	85,8%	100%
Pará	83,5%	100%
Conceição do Araguaia	77,9%	100%

Fonte: Estado, Região e Brasil – IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) -2013
Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo Populacional - 2010

COMUNICAÇÃO

No Município de Conceição do Araguaia os serviços de envio e recebimento de encomendas é realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e através de empresas de transporte rodoviário que atuam no município.

Os serviços de telefonia fixa são realizados pela empresa Telemar. Sua área de cobertura corresponde ao perímetro urbano e permite o serviço de discagem á distancia

DDD e discagem direta internacional DDI. Os serviços de prestação de telefonia móvel são oferecidos pela empresa Vivo S.A, Tim Brasil, Claro, e Oi telecomunicações.

Em Conceição do Araguaia existem 2 redes de televisão que atuam como repetidores de canais televisivos nacionais e estaduais, estas também apresentam programação local. A mídia impressa conta com 1 jornal diários de circulação local. Quanto a emissoras de rádio existe no município 1 radio que opera na frequência AM e 2 rádios que aperram na frequência FM.

Os serviços de internet são oferecidos por 6 provedores. O município dispõe de 3 pontos do projeto Cidades Digitais.

Segundo os dados da Plataforma de Indicadores do Governo Federal o número de acessos de internet fixa no ano de 2014 foi de 3.881, no ano de 2013 foi registrado 2.916, e 2.054 acessos de internet fica em 2012.

Quadro 55: Relação dos meios de comunicação no Município de Conceição do Araguaia-Pará.

Serviços de comunicação	Quantidade
Emissoras de Rádio AM	1
Emissoras de Rádio FM	2
Emissoras de Televisão	2
Jornal Diário	1

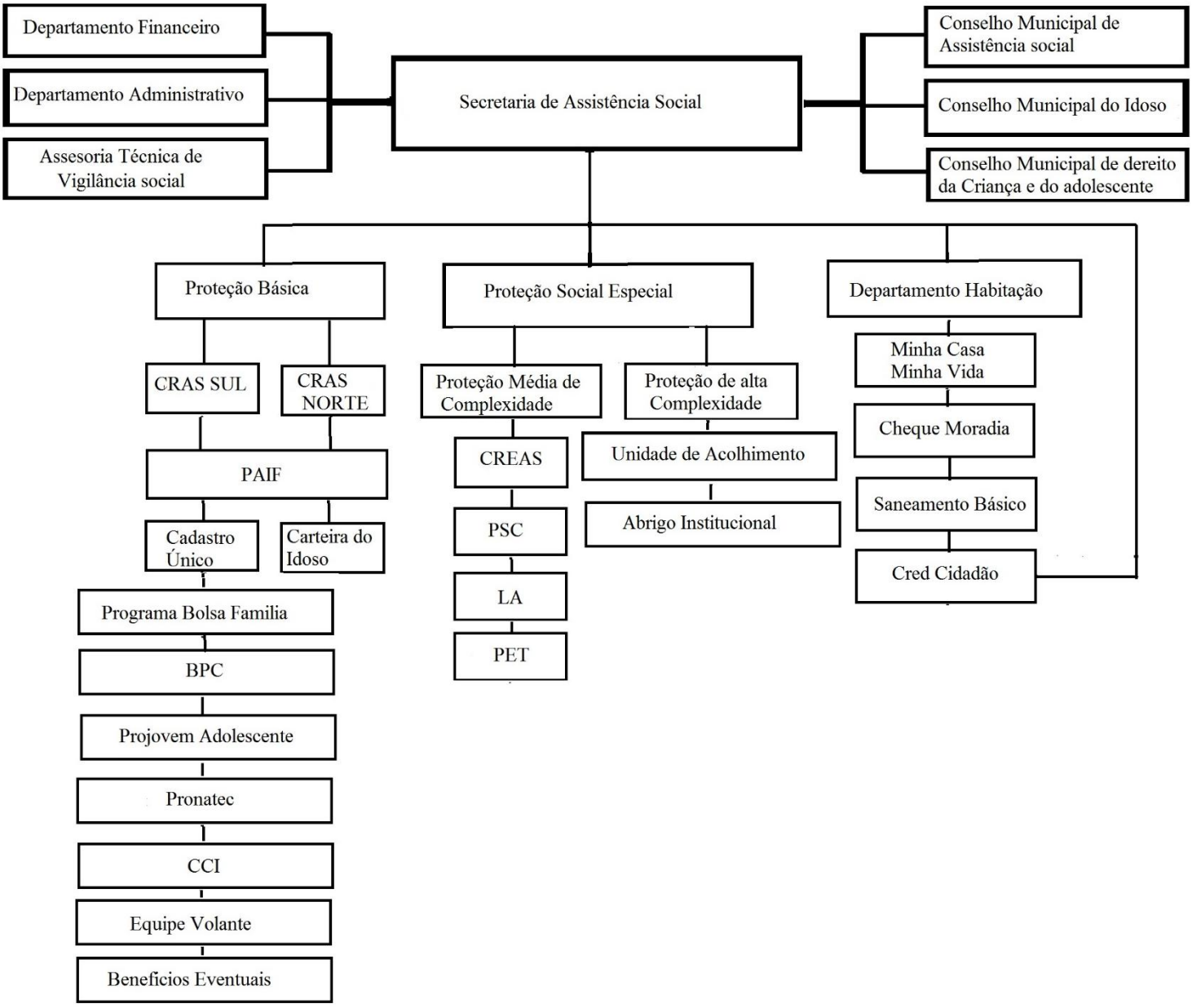
Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia – Pará, 2016

ASSISTENCIA SOCIAL

Assistência Social foi instituída pela Constituição Federal de 1988. Para disciplinar o assunto foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS em 7 de dezembro de 1993. Esta Lei 8.742/93 define no art. 1º que "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas" A assistência social será prestada a quem dele necessitar (...)"

A oferta dos serviços de Assistência Social em Conceição do Araguaia é competência da Secretaria Municipal de Assistência Social sendo o órgão responsável pelo planejamento, coordenação e execução da Política Municipal de Assistência Social e pela gestão do SUAS – Sistema Único de Assistência Social no Município de Conceição do Araguaia - PA, de acordo com as normativas estabelecidas pelas Leis Federais Nº 8.742/1993 e Nº 12.435/2011 que dispõem sobre a organização da Assistência Social. A secretária está organizada conforme indica o Organograma Figura 19 e abaixo segue a descrição de cada departamento e atividade realizada.

Figura 19: Organograma da Secretaria de Assistência Social



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Conceição do Araguaia

Departamento Administrativo

Responsável pela triagem e trâmite dos processos da Secretaria, orientação quanto a ofícios e memorandos emitidos e expedidos.

Departamento Financeiro

É responsável pela tesouraria, conta a pagar, prestação de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social, compras, controle de orçamentos financeiros, acompanhamento de licitações, entre outras funções administrativas da SMAS.

Vigilância Socioassistencial

A Vigilância Socioassistencial á uma área vinculada à gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem como objetivo a produção e a sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.

A Vigilância considera ainda as diferentes etapas da vida do cidadão, desde a infância, passando pela adolescência, idade adulta e terceira idade. Entre suas tarefas, está o acompanhamento dos padrões de oferta dos serviços nas unidades da assistência social, produzindo e sistematizando informações que demonstrem a qualidade dos serviços ofertados.

Conselho Municipal de Assistência Social

O CMAS é um órgão colegiado, de composição paritária, de caráter deliberativo e permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social. Formado por 20 membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 10 representantes do poder público e 10 representantes da sociedade civil. Possui como principais atividades as reuniões ordinárias mensais, visitas institucionais, análise de projetos, inscrição de entidades, acompanhamento dos repasses de recursos do FMAS entre outras atividades.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão deliberativo e controlador das políticas de atendimento e serviços, em todos os níveis, relativos às crianças e aos adolescentes residentes no Município de Conceição do Araguaia - PA.

Conselho Municipal de Defesa do Idoso

Órgão colegiado de caráter deliberativo, com a finalidade de elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da política municipal do idoso, observadas as diretrizes do Estatuto do Idoso, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

Proteção Social Básica

Tem como finalidade prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos **Centros de Referência da Assistência Social - CRAS** e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

1- Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao quais todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.
2- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
3- Centros de Convivência para Idosos;

4- Serviços para crianças de 03 a 06 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
5- Serviços sócio-educativos para jovens adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
6- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

Horário de Atendimento: 08:00 a 12:00 e da 14:00 a 18:00

Projovem Adolescente

O Projovem Adolescente é uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) que atende exclusivamente a faixa etária de 15 a 17 anos. É um serviço socioeducativo, que integra as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo destina-se aos jovens:

1- Pertencentes de famílias beneficiarias do Programa Bolsa Família (PBF);
2- Egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/1990;
3- Em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/1990.
4- Egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
5- Egressos ou vinculados a programa de combate á violência, ou abuso e a exploração sexual.

Os jovens a que se referem os itens de 2 a 5 devem ser encaminhados ao Projovem Adolescente pelos programas e serviços especializados de assistência social do município ou pelo gestor de assistência social, quando demandado oficialmente pelo

Conselho Tutelar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.

Carteira do Idoso

A Carteira do Idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). A carteira deve ser gerada apenas para as pessoas acima de 60 anos, que não tenham como comprovar renda individual de até dois salários mínimos.

Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação continuada da Assistência Social - BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564/08.

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para garantir este direito não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível,** que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

No Município de Conceição do Araguaia a cobertura do programa se estendeu até o mês de maio 2015 a 2.246 pessoas.

PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Objetivos:

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Melhorar a qualidade do ensino médio.

Em Conceição do Araguaia de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 437 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria, para 2014, foi pactuada a oferta de 365 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Benefícios Eventuais

São benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária. Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Juntamente com os serviços socioassistencias, integram organicamente

as garantias do Sistema Único de Assistência Social (Suas) com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos.

A oferta de Benefícios Eventuais pode ocorrer mediante apresentação de demandas por parte de indivíduos e familiares em situação de vulnerabilidade, ou por identificação dessas situações no atendimento dos usuários nos serviços socioassistenciais e do acompanhamento sociofamiliar no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

Os Benefícios Eventuais configuram-se como elementos potencializadores da proteção ofertada pelos serviços de natureza básica ou especial, contribuindo dessa forma, com o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares.

Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de coleta de dados cujo objetivo é identificar e caracterizar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, BPC, Carteira do Idoso, Minha Casa minha Vida e outros. De acordo com os registros de outubro de 2015 do Cadastro o município de Conceição do Araguaia tem:

Quadro 56: Relação do número de famílias cadastradas no Cadastro Único

Cadastro Único
8.567 famílias

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.

De junho de 2011 a setembro de 2015, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 463 famílias que estavam em situação de

extrema pobreza. Conceição do Araguaia apresenta uma cobertura cadastral de 40,09% da população do município, esta realidade é inferior as estimativas oficias.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A seleção das famílias para o Bolsa Família em Conceição do Araguaia é feita com base nas informações registradas pelos CRAS SUL e CRAS NORTE e encaminhadas para o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes em Conceição do Araguaia – Pa, segundo a folha de pagamento de 2015 do Programa Bolsa família o município atende:

Quadro 57: Relação do número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

Programa Bolsa Família
4.912 famílias

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.

Os números apresentados em novembro de 2015, demonstra que o município tinha 4.912 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 96,31 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 96,31 %). Foram transferidos R$ 729.320,00 às famílias beneficiárias do Programa em

novembro de 2015. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a novembro de 2015, houve diminuição de 3,08 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. No município, 80,70 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,70 %. O município está abaixo da média.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 48,01 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,90 %. O município está abaixo da média.

Benefícios

O Programa Bolsa Família (PBF) é composto por vários tipos de benefícios transferidos mensalmente à população. O valor recebido por cada família é baseado no Cadastro Único, onde é observado a renda mensal per capita, número de integrantes, total de crianças e adolescentes até 17 anos, e a existência de gestantes e nutrizes. A regulamentação do Programa estabelece os seguintes tipos de benefícios:

Quadro 58: Caracterização dos Benefícios ofertados.

Benefícios	Valor	Condição
Benefício Básico	77,00	Renda mensal inferior a R$ 77,00
Benefício Variável	35,00	Famílias com criança ou adolescente entre 0 a 15 anos
Benefício Variável a Gestante (BVG)	35,00	Concedido às famílias do PBF que tenham gestantes em sua composição. Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês
Benefício Variável a Nutriz (BVN)	35,00	Concedido às famílias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	42,00	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família

Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Caso a Caso	Transferido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza, (renda mensal per capita menor ou igual a R$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O BSP independe da composição familiar.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015

Proteção Social Especial

Objetiva o atendimento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

A proteção social especial divide-se em média e alta complexidade, sendo que são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

CREAS

A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitária. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos. São considerados serviços de proteção especial de média complexidade:

- Serviço de orientação e apoio sociofamiliar;
- Plantão Social;
- Abordagem de Rua;

- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA Liberdade Assistida).
- Horário de Atendimento: 08:00 a 12:00 e da 14:00 a 18:00
- Público Alvo: Famílias e indivíduos que os direitos foram violados:

CREAS – Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem elemento fundamental para a efetividade do trabalho do CREAS. A vinculação dos profissionais do CREAS com a família/indivíduo constitui um dos principais elementos para a qualificação na oferta da atenção especializada.

Com o amadurecimento da implantação do SUAS, a Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010, ao dispor sobre a composição das equipes de referência do CREAS, passou a considerar, para além do nível de gestão, disposto na NOB-RH/SUAS (2006), o porte dos municípios como um elemento fundamental no planejamento da capacidade de atendimento e da definição do CREAS.

Abrigo Institucional

Os serviços da proteção social de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. São considerados serviços de proteção especial de alta complexidade:

- Atendimento Integral Institucional;
- Capacidade de Atendimento: 20 crianças e adolescentes.
- Público Alvo: São crianças e adolescentes em situação de rompimento de vínculos familiares ou risco social;

Habitação

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. Desta forma, busca promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais no município de Conceição do Araguaia – Pa.

Cheque Moradia

O programa que é de caráter eminentemente social foi criado para possibilitar às famílias, com renda de até três salários mínimos, construir, ampliar e/ou reformar suas casas, ficando a contratação e pagamento da mão-de-obra sob a responsabilidade do beneficiário.

Saneamento Básico

O Saneamento básico é um conjunto de procedimentos adotados em Conceição do Araguaia – PA, com a finalidade de proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes. Desta forma, visa garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do meio ambiente. Assim, são construídos módulos sanitários para as famílias de baixa renda.

SITUAÇÃO FUNDIARIA

A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social**,** desenvolvimento rural sustentável **e** aumento de produção.

O que o Incra busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no país é a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial.

Para tanto, o Incra adota instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e a está realizando uma adequação institucional e normativa para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários. A reforma agrária implica também no forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras. Atendendo às diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária é parte de um projeto nacional de desenvolvimento, massivo e de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos.

Em relação aos beneficiários, a atuação do Incra no campo é norteada pela promoção da igualdade de gênero, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. O trabalho do Incra contribui para dotar o Estado dos instrumentos necessários para gerir o território nacional.

O município de Conceição do Araguaia segue o panorama nacional no que tange aos projetos de reforma agraria beneficiando 4.270 famílias distribuídas em 37 projetos de assentamento (PAs) em uma área total de 227.193,62 há, como ilustra o quadro 69.

Quadro 59: Relação dos Projetos de Assentamentos no Município de Conceição do Araguaia- Pará.

Ordem	Projeto de Assentamento (PA)	Área (HA)	Famílias Assentadas e Existentes
01	Águas Claras	1.434,11	28
02	Apertar da Hora	4.356,00	69
03	Arraias	4.006,00	80
04	Canarana	12.851,29	303
05	Centro da Mata	4.356,00	90
06	Chibil	2.488,00	69
07	Cocalinho	1.281,42	31
08	Cristo Rei II	1.390,00	21
09	Consolação	4.117,04	86
10	Curral de Pedras	8.223,23	154
11	Estiva	4.352,00	60
12	Gaucha	3.965,50	89
13	Indiaporã	2.639,00	63
14	Inga	10.650,42	98
15	Inga II	4.531,31	65
16	Inga III	3.368,15	67
17	Joncon/ 3 Irmãos	25.211,79	374
18	Lontra	2.441,18	63
19	Maria Luiza	3.649,63	84
20	Marrecas do Araguaia	3.676,34	93
21	Menina Moça IV	3.596,00	64
22	Milhomem	1.630,85	53
23	Nazaré	12.968,00	243
24	Novo Araguaia	3.747,00	76
25	Paragominas	1.554,75	40
26	Padre Josimo Tavares	60.655,70	1.106
27	Pecosa/Chapéu de Palha	7.922,72	168
28	Pedra Preta	2.447,68	49
29	Primavera	2.901,85	42
30	Santa Cruz	1.742,00	42
31	Santa Mariana	1.829,39	42
32	Santa Eudóxia	3.436,17	80
33	Santo Antônio	3.801,71	77
34	São Domingos	2.470,82	62
35	São José dos 3 Morros	2.500,00	14
36	São Raimundo	970,20	21
37	União Batente	4.030,37	104
Total		**227.193,62**	**4.270**

Fonte: Incra, (2016)

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

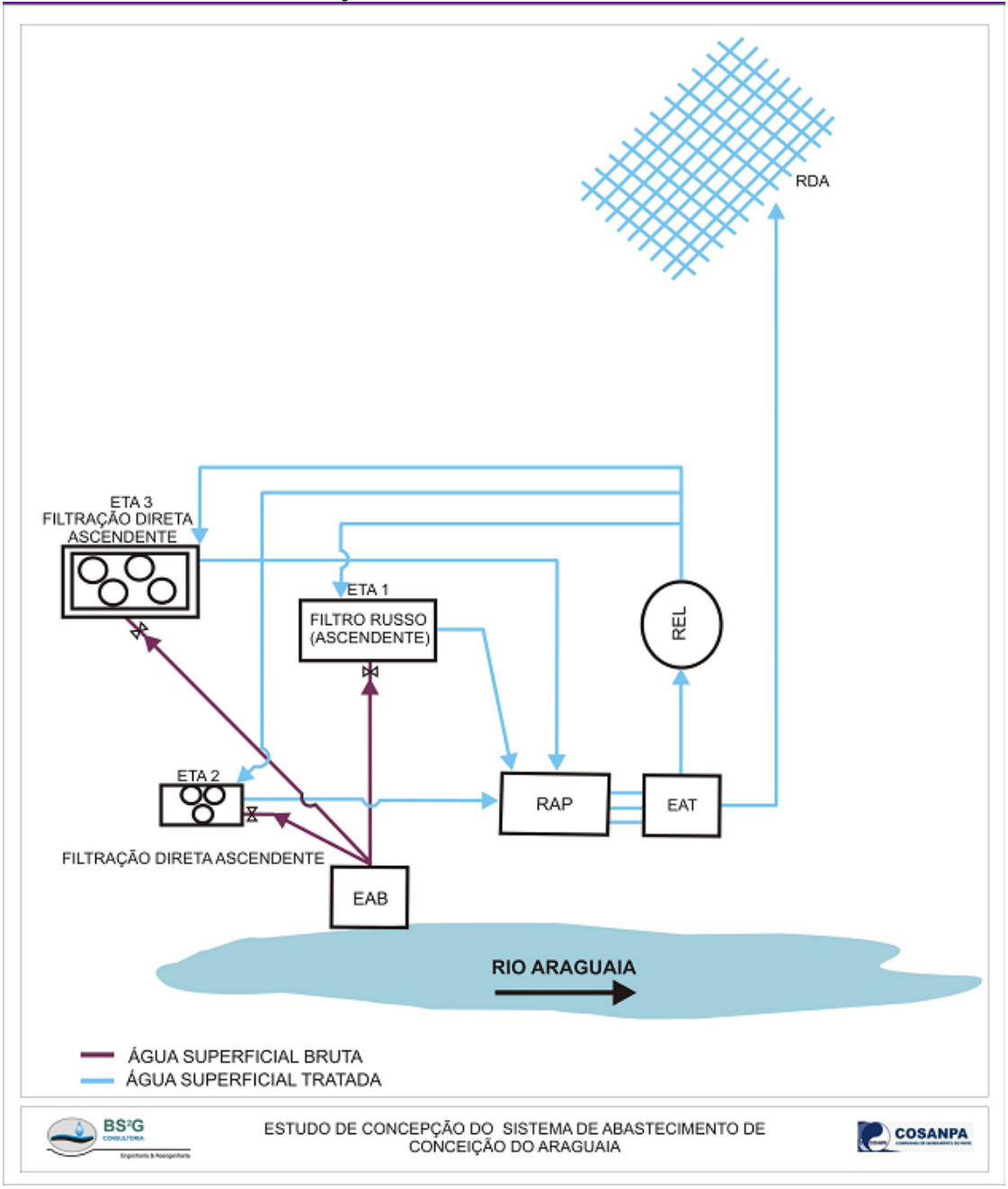


Figura 20: Ilustração do Sistema de Tratamento de Agua utilizado no Município de Conceição d Araguaia –Pará . **Fonte:** Cosanpa, (2016).

Um Sistema de Abastecimento de Água inicia-se pela captação da água bruta do meio ambiente, depois há um tratamento adequado para torná-la potável e, por

última, há a distribuição até os consumidores, em quantidade suficiente para suprir suas necessidades de consumo. Esse sistema pode ser dimensionado para pequenas populações ou para grandes metrópoles, dependendo da necessidade da localidade (ADASA, 2016)

Esse sistema é composto por várias etapas até que a água chegue às torneiras dos consumidores. As etapas estão dispostas a seguir:

- **Captação**: a água bruta é captada em mananciais superficiais (barragens, lagos, rios, etc.) ou subterrâneos (poços);
- **Adução**: a água captada nos mananciais é bombeada até as ETAs (Estações de Tratamento de Água) para que possa ter tratamento adequado;
- **Tratamento**: através de uma série de processos químicos e físicos, a água bruta é tornada potável para que possa ser distribuída à população;
- **Reservação**: depois de tratada, a água é bombeada até reservatórios para que fique à disposição da rede distribuidora;
- **Distribuição**: a parte final do sistema, onde a água é efetivamente entregue ao consumidor, pronta para ser consumida.

Captação

A captação é feita no rio Araguaia, no ponto de coordenadas geográficas 8º17’02.66”S e 49º15’49.36”O. Após ser captada, a água é bombeada para a Estação de Tratamento de Água (ETA) localizada na zona urbana em uma área aproximada de 36.000m² limitada ao norte pelo bairro Emerêncio, a leste pelo bairro Vila dos Pescadores, a oeste pelo bairro Vila Nova e ao sul pelo rio Araguaia em frente à Praia Verde.

Figura 21: Imagem do ponto de captação de agua da estação de tratamento de agua no município de Conceição do Araguaia- Pará. **Fonte:** Google Earth, (2016)

Figura 22: Flutuante com bomba de captação de agua no município de Conceição do Araguaia – Pará.
Fonte: Almeida e Santos, (2016)

Estação de Tratamento de Água- ETA

O tratamento da água é realizado através de 3 ETAs. São elas:

ETA 1 - Composta por um filtro Russo ascendente;

O sistema de tratamento de água, utilizando-se filtro Russo (filtração direta ascendente), tem sua utilização vinculada à qualidade da água bruta com baixos valores de turbidez, porém com cor em níveis mais altos, para produzir água tratada dentro dos padrões de portabilidade.

ETA 2 - Composta por quatro filtros descendentes. Modelo Clarifiber II da Hemfibra com capacidade nominal de 70 a 95 m³/h por filtro.

ETA 3 - Composta por dois decantadores e um filtro descendente Modelo ATAG com vazão de 250m³/h.

Casa de Química

A casa de química possui um laboratório para execução das análises rotineiras da ETA e para verificar a qualidade de água distribuída.

Após tratamento, a água é encaminhada para um reservatório apoiado (RAP).

Reservatório apoiado – RAP

O Reservatório Apoiado possui volume de 100m³ de capacidade. Neste sistema ocorre desinfecção da água por meio de cloro gás. Este reservatório serve de poço de sucção da Estação Elevatória de Água Tratada (EEAT).

Estação elevatória de água tratada - EEAT

A EEAT recalca uma parte da água para o reservatório elevado (REL), com a finalidade de lavagem dos filtros e a outra parte é encaminhada para rede de distribuição de água (RDA).

Adutora de água tratada

O SAA possui três adutoras:

I. A primeira é a adutora de água tratada da zona norte com diâmetro nominal de 250 mm e extensão de 2850m;

II. A segunda adutora zona sul possui diâmetro nominal de 300mm e com extensão de 1870m, e;

III. A terceira é a adutora de reforço da zona sul com diâmetro nominal de 200 mm e com extensão de 480m, as três adutoras são de ferro fundido.

Reservatório elevado

Existem dois reservatórios elevados, localizados na parte mais alta da cidade. Tem capacidade para armazenar de 227m³ a 600m³.

Figura 23: Reservatório e agua no município de Conceição do Araguaia – Pará
Fonte: Almeida e Santos, (2016)

Rede de Distribuição de Água Tratada – RDA

A rede de distribuição de água possui tubulações que variam de 40 a 300 mm.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Manancial

Está suscetível a contaminação, em razão da posição da tomada d'água. A COSAMPA tem como único manancial para captação de agua o rio Araguaia.

Captação

Na tomada d'água o flutuante está funcionando precariamente.

Figura 24: Flutuante com bomba de captação de agua no município de Conceição do Araguaia – Pará.
Fonte: Almeida e Santos, (2016)

Estação Elevatória de Água Tratada

Os componentes (conjuntos motor bombas e quadros de comando) necessitam de manutenção.

O arranjo hidráulico das instalações precisa ser avaliado, para mudança.

O nível de ruído da unidade está acima do suportável sem o uso de proteção auricular.

Os equipamentos de medição são insuficientes para prover o controle adequado da operação.

Estação Tratamento de Água - ETA

A capacidade de produção da ETA não está atendendo a demanda atual.

Os equipamentos existentes são insuficientes para prover o controle adequado da operação.

A utilização de filtração direta na época de cheia do rio compromete a capacidade da ETA.

Reservação

A capacidade de reservação disponível não está sendo utilizada.

Distribuição

O cadastro de rede de água está desatualizado. Atualmente a rede de distribuição tem aproximadamente 125.000 metros de extensão atendendo aproximadamente 13.000 domicílios.

Cadastro Comercial

Necessário recadastramento.

Medição de Consumo

Inexistente, provocando desperdício. Necessário a instalação de micro medidores individuais.

Desperdício

Há um grande desperdício de água pela população em virtude, também, da falta de educação ambiental. O que justifica os desperdícios é o valor da tarifa que gira entorno de 14 reais mensal.

A taxa de inadimplência gira entorno de 75% das tarifas faturadas.

Escritório da empresa

O prédio da COSANPA foi inaugurado em maio de 1980.

SUGESTÕES da administração local da companhia de abastecimento de água - COSANPA

Estudo e Implantação de Projetos de Micromedição, para reduzir o desperdício de água, ou seja, realizar a medição do consumo em ligações individuais gerando impacto na redução das perdas por vazamentos internos, desperdício e irregularidades cadastrais.

Implantação de Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS), para que a população local participe de campanhas educativas para a organização e desenvolvimento comunitário, com vistas à promoção da melhoria das condições de vida desta população, contemplando a participação efetiva do público-alvo na busca de possibilidades que proporcionem as condições de sustentabilidade do empreendimento.

Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) nas imediações ponto de captação para que não haja comprometimento da água bruta.

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Segundo a Norma NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação, revisada em 2004, a definição de resíduos sólidos é a seguinte:

> Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

A NBR 10004 ainda classifica os resíduos quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública.

A classificação baseia-se nas características dos resíduos, se reconhecidos como perigosos, ou quanto à concentração de poluentes em suas matrizes. De acordo com a NBR 10004, os resíduos são classificados da seguinte forma:

Quadro 60: Quadro com a classificação da periculosidade.

CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS	CLASSE I	CLASSE II	
	Perigosos	Não perigosos	Inertes
			Não inertes

Fonte: Manual de Gerenciamento de Resíduos sólidos

A resídua classe I –

Resíduos são aqueles cujas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas podem acarretar em riscos à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando o resíduo for gerenciado de forma inadequada. Para que um resíduo seja apontado como classe I, ele deve estar contido nos anexos A ou B da NBR 10004 ou apresentar uma ou mais das seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

Resíduos Classe II – A

Não inertes: aqueles que não se enquadram nas classificações de resíduos classe I - Perigosos ou de resíduos classe II

B - Inertes. Os resíduos classe II A – Não inertes podem apresentar propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.

Resíduos Classe II – B -

Inertes: quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme anexo G, da NBR 10004.

Em Conceição do Araguaia não existe um Plano Diretor específico para limpeza urbana e Coleta de Resíduos Sólidos ou plano de gerenciamento de resíduos. Estão contidos no futuro plano Municipal de Saneamento em elaboração.

COLETA, TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO FINAL DOS RESÍDUOS

Quadro 61: Quadro com a relação de veículos envolvidos na coleta dos resíduos em Conceição do Araguaia.

Veículos	Quantidade	Situação
Trator	1	Próprio
Caminhão Caçamba Truck	2	Próprio
Caminhão Caçamba Truck	1	Terceirizado
Caminhão Compactador	1	Próprio
Total	4	-

Fonte: SEMMARH, (2016)

Quadro 62: Quadro com o número de colaboradores envolvidos na coleta em Conceição do Araguaia.

Cargo	Quantidade	Situação contratual
Motorista	3	Efetivo
ASU	23	Efetivo
ASU	10	Contratado
ASG	6	Contratado
Operador de maquinas	1	Contratado
Total	43	-

Fonte: SEMMARH, (2016)

Quadro 63: Quadro com o número de colaboradores envolvidos na limpeza de ruas e espaços públicos em Conceição do Araguaia.

Cargo	Quantidade	Situação contratual
Jardineiro	2	Efetivo
ASU	40	Efetivo
ASG	1	Efetivo
Total	43	-

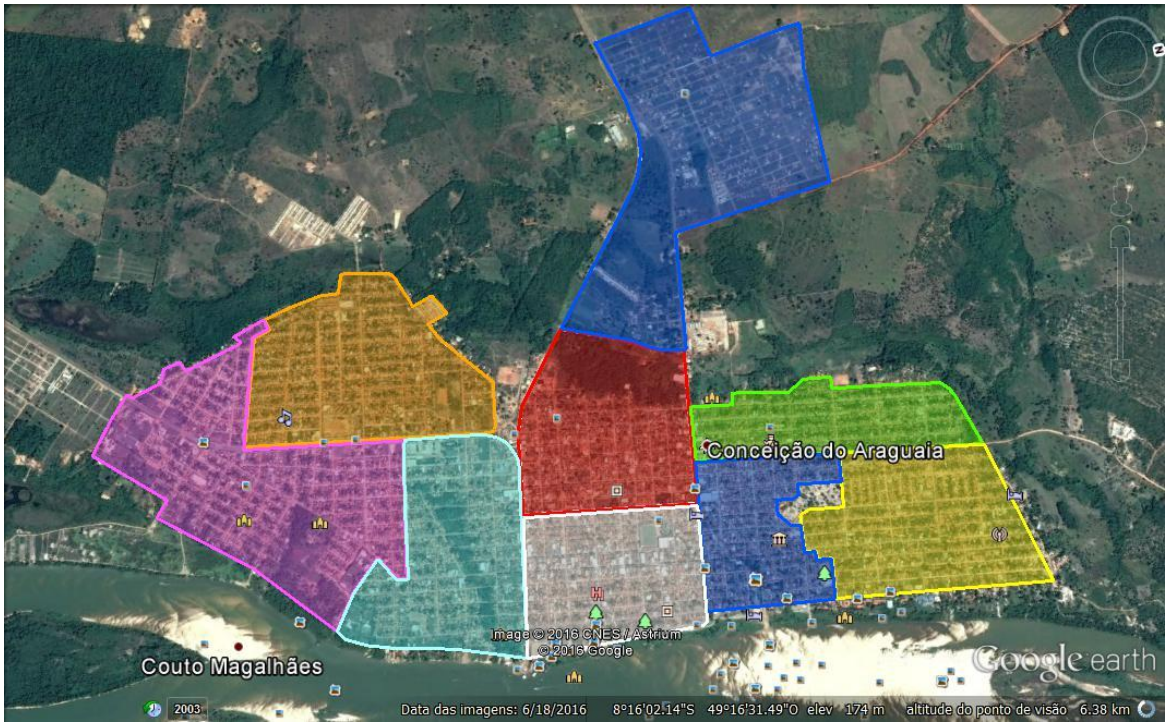
Fonte: SEMMARH, (2016)

Quadro 64: quadro com a divisão dos setores de coleta de resíduos, RH e veículos de coleta em Conceição do Araguaia.

Setor	Rota	Horário	RH	Veiculo
Centro	Av, Brasília até a Av. Magalhães Barata e as Trav. entre a Av. Fernando Guilhon a Av. Intendente Norberto lima.	18:00h às 00:00h	4	Caçamba
São Luiz II	Av. Magalhães Barata até a Rua dos Buritis e as Trav. entre a Av. Fernando Guilhon a Av. Intendente Norberto lima.	12:00h às 18:00h	4	Caçamba
Canudinho	Av. Couto Magalhães até a Av. Carajás e as Trav. Av. Intendente Norberto lima e Trav. Almirante Tamandaré, Av. Paes de Carvalho, Trav. Frei Estevan Galais Trav. Santos Dumont, Jardim Petrópolis e Jardim Araguaia	05:00h as 11:00h	4	Caçamba
Universitário	Av. Couto Magalhães até a Av. Carajás entre Trav. Almirante Tamandaré até a Av. Contorno, (Geovamira e Alacilândia, uma vez por semana)	05:00h as 11:00h	4	Compactador
Emerêncio	Bairro do Emerêncio, Vila dos Pescadores e Alto Araguaia	12:00h às 18:00h	4	Compactador
Tancredo	Bairros Vila Nova, Alto Verde, Tancredo Neves, Morada do Sol (Posto Fiscal e Aeroporto uma vez por semana)	18:00h às 00:00h	4	Caçamba
Vila Cruzeiro	Bairros Vila Cruzeiro, Vila Real I e II, Vila Vulcão, Pousada do Sol e Aguas Claras	18:00h às 00:00h	4	Caçamba
São Luiz I e	Bairro São Luiz I da Av. Cacique Paracantins até a	00:00h as		

N. Araguaia	Av. Carajás entre a Trav. Almirante Tamandaré até a Av. Contorno	05:00h	3	Compactador
Geral	Recolhe lixo resíduos de varrição, material de poda e resíduos gerados na feira coberta	07:00h as 11:00h – 13:00h as 17:00h	3	Trator com Carreta

Figura 25: Imagem aérea dos setores de coleta dos resíduos sólidos em Conceição do Araguaia.



Fonte: Google Earth, (2016)

Para coleta dos resíduos sólidos gerados no perímetro urbano de Conceição do Araguaia, a mesma foi subdividida em 08 setores de coleta.

Quadro 65: Relação de domicílios e residentes por setor de coleta de resíduos em Conceição do Araguaia.

Setor	Domicílios	Residentes
Centro	1.493	4.875
São Luiz II	703	2.508
Canudinho	650	2.000
Universitário	1.162	4.237

Emerêncio	1.286	3.582
Tancredo	1.184	4.315
Vila Cruzeiro	1.570	5.820
São Luiz I e N. Araguaia	1.307	4.835

Fonte: SEMMARH, (2016)

GERAÇÃO, COLETA E TRANSPORTE

A geração total de RSU no Brasil em 2014 foi de aproximadamente 78,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 2,9% de um ano para outro, índice superior à taxa de crescimento populacional no país no período, que foi de 0,9%. Os dados de geração anual e per capita em 2014, comparados com 2013.

Segundo os responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no município de Conceição do Araguaia, SEMMARH – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, supera a média regional.

Atualmente o município recolhe e acondiciona aproximadamente 60 toneladas de resíduos sólidos por dia, que são acomodados em um aterro controlado. A tabela xxx descreve a logística e quantidade resíduos que são coletados diariamente.

Quadro 66: Relação de veículos e total de resíduos coletados em Conceição do Araguaia – PA

Veiculo	Kg	Viagens/dia	Total Parcial	Total Geral/Kg/dia
Trator	1.500	4	6.000	60.000
Caçamba	6.000	6	36.000	
Compactador	3.000	6	18.000	

Fonte: SEMMARH, (2016)

Figura 26: Imagem de caminhão compactador de resíduos sólidos em Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

Figura 27: Imagem de trator utilizado na coleta de resíduos sólidos em Conceição do Araguaia. Fonte: SEMMARH (2016)

Figura 28: Imagem de caminhão caçamba utilizado na coleta de resíduos sólidos em Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS

Segundo Consoni *et al* (2000), o gerenciamento integrado deve começar pelo conhecimento dos resíduos gerados pelo município, uma vez que, vários fatores influenciam na sua composição: sazonalidade, aspectos climáticos, regionais, temporais e possíveis flutuações na economia. Portanto, as amostragens devem ser realizadas sistematicamente.

Caracterizar os diversos componentes dos resíduos sólidos subsidia a elaboração de planos de gestão que abrangem a expansão dos serviços de coleta regular, a viabilidade de implantação de coleta seletiva e compostagem, além da especificação de equipamentos e definição de sistemas de eliminação. (COMCAP, 2002).

A identificação e caracterização dos constituintes de cada localidade são fundamentais na determinação da alternativa tecnológica mais adequada, desde a etapa de coleta, transporte, reaproveitamento, reciclagem até a destinação final dos rejeitos em aterros sanitários.

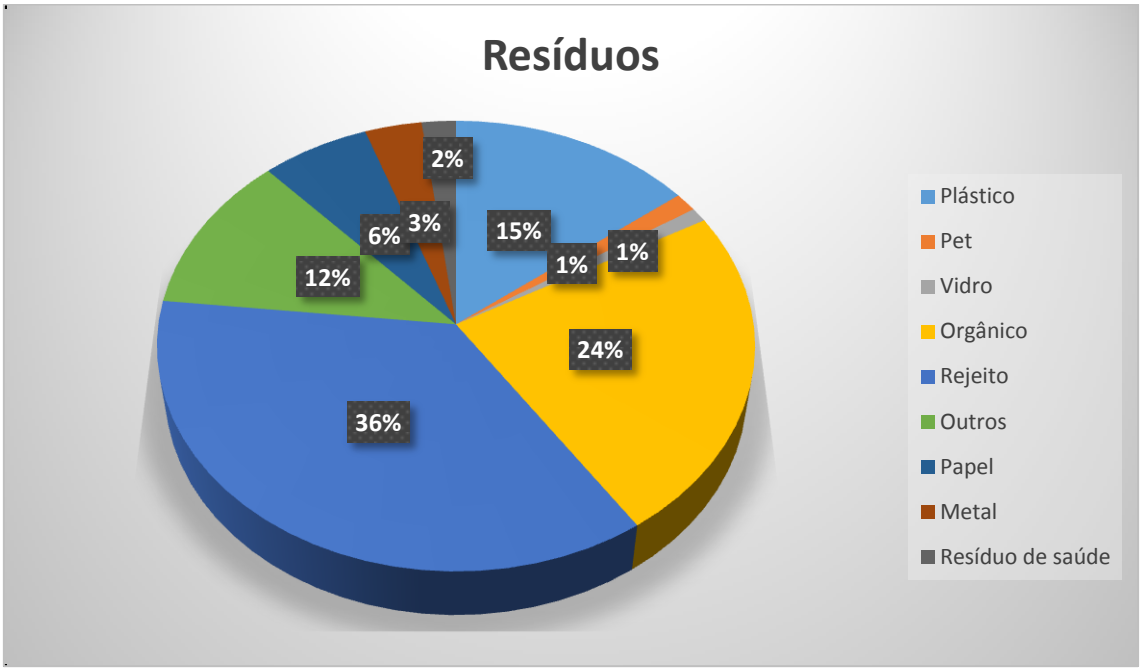


Figura 29: Gráfico caracterização dos resíduos sólidos do setor de mobilização Centro município de Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

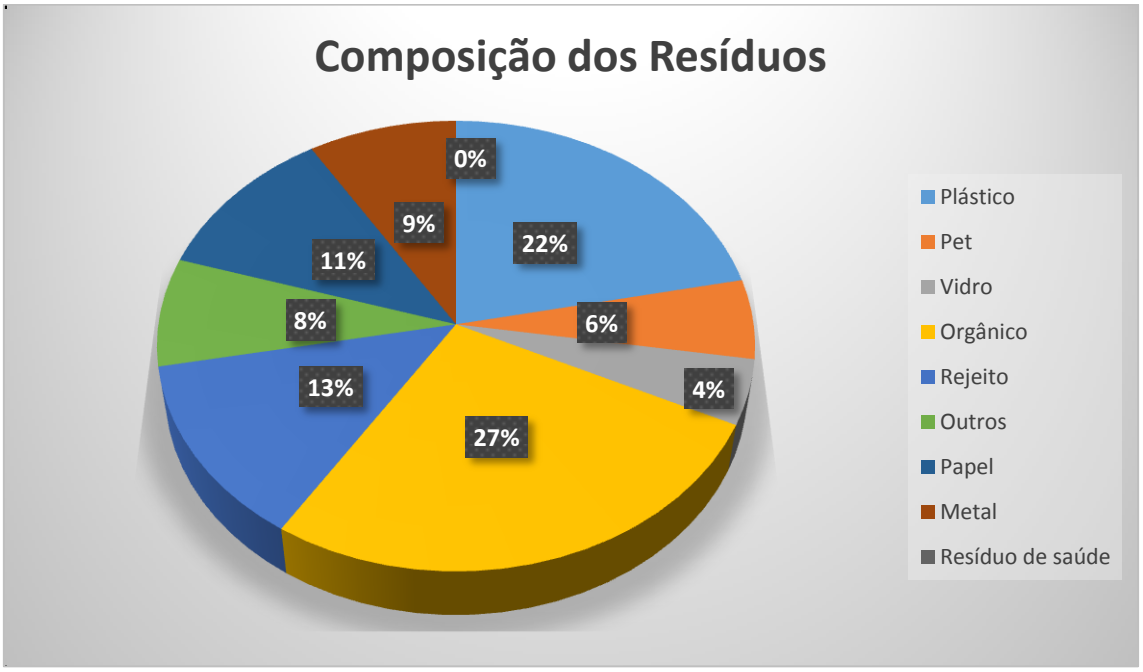


Figura 30: Gráfico com caracterização dos resíduos sólidos do setor de mobilização Norte município de Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

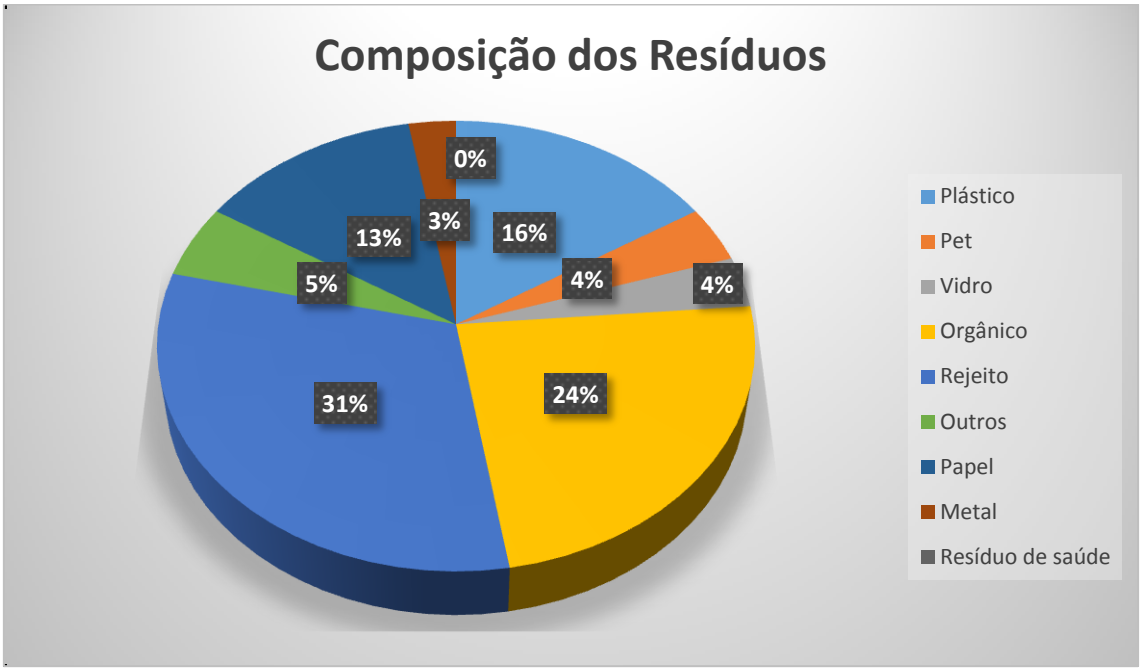


Figura 31: Gráfico com caracterização dos resíduos sólidos do setor de mobilização Sul município de Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

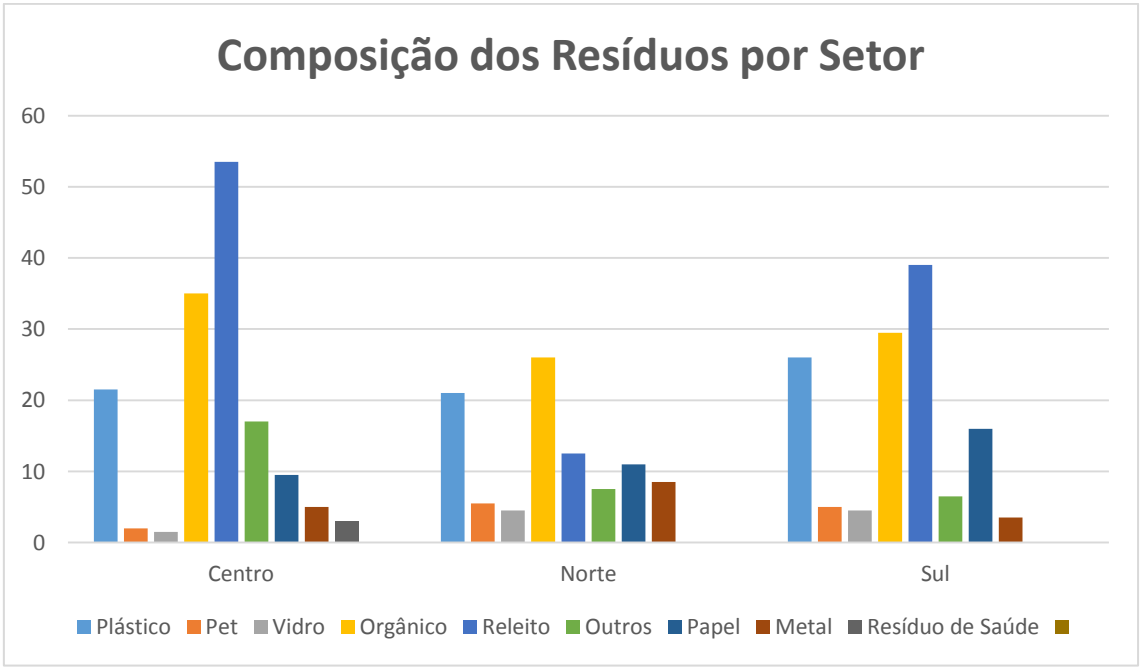


Figura 32: Gráfico comparativo da caracterização dos resíduos sólidos por setores de mobilização em Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

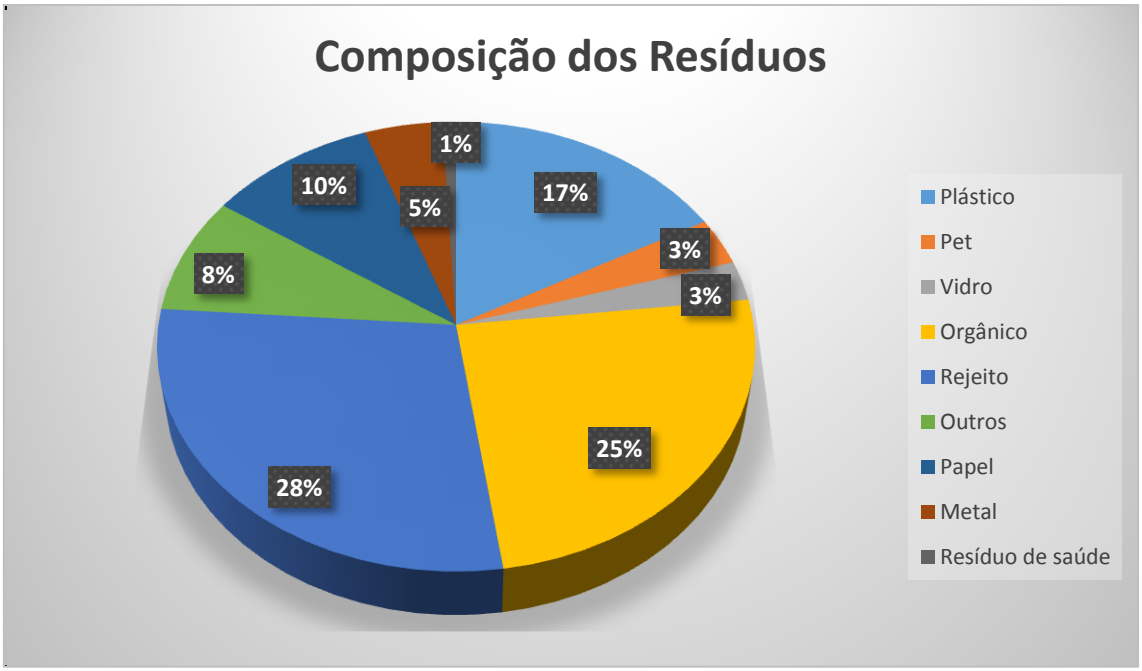


Figura 33: Gráfico com a composição geral dos resíduos sólidos gerados em Conceição do Araguaia.
Fonte: SEMMARH (2016)

DISPOSIÇÃO FINAL

Lei 12.305/2010 Art. 3° Inciso VII – Disposição Final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (PORTAL DOS RESIDUOS, 2016)

As formas mais conhecidas de disposição final de resíduos são o Aterro Sanitário, Aterro Controlado e Lixão a céu aberto. No Brasil a única forma ainda permitida por Lei é o Aterro Sanitário.

Fazer a disposição final de rejeitos requer uma completa neutralidade com o meio ambiente. Isso significa que não deve poluir ou alterar o meio onde tais soluções forem construídas. As principais formas de poluição é a contaminação do solo, dos lençóis freáticos e do ar. As consequências dessa poluição é a proliferação de doenças decorrentes de pragas de ratos, insetos e animais que vivem dos rejeitos assim como doenças ocasionadas pela poluição dos lençóis freáticos como a diarreia.

O município de Conceição do Araguaia possui uma área para disposição final de resíduos sólidos localizada aproximadamente a 5 km do centro da cidade. Esta área está em uso a mais de 60 anos, sendo o método utilizado o de vazadouro a céu aberto.

Figura 34: Imagem do vazadouro a céu aberto em Conceição do Araguaia.
Fonte: L. Gelison (2015)

Desde o ano de 2015 o município está atuando no processo de adequação das condições de disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Atualmente o vazadouro está sendo transformado em um aterro controlado na tentativa minimizar os efeitos negativos do sistema ineficiente de disposição final dos resíduos.

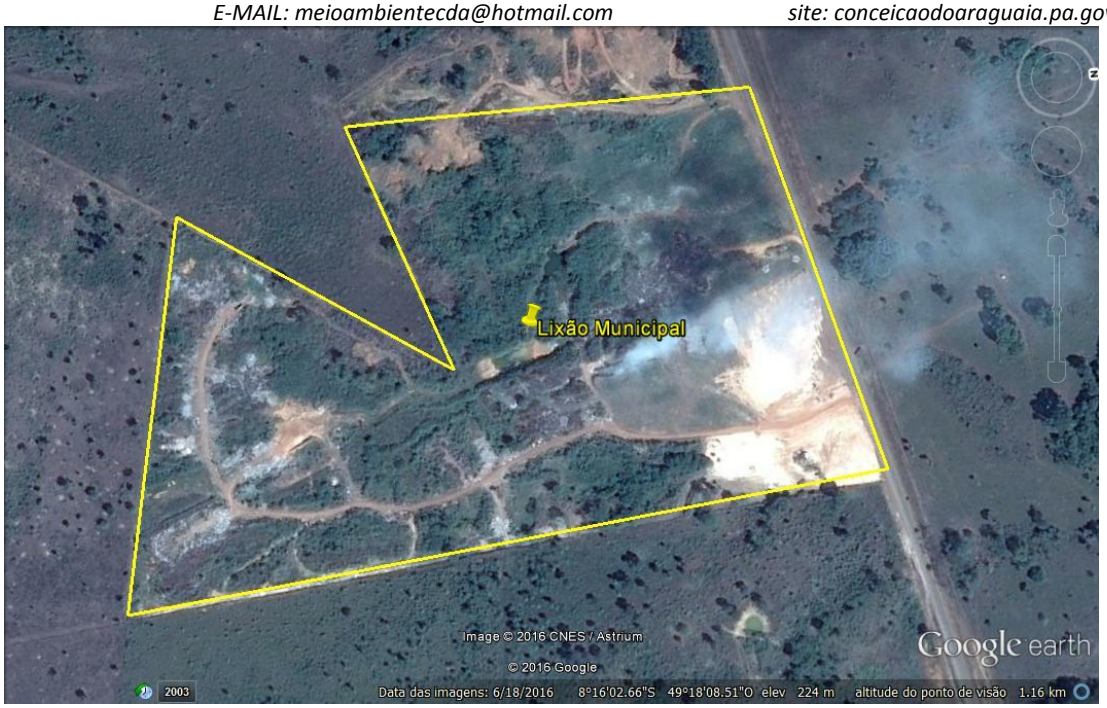


Figura 35: Imagem aérea do vazadouro a céu aberto em Conceição do Araguaia.
Fonte: Google Earth (2016)

Figura 36: Imagem área do vazadouro a céu aberto sendo transformada em um aterro controlado em Conceição do Araguaia.
Fonte: L. Gelison (2015)

Figura 37: Imagem do lançamento de resíduos sólidos em uma célula no aterro controlado em Conceição do Araguaia. **Fonte:** L. Gelison (2015)

Resíduos sólidos hospitalares

O manejo, coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados pelo sistema de saúde pública é gerenciado por uma empresa terceirizada, TRANSCIDADE SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI, a geração mensal gira em torno de 24 toneladas que é recolhida duas vezes por semana e transportados em veículo adaptado para este serviço até a cidade de Belém onde é descartado sob o que regulamenta a lei 12.305.

Social

No município de Conceição do Araguaia existe uma associação de catadores de materiais recicláveis, ACAMARCA composta por 24 sócios catadores. Os mesmos contam com uma prensa industrial instalada em uma propriedade partícula.

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O esgoto sanitário, segundo definição da norma brasileira NBR 9648 (ABNT, 1986) é o "despejo líquido constituído de esgotos doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária". Essa mesma norma define ainda:

Esgoto doméstico é o "despejo líquido resultante do uso da água para higiene e necessidades fisiológicas humanas;

Esgoto industrial é o "despejo líquido resultante dos processos industriais, respeitados os padrões de lançamento estabelecidos;

Água de infiltração é "toda água proveniente do subsolo, indesejável ao sistema separador e que penetra nas canalizações";

Contribuição pluvial parasitária é "a parcela do deflúvio superficial inevitavelmente absorvida pela rede de esgoto sanitário".

Por elas mesmas, essas definições já estabelecem a origem do esgoto sanitário que, dadas tais parcelas, pode ser designado simplesmente como esgoto. Apesar das definições acima serem inequívocas, algumas considerações podem ser feitas.

O esgoto doméstico é gerado a partir da água de abastecimento e, portanto, sua medida resulta da quantidade de água consumida. Esta é geralmente expressa pela "taxa de consumo per capita", variável segundo hábitos e costumes de cada localidade. É usual a taxa de 200 L/hab. dia, mas em grandes cidades de outros países essa taxa de consumo chega a ser de três a quatro vezes maior, resultando num esgoto mais diluído, já que é praticamente constante a quantidade de resíduo produzido por pessoa. É óbvio que as vazões escoadas de esgoto são maiores. Mesmo no Brasil, há capitais de estados que utilizam taxas maiores do que aquela no dimensionamento dos seus sistemas, ou parte deles. Mas, em outros casos, são usadas taxas bem menores.

Segundo IBGE, (2010) o município de Conceição do Araguaia, não dispões de rede coletora de esgoto. O esgoto doméstico é descartado em fossas rusticas, tipi sumidouro.

Figura 38: Imagem de uma fossa comum utilizada para tratamento do esgoto sanitário em Conceição do Araguaia. **Fonte:** Santos (2016)

Atualmente, no setor norte do município, está sendo implantado 8.526,74 metros de rede coletora de esgoto e construído uma estação de tratamento de esgoto sanitário ETE que beneficiara aproximadamente 2.639 domicílios e população residente de 9.967 habitantes.

As redes de coleta serão distribuídas por ruas e avenidas que compreendem parte dos bairros Centro, Canudinho e Setor Universitário, como ilustra a Quadro 67.

Quadro 67: Quadro com as vias e metragem da instalação da primeira etapa de construção do sistema de captação de esgotamento sanitário em Conceição do Araguaia.

VIAS	COMPRIMENTO METROS
Rua Manaus	587
Rua Governador Frenando	667
Rua Vereador Virgolino Coelho	743,42
Rua Agostinho Rosa	755,05
Rua dos Operários	653,30
Rua Francisco Nobre	662
Rua Frei José Audrim	645,80
Rua Amâncio do Rego	469
Rua Henry Condreaux	634
Av. Intendente Norberto Lima	540
Rua Diogo Mourão	548,40
Rua Irmã Maria Otavia	543,50
Rua Frei André Blatige	540,80
Rua Intendente Rufino Brasil	537,20
TOTAL	**8.526,74**

Fonte: SEMMARH, (2016)

A estação de tratamento será construída no bairro Universitário continuação da Avenida Couto de Magalhães.

Figura 39: Imagem aérea da estação tratamento do esgoto sanitário em Conceição do Araguaia. **Fonte:** Google Earth (2016)

Figura 40: Imagem da estação tratamento do esgoto sanitário em Conceição do Araguaia.
Fonte: Santos (2016)

Figura 41: Imagem do lançamento estação tratamento do esgoto sanitário a céu aberto em Conceição do Araguaia. **Fonte:** Almeida (2016)

É comum notar em alguns bairros de Conceição do Araguaia a Presença de esgoto sanitário sendo lançado diretamente nas ruas e escoando para o rio Araguaia, como retrata as imagens 41.

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O sistema de drenagem deve ser entendido como o conjunto da infraestrutura existente em uma cidade para realizar a coleta, o transporte e o lançamento final das águas superficiais. Inclui ainda a hidrografia e os talvegues.

É constituído por uma série de medidas que visam a minimizar os riscos a que estão expostas as populações, diminuindo os prejuízos causados pelas inundações e possibilitando o desenvolvimento urbano de forma harmônica, articulada e ambientalmente sustentável. O sistema pode ser dividido em:

Microdrenagem São estruturas que conduzem as águas do escoamento superficial para as galerias ou canais urbanos. É constituída pelas redes coletoras de águas pluviais, poços de visita, sarjetas, bocas-de-lobo e meios-fios.

Macrodrenagem São dispositivos responsáveis pelo escoamento final das águas pluviais provenientes do sistema de microdrenagem urbana. É constituída pelos principais talvegues, fundos de vales, cursos d'água, independente da execução de obras específicas e tampouco da localização de extensas áreas urbanizadas, por ser o escoadouro natural das águas pluviais.

Atualmente, o sistema de drenagem urbana aponta para a preservação dos cursos d'água, sua despoluição e a manutenção das várzeas de inundação, de forma que não sejam necessárias obras estruturantes, reduzindo-se custos de implantação e problemas provocados pelas mesmas, tirando proveito de seu potencial urbanístico como áreas verdes e parques lineares.

Conceição do Araguaia conta com poucos projetos de drenagem, possuído aproximadamente cerca de 1.500 metros de galerias que encontram se em péssimas condições algumas estão sendo utilizadas de maneira incorreta para lançamento de esgoto doméstico outras estão obstruídas por entulho, madeira e resíduos de origem doméstica. O município possui cerca de 25 bueiros e bocas de lobo, muitos em péssimos estado de conservação.

Figura 42: Imagem de bueiro instalado no córrego Emerêncio em Conceição do Araguaia. **Fonte:** Almeida (2016)

Figura 43: Imagem de galeria obstruída por resíduos em Conceição do Araguaia.
Fonte: Almeida (2016)

Figura 44: Imagem de boca de lobo na praça dos Buritis em Conceição do Araguaia.
Fonte: Almeida (2016)

O município de Conceição do Araguaia conta com dois córregos urbanos que por falta de obras eficientes de drenagem urbana estão sofrendo alterações significativas. Córrego Emerencio com extensão de aproximadamente 1.300 metros e córrego São Luiz com extensão aproximada 3.800 metros. Por falta de cuidados e proteção da área de proteção permanente os dois córregos estão sofrendo com assoreamento, lançamento de esgoto sanitário, lançamento de aguas residuais, lança de resíduos sólidos domésticos e da construção civil.

DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO (Reuniões Populares)

Para que a elaboração do diagnóstico acerca dos eixos integrantes do saneamento básico no município de Conceição do Araguaia atendesse as especificações dispostas no termo de referência, utilizou se a seguinte metodologia, o município foi subdividido em três setores de mobilização, Sul, Centro e Norte.

Em cada setor de mobilização foi realizado uma reunião onde estiveram presentes representantes da administração pública, Companhia de Saneamento do Pará – COSAMPA, representantes do poder legislativo, comitê de coordenação e populares.

Durante as reuniões foram discutidas as realidades de cada setor onde cada morador presente teve a oportunidade de expor sua opinião sobre a prestação de serviço do saneamento básico. Com o intuito de otimizar os dados e obter maior participação popular foram aplicados questionários contendo 26 perguntas fechadas sobre o abastecimento de agua, coleta de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem urbana. A aplicação foi realizada de maneira aleatória e indiscriminada em 20% dos domicílios de cada setor.

Os resultados obtidos mediante aplicação dos questionários nos três setores apresentam variação nos resultados devido a composição social do setor.

Setor Centro

No setor "Centro" composto por 5 bairros, Capelinha, Centro, São Luiz II, Jardim Petrópolis e Jardim Araguaia, os mesmos juntos possuem a quantidade de 3.070 domicílios e população aproximada de 7.208 residentes.

Os moradores do setor centro foram questionados quanto ao uso da água em seus domicílios. Questionou se se a água utilizada é proveniente do sistema público de abastecimento ou fonte alternativa, poços. 41% dos domicílios questionados afirmam utilizar o sistema de abastecimento público, 29% poços semi-artesianos e 30% utilizam poços e sistema público.

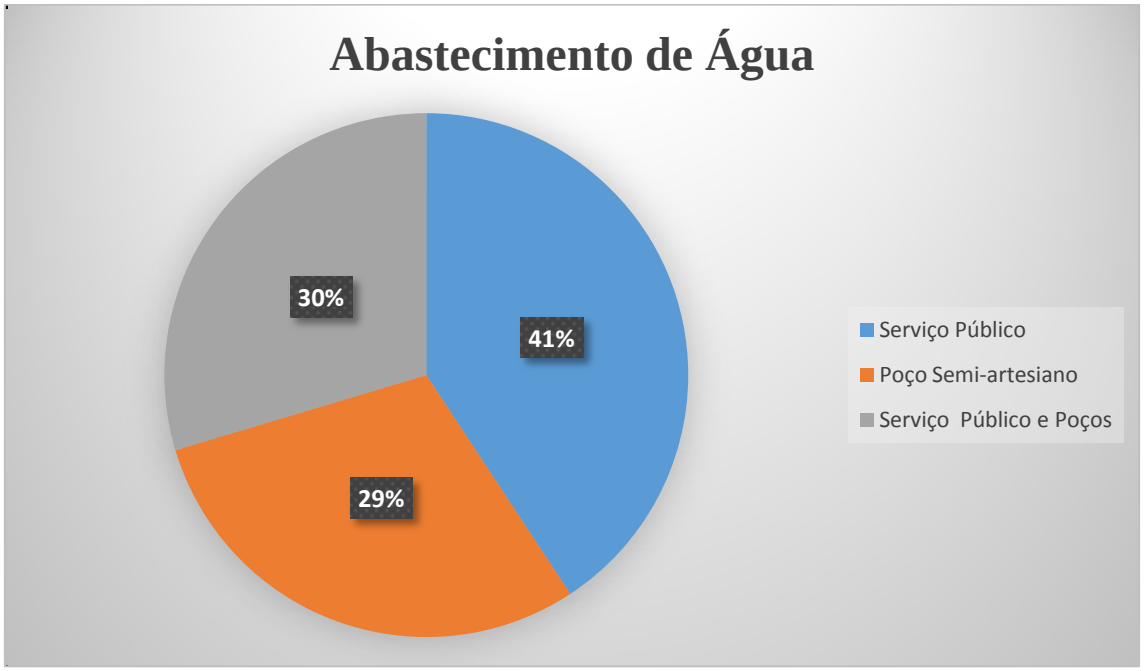


Figura 45: Gráfico com a porcentagem da utilização de água no setor Centro de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Os domicílios que fazem uso de poços questionaram se a profundidade dos mesmos. 62% dos poços possuem profundidade aproximada de 15 metros, 21% entre 16 e 20 metros e 17% entre 21 e 30.

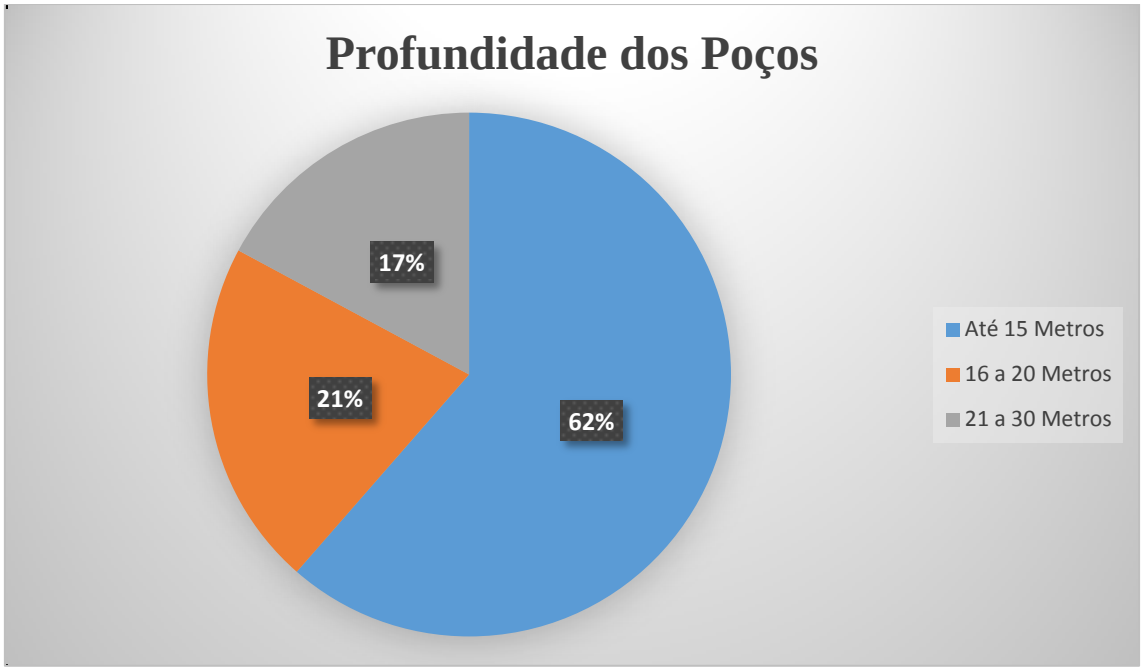


Figura 46: Gráfico com a profundidade dos poços no setor Centro de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Nos domicílios que utilizam água proveniente do serviço de abastecimento público, os residentes foram questionados quanto a qualidade do serviço prestado. 6% dizem ser bom, 15% regular, 33% ruim e 46% péssimo. Figura 47.

Os mesmos foram questionados quanto as principais reclamações em relação ao serviço de abastecimento púbico de água. 5% dizem que a principal reclamação e com o valor da tarifa, 40% dizem ser a frequência no fornecimento do produto, que em muitas oportunidades fica interrompido por várias horas, até mesmo dias. 55% com a qualidade do produto que quase sempre chega nas torneiras com coloração amarelo barroso e com muito sedimento. Figura 48

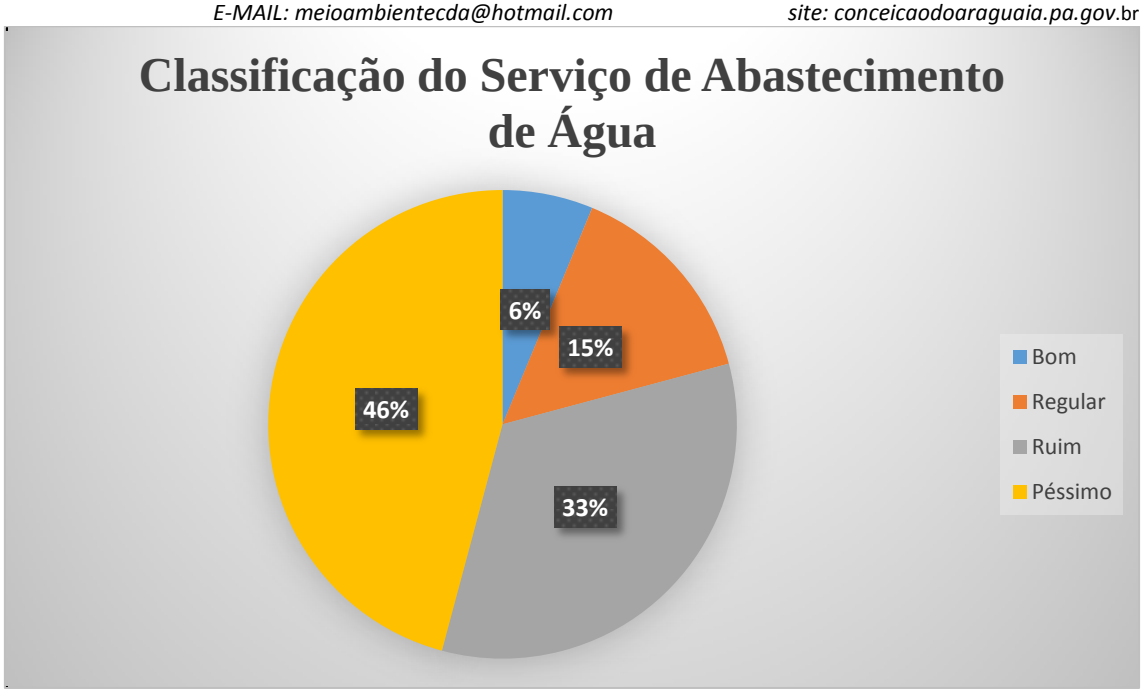


Figura 47: Gráfico com a satisfação dos residentes do setor Centro com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

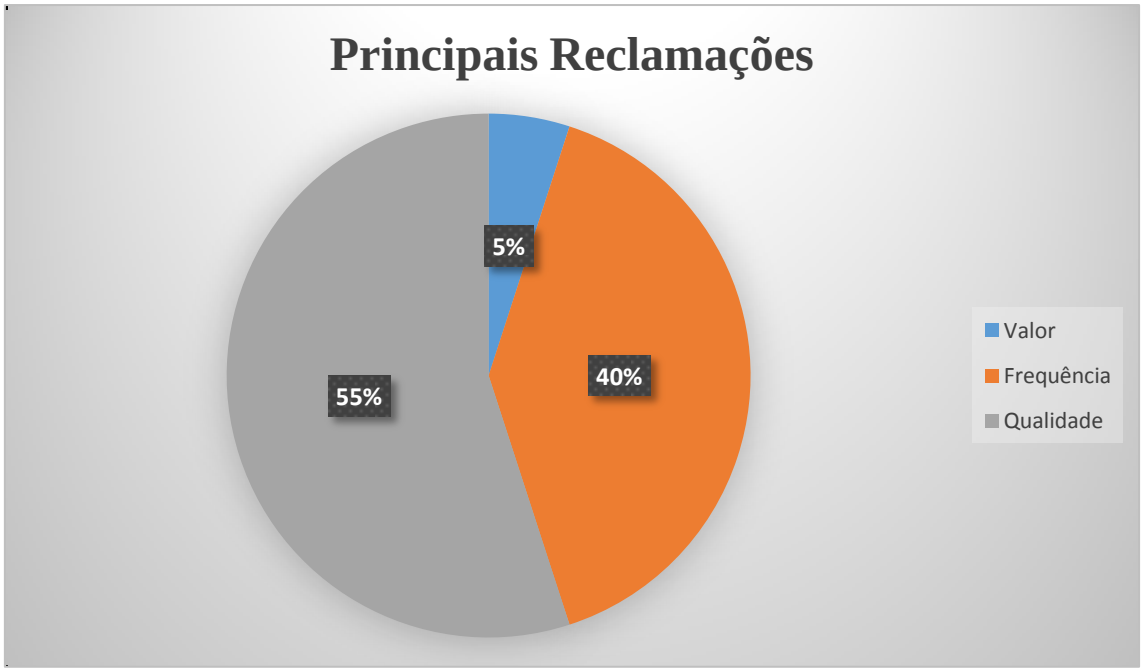


Figura 48: Gráfico com as principais reclamações dos residentes do setor Centro com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Quanto ao esgotamento sanitário o setor de mobilização centro não conta com rede coletora, sendo o esgoto lançado a céu aberto ou acondicionado em fossas, quase em sua totalidade fossas rusticas tipo sumidouro. Assim 95% do esgoto é lançado em fossas e 5% lançado a céu aberto escoando até o rio Araguaia.

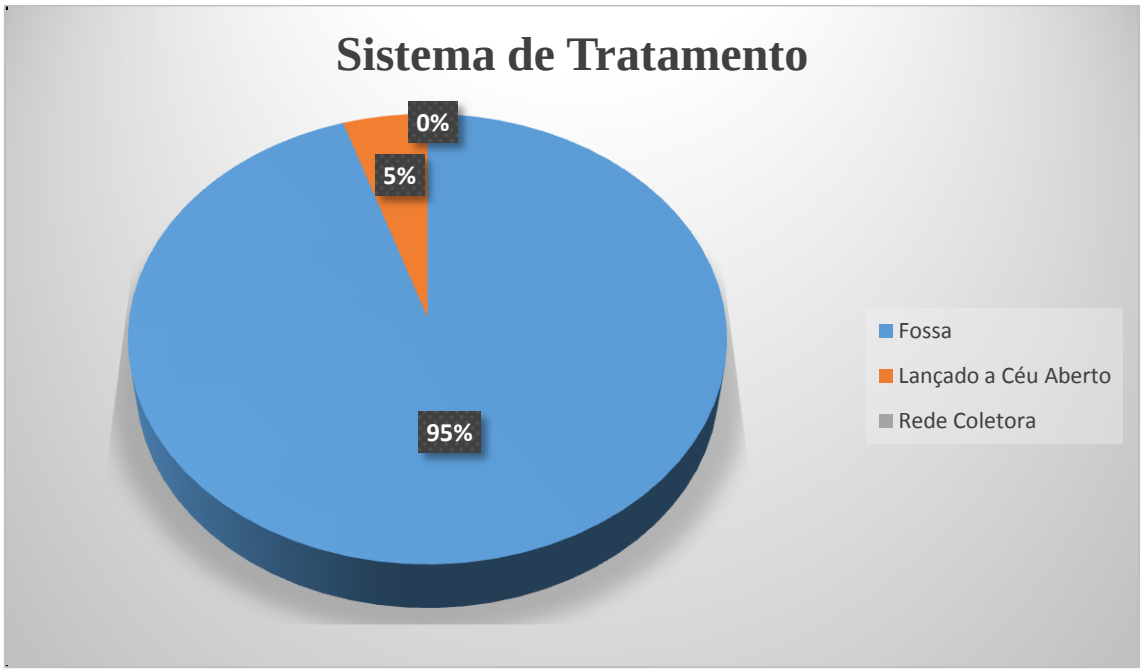


Figura 49: Gráfico com a porcentagem do sistema de tratamento de esgoto doméstico no setor centro em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Na vertente resíduos sólidos os moradores foram perguntados qual o destino eles dão resíduos gerados em suas residências. 76% afirmam que seus resíduos são recolhidos pelo sistema público, 7% enterram e 17% queimam.

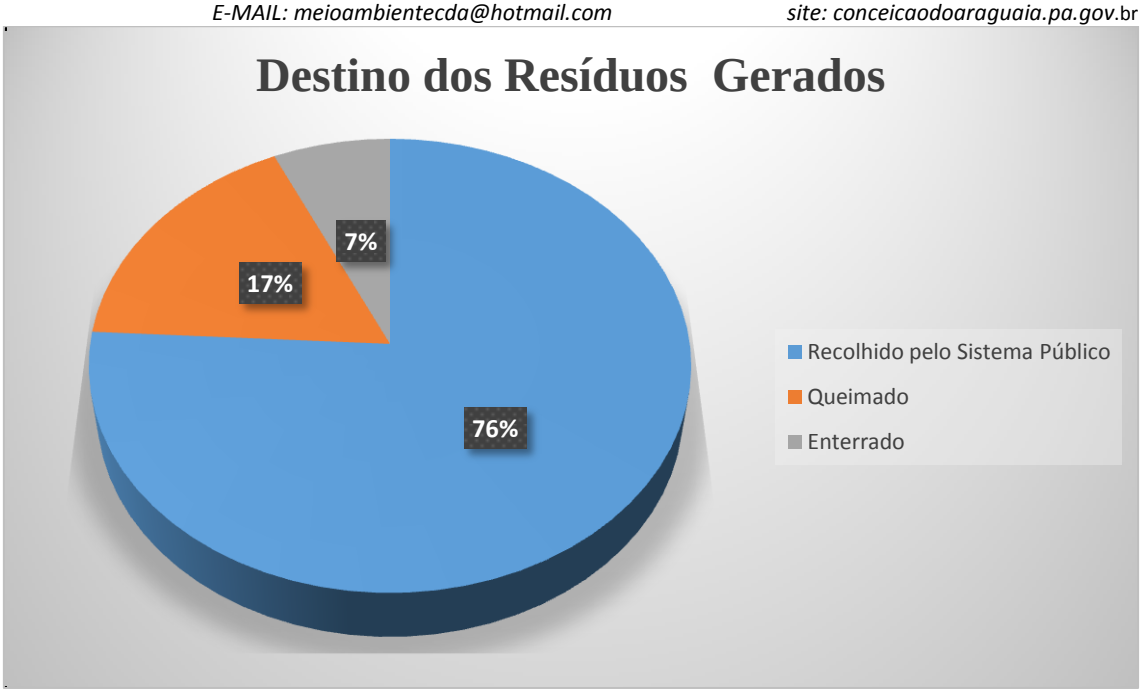


Figura 50: Gráfico com a destinação dos resíduos sólidos no setor centro em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Fator que merece atenção especial no gerenciamento dos resíduos sólidos é a frequência da coleta, neste sentido os moradores do setor centro foram questionados quanto a frequência com que os resíduos são coletados, 52% afirmam que a coleta é realizada uma vez na semana, 16% duas vezes, 27% três vezes e 5% uma vez. Figura 51.

Quanto a satisfação com o do serviço de coleta ofertado pelo município 55% o classificam como ruim, 25% péssimo, 12% regular e 8% bom.

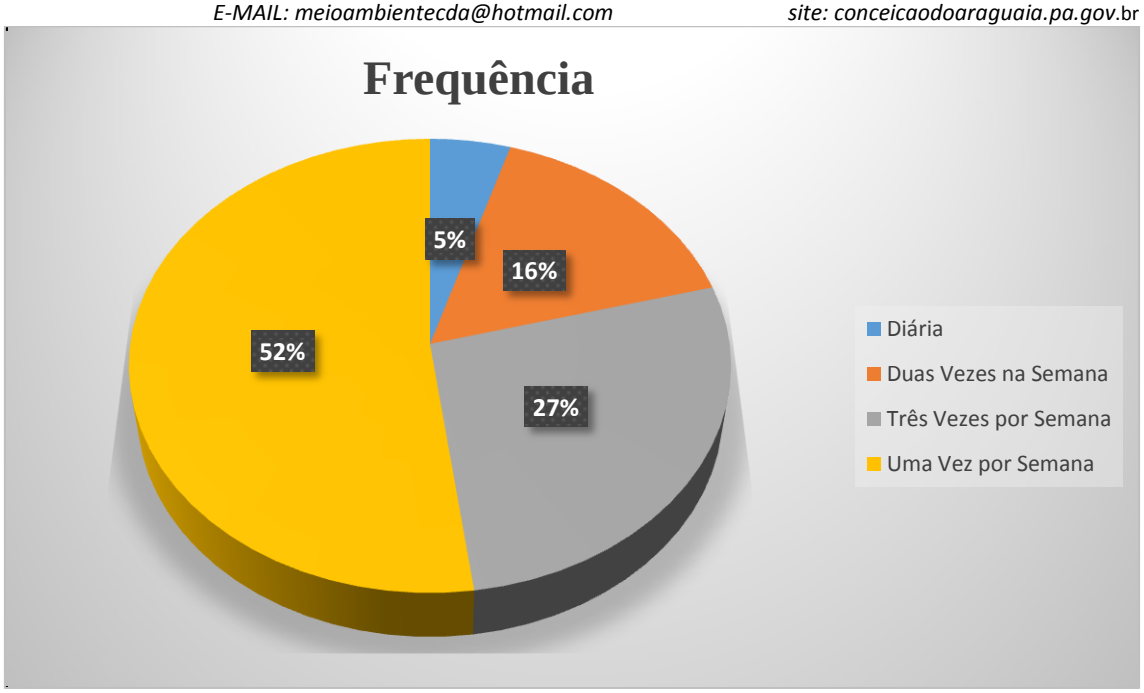


Figura 51: Gráfico com a frequência de coleta dos resíduos sólidos no setor centro em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

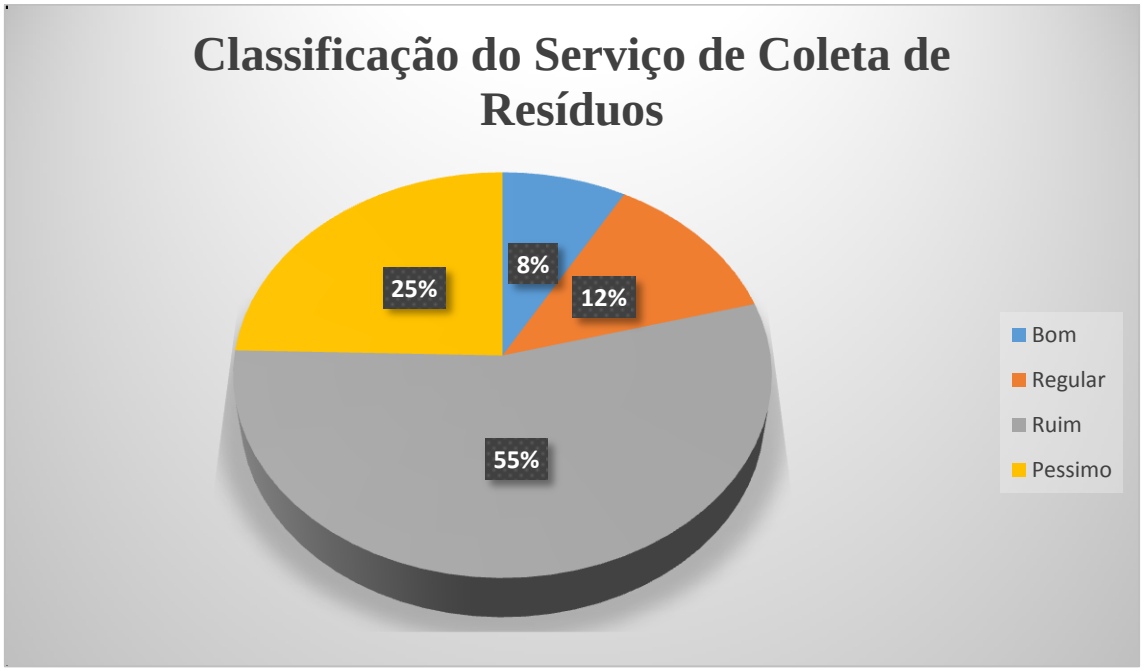


Figura 52: Gráfico com a satisfação com a prestação de serviço de coleta dos resíduos sólidos no setor centro em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Perguntou se aos moradores se adotam a separação dos resíduos em suas residências, 12% fazem separação dos resíduos sólidos mesmo sabendo que serão destinados de igual maneira ao aterro controlado 88% não adotam tal pratica. Figura 53.

Figura 53: Gráfico com a porcentagem dos domicílios que adotam a separação dos resíduos sólidos setor centro em Conceição do Araguaia – PA
Fonte: SEMMARH, (2016)

Setor Sul

O setor Sul é composto por 7 bairros, Tancredo Neves, Vila Nova, Morada do Sol, Vila Real, Vila Cruzeiro, Vila dos Pescadores e Emerêncio, os mesmos juntos possuem a quantidade de 4.314 domicílios e população aproximada de 13.813 residentes

Os moradores do setor sul foram questionados quanto ao uso da água em seus domicílios. Questionou se se a água utilizada é proveniente do sistema público de abastecimento ou fonte alternativa, poços. 65% dos domicílios questionados afirmam utilizar o sistema de abastecimento público, 20% poços semi-artesianos e 15% utilizam poços e sistema público.

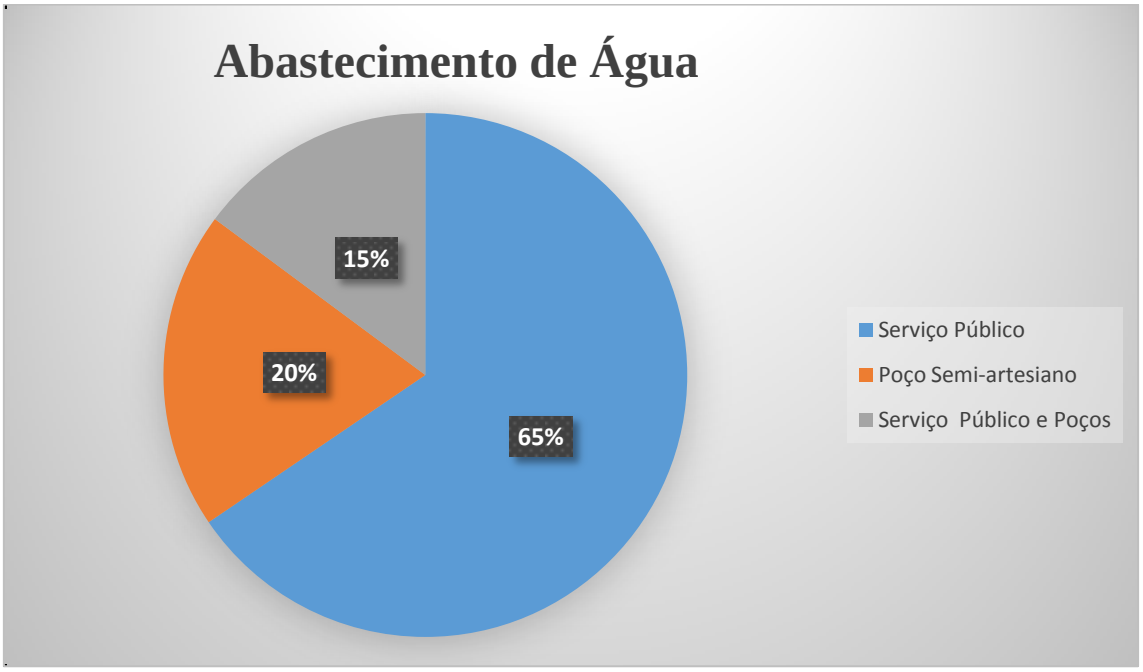


Figura 54: Gráfico com a porcentagem da utilização de água no setor sul de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Os domicílios que fazem uso de poços questionaram se a profundidade dos mesmos. 69% dos poços possuem profundidade aproximada de 15 metros, 19% entre 16 e 20 metros e 12% entre 21 e 30.

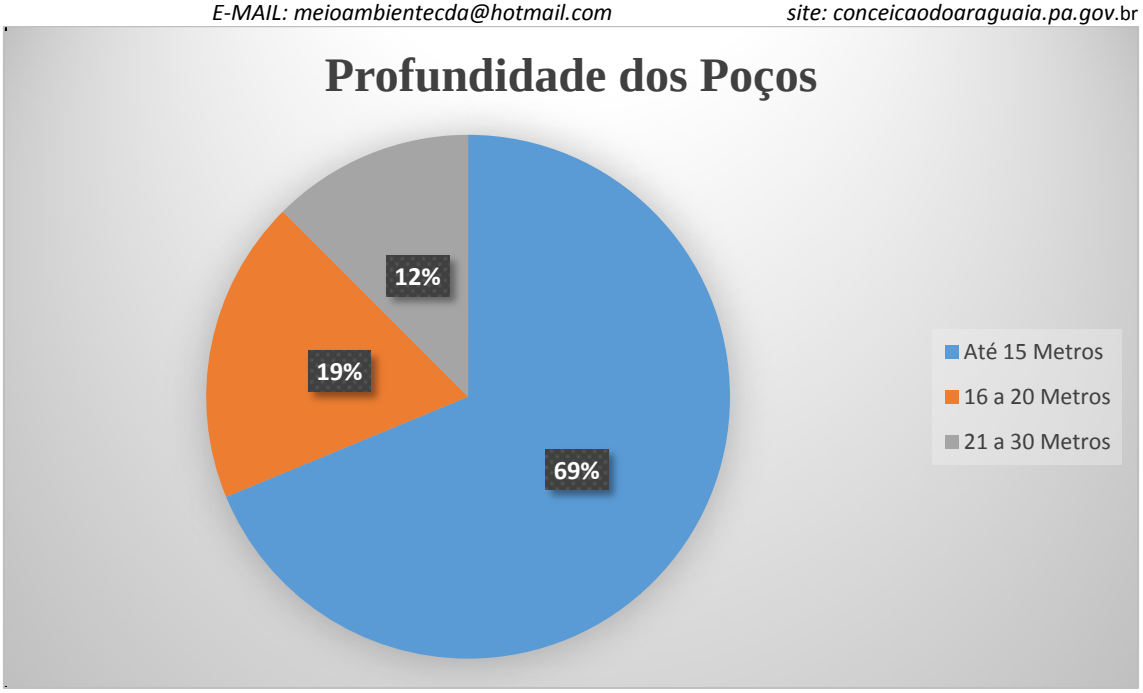


Figura 55: Gráfico com a profundidade dos poços no setor sul de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Nos domicílios que utilizam água proveniente do serviço de abastecimento público, os residentes foram questionados quanto a qualidade do serviço prestado. 7% dizem ser bom, 12% regular, 28% ruim e 53% péssimo. Figura 56

Os mesmos foram questionados quanto as principais reclamações em relação ao serviço de abastecimento púbico de água. 4% dizem que a principal reclamação e com o valor da tarifa, 53% dizem ser a frequência no fornecimento do produto, que em muitas oportunidades fica interrompido por várias horas, até mesmo dias. 43% com a qualidade do produto que quase sempre chega nas torneiras com coloração amarelo barroso e com muito sedimento. Figura 56.

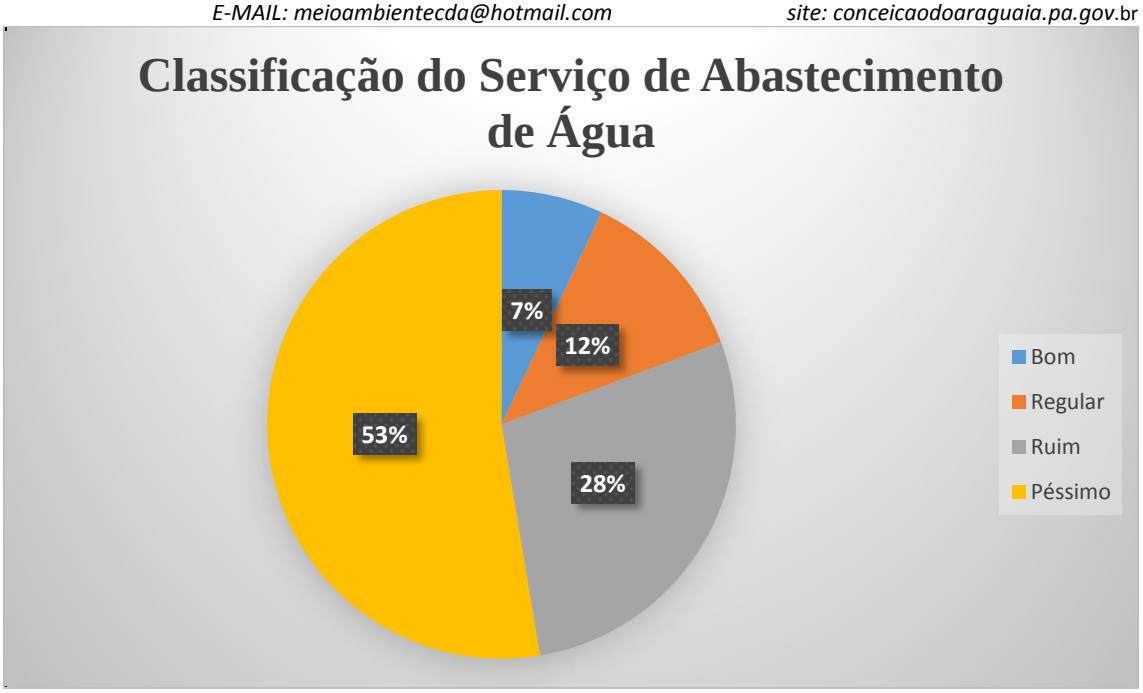


Figura 56: Gráfico com a satisfação dos residentes do setor sul com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

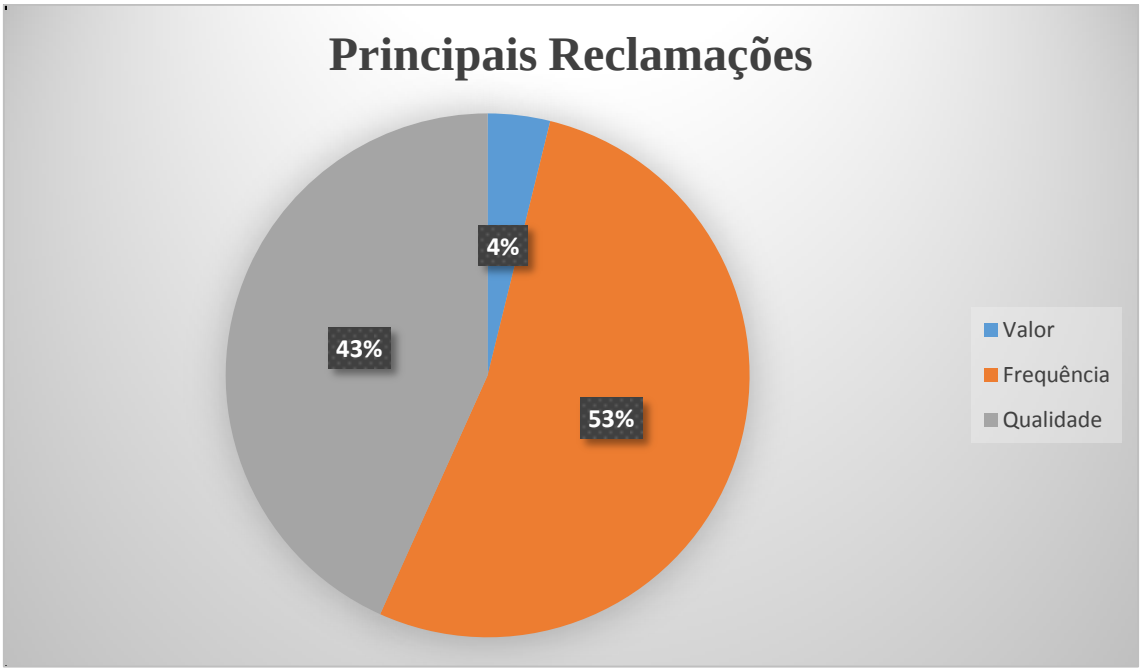


Figura 57: Gráfico com as principais reclamações dos residentes do setor sul com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Quanto ao esgotamento sanitário o setor de mobilização sul não conta com rede coletora, sendo o esgoto lançado a céu aberto ou acondicionado em fossas, quase em sua totalidade fossas rusticas tipo sumidouro. Assim 92% do esgoto é lançado em fossas e 8% lançado a céu aberto escoando até o rio Araguaia. Figura 57.

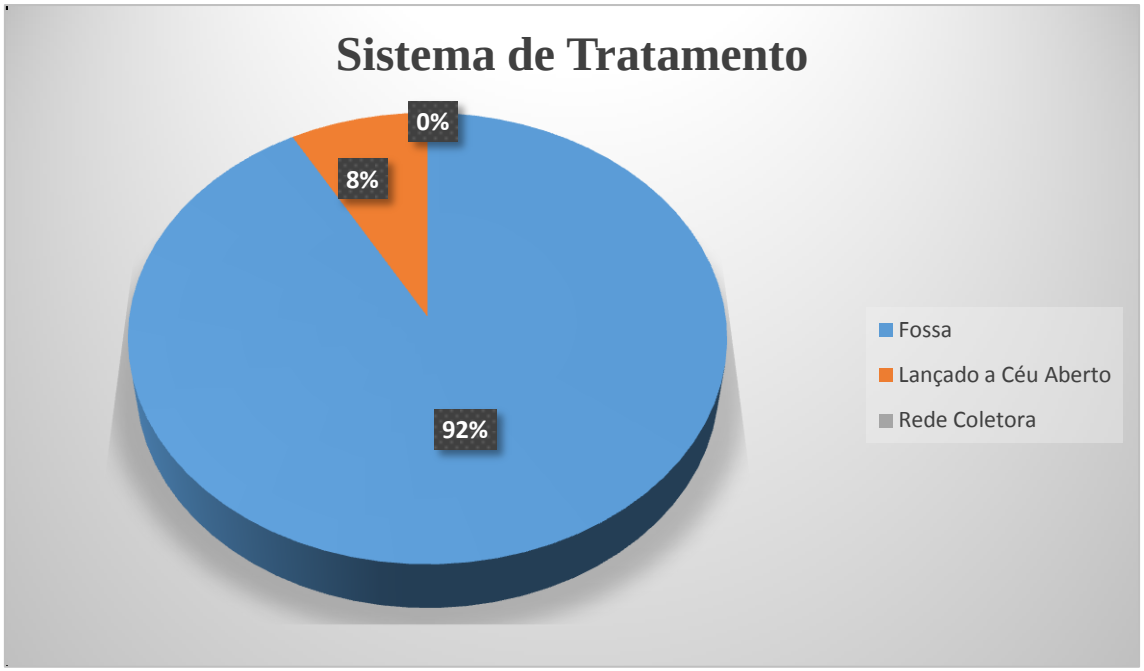


Figura 58: Gráfico com a porcentagem do sistema de tratamento de esgoto doméstico no setor sul em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Na vertente resíduos sólidos os moradores foram perguntados qual o destino eles dão resíduos gerados em suas residências. 65% afirmam que seus resíduos são recolhidos pelo sistema público,16% enterram e19% queimam. Figura 59.

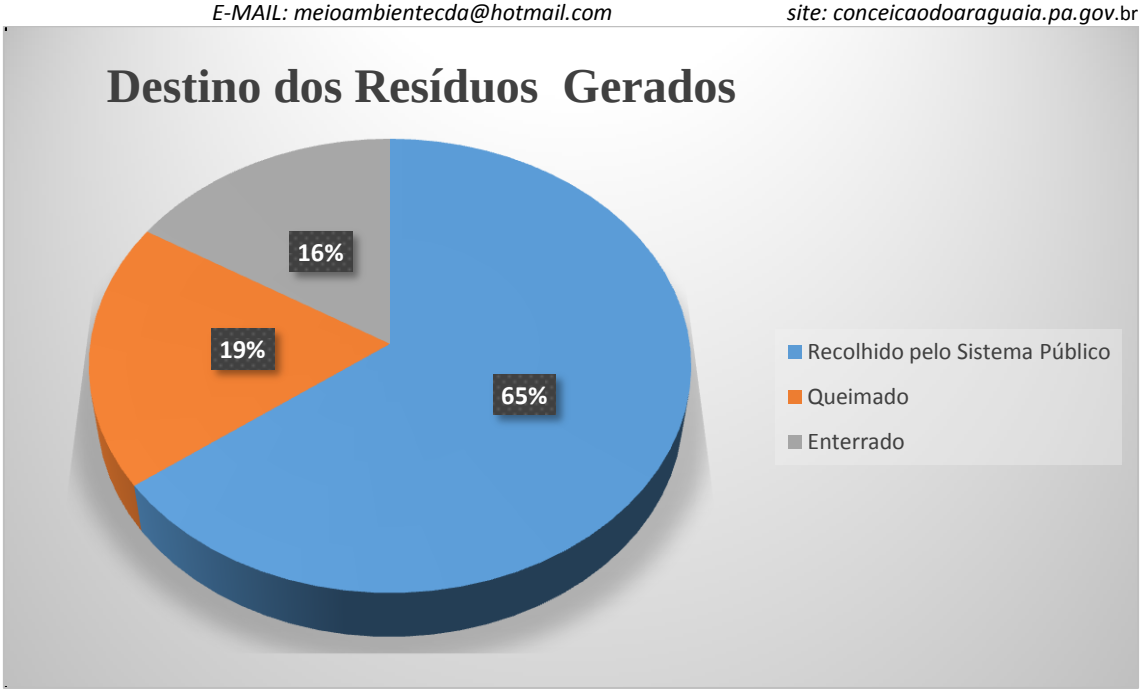


Figura 59: Gráfico com a destinação dos resíduos sólidos no setor sul em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Fator que merece atenção especial no gerenciamento dos resíduos sólidos é a frequência da coleta, neste sentido os moradores do setor sul foram questionados quanto a frequência com que os resíduos são coletados, 61% afirmam que a coleta é realizada uma vez na semana, 12% duas vezes,23% três vezes e 4% todos os dias. Figura 60. Quanto a satisfação com o do serviço de coleta ofertado pelo município 59% o classificam como ruim, 24% péssimo, 12% regular e 5% bom. Figura 61.

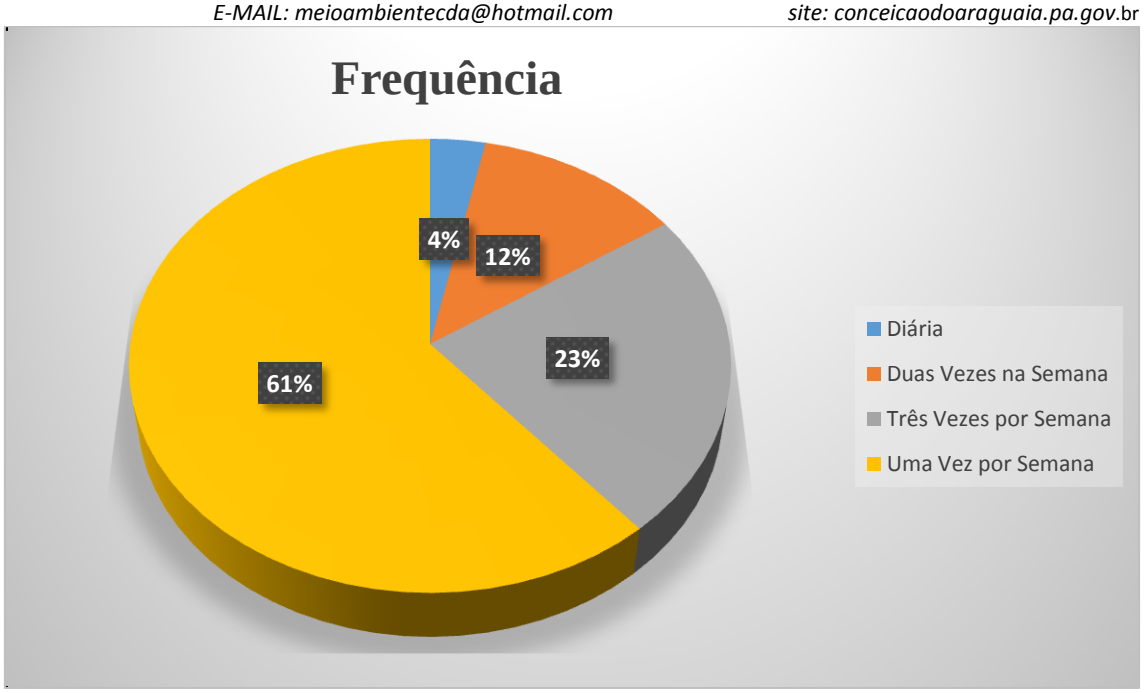


Figura 60: Gráfico com a frequência de coleta dos resíduos sólidos no setor sul em Conceição do Araguaia – PA
Fonte: SEMMARH, (2016)

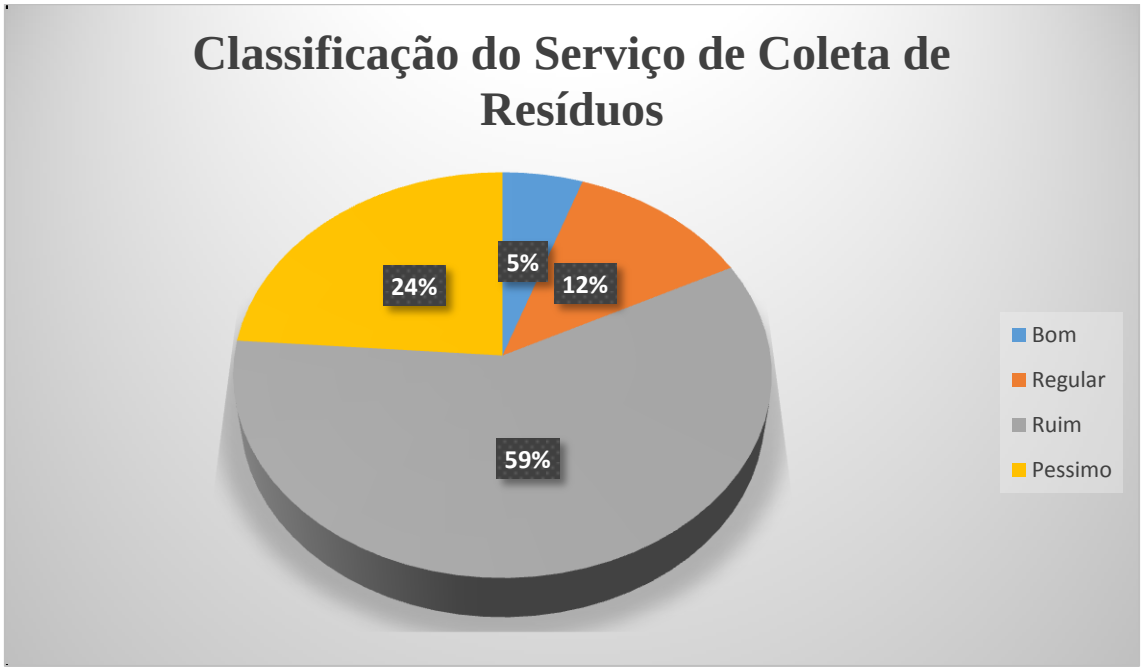


Figura 61: Gráfico com a satisfação com a prestação de serviço de coleta dos resíduos sólidos no setor sul em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Perguntou se aos moradores se adotam a separação dos resíduos em suas residências, 5% fazem separação dos resíduos sólidos mesmo sabendo que serão destinados de igual maneira ao aterro controlado 95% não adotam tal pratica. Figura 62.

Figura 62: Gráfico com a porcentagem dos domicílios que adotam a separação dos resíduos sólidos setor sul em Conceição do Araguaia – PA
Fonte: SEMMARH, (2016)

Setor norte

O setor norte é composto por 6 bairros, São Luiz I, Vila da Amizade, Universitário, Canudinho, Giovamira e Olaria Norte, os mesmos juntos possuem a quantidade de 2.424 domicílios e população aproximada de 9.555 residentes

Os moradores do setor norte foram questionados quanto ao uso da água em seus domicílios. Questionou se se a água utilizada é proveniente do sistema público de abastecimento ou fonte alternativa, poços. 58% dos domicílios questionados afirmam utilizar o sistema de abastecimento público, 29% poços semi-artesianos e 13% utilizam poços e sistema público.

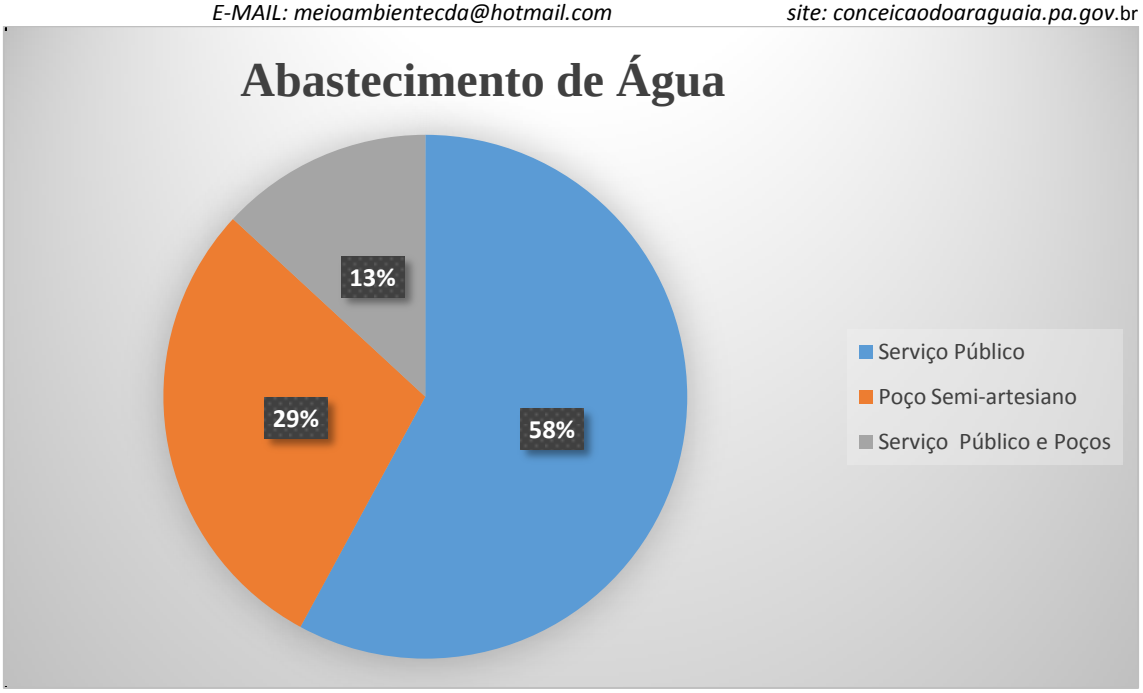


Figura 63: Gráfico com a porcentagem da utilização de água no setor norte de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Os domicílios que fazem uso de poços questionaram se a profundidade dos mesmos. 68% dos poços possuem profundidade aproximada de 15 metros, 14% entre 16 e 20 metros e 18% entre 21 e 30.

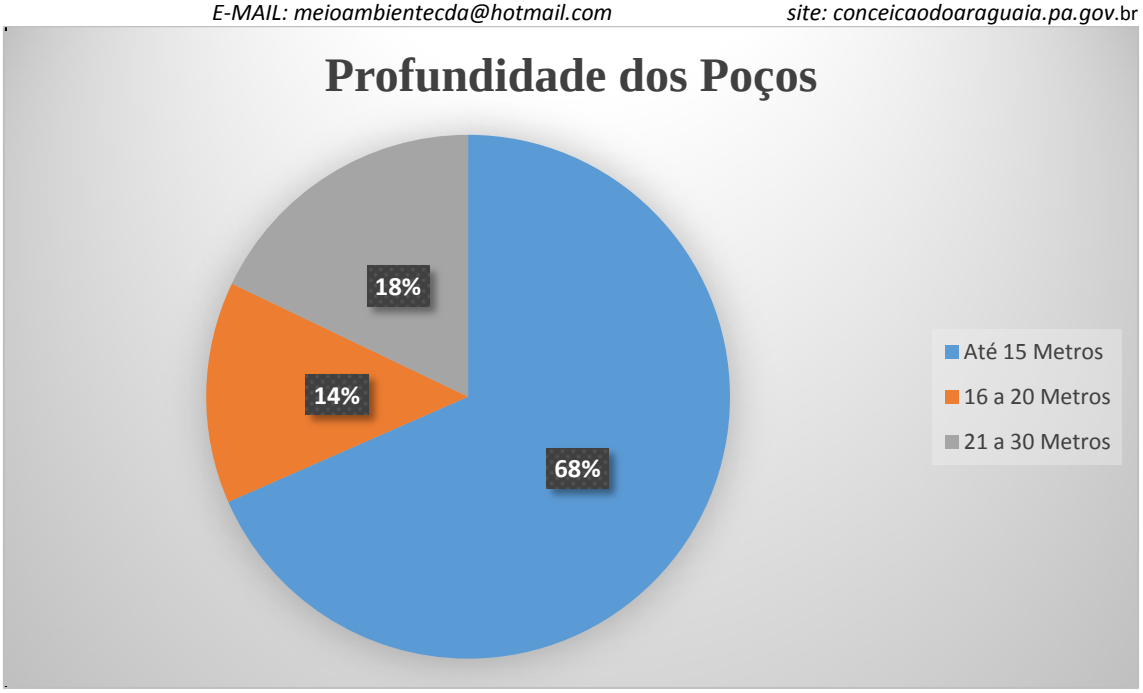


Figura 64: Gráfico com a profundidade dos poços no setor norte de Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Nos domicílios que utilizam água proveniente do serviço de abastecimento público, os residentes foram questionados quanto a qualidade do serviço prestado. 9% dizem ser bom, 12% regular, 31% ruim e 48% péssimo. Figura 65.

Os mesmos foram questionados quanto as principais reclamações em relação ao serviço de abastecimento púbico de água. 4% dizem que a principal reclamação e com o valor da tarifa, 50% dizem ser a frequência no fornecimento do produto, que em muitas oportunidades fica interrompido por várias horas, até mesmo dias. 46% com a qualidade do produto que quase sempre chega nas torneiras com coloração amarelo barroso e com muito sedimento. Figura 65.

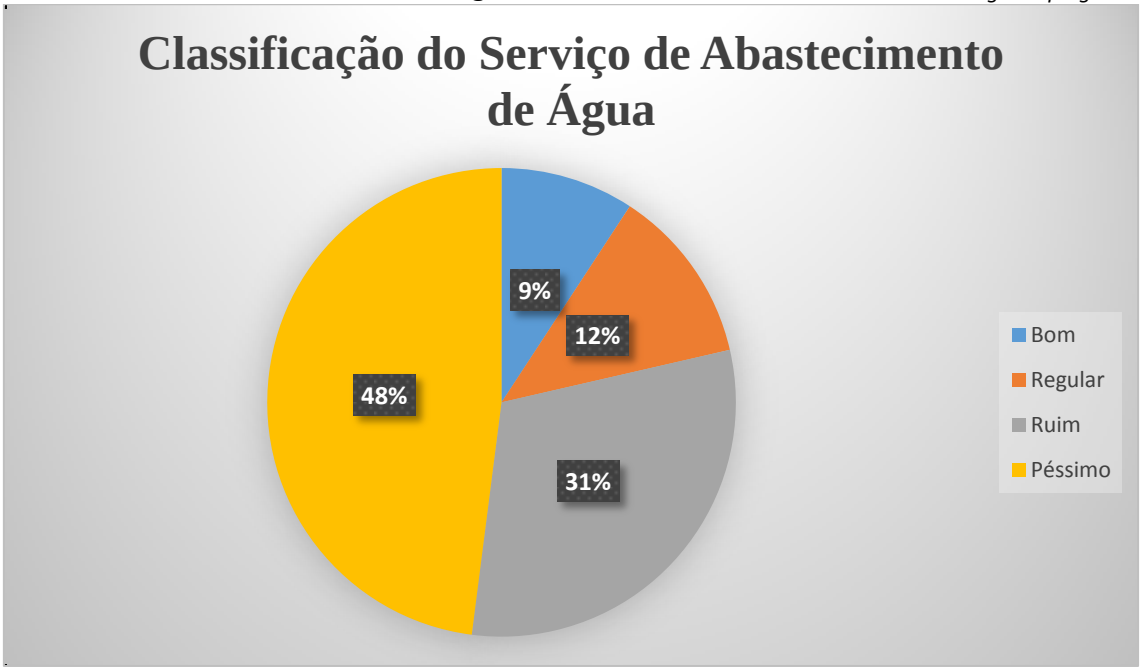


Figura 65: Gráfico com a satisfação dos residentes do setor norte com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Quanto ao esgotamento sanitário o setor de mobilização norte não conta com rede coletora, sendo o esgoto lançado a céu aberto ou acondicionado em fossas, quase em sua totalidade fossas rusticas tipo sumidouro. Assim 95% do esgoto é lançado em fossas e 5% lançado a céu aberto escoando até o rio Araguaia. Figura 67. Neste setor está sendo construído 8.526,74 metros de rede coletora a obra está em sua fase final de implantação.

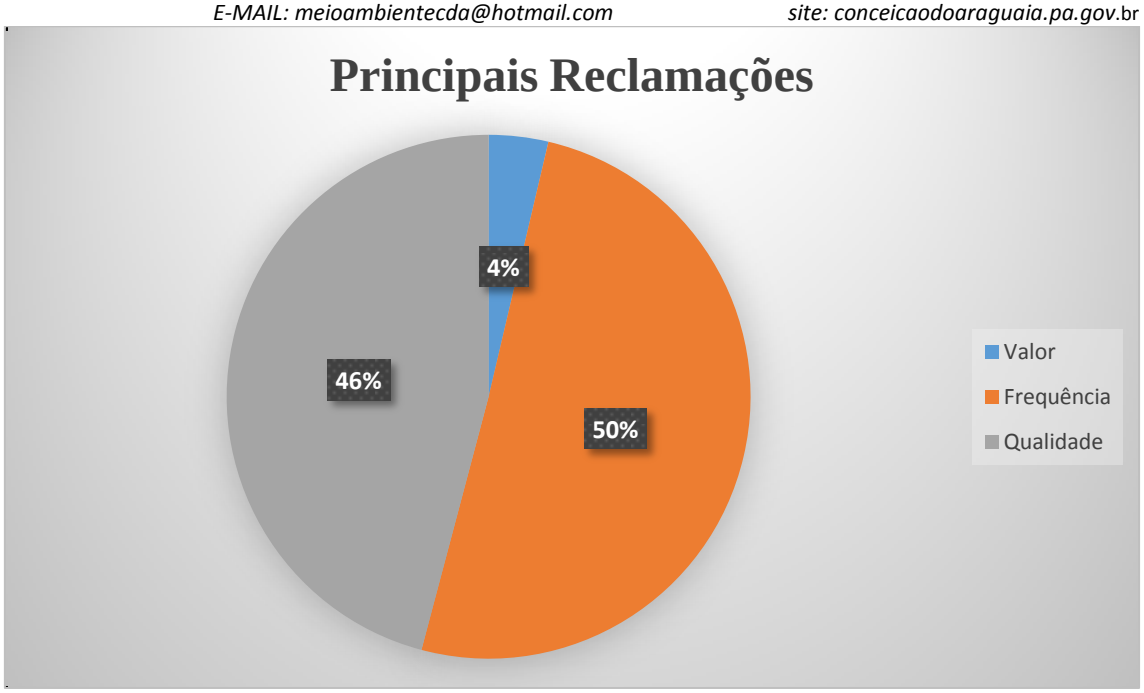


Figura 66: Gráfico com as principais reclamações dos residentes do setor norte com a prestação do Serviço de Abastecimento Público de Água em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

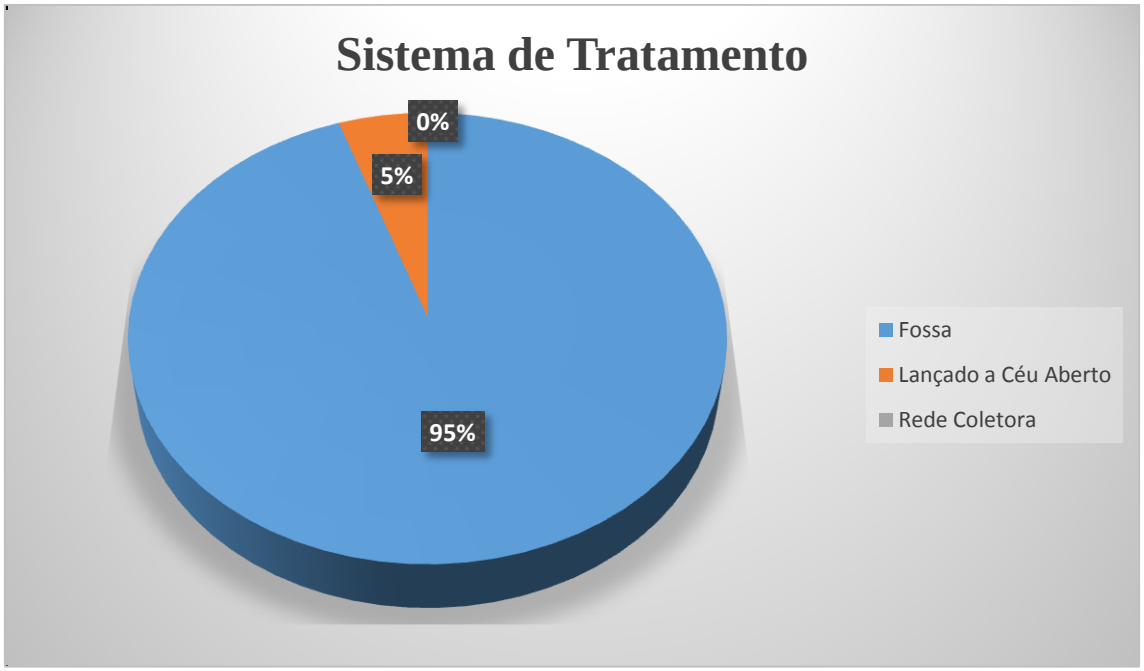


Figura 67: Gráfico com a porcentagem do sistema de tratamento de esgoto doméstico no setor norte em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

Na vertente resíduos sólidos os moradores foram perguntados qual o destino eles dão resíduos gerados em suas residências. 68% afirmam que seus resíduos são recolhidos pelo sistema público, 14% enterram e 18% queimam. Figura 68.

Figura 68: Gráfico com a destinação dos resíduos sólidos no setor norte em Conceição do Araguaia – PA.
Fonte: SEMMARH, (2016)

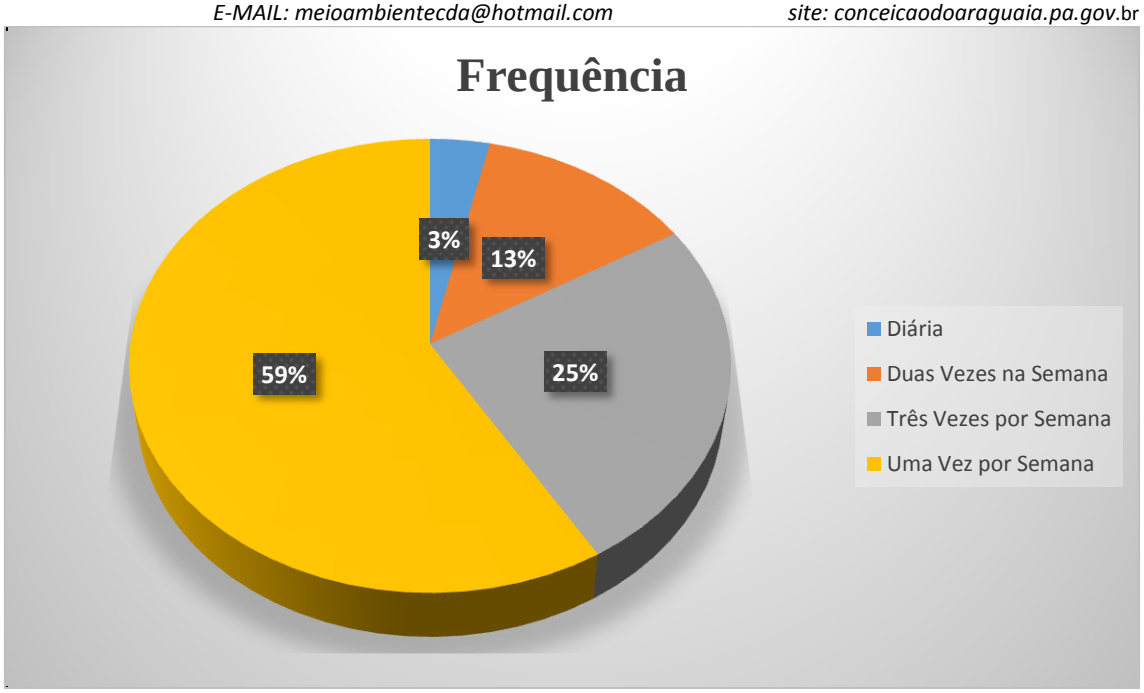


Figura 69: Gráfico com a frequência de coleta dos resíduos sólidos no setor norte em Conceição do Araguaia – PA
Fonte: SEMMARH, (2016)

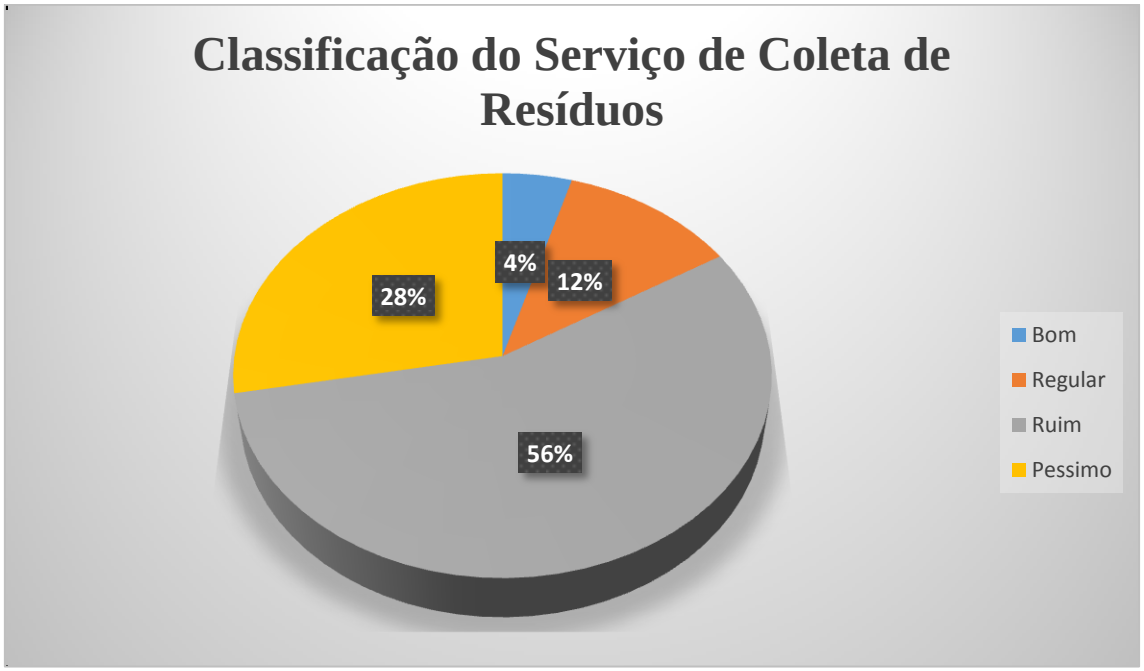


Figura 70: Gráfico com a satisfação com a prestação de serviço de coleta dos resíduos sólidos no setor norte em Conceição do Araguaia – PA
Fonte: SEMMARH, (2016)

Fator que merece atenção especial no gerenciamento dos resíduos sólidos é a frequência da coleta, neste sentido os moradores do setor centro foram questionados quanto a frequência com que os resíduos são coletados, 59% afirmam que a coleta é realizada uma vez na semana, 13% duas vezes, 25% três vezes e 3% todos os dias. Figura 69. Quanto a satisfação com o do serviço de coleta ofertado pelo município 56% o classificam como ruim, 28% péssimo, 12% regular e 4% bom. Figura 69

Perguntou se aos moradores deste setor se os mesmos adotam a separação dos resíduos em suas residências, 2% fazem separação dos resíduos sólidos mesmo sabendo que serão destinados de igual maneira ao aterro controlado 98% não adotam tal pratica. Figura 71.

Figura 71: Gráfico com a porcentagem dos domicílios que adotam a separação dos resíduos sólidos setor norte em Conceição do Araguaia – PA
Fonte: SEMMARH, (2016)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL: Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: **manual de orientação,** Brasília, 2012

BRASIL: Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. rev. – Brasília, Fundação Nacional de Saúde, 2006.

CONSONI, A. J.; SILVA, I. C.; GIMENEZ FILHO, A. Disposição final do lixo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT/CEMPRE, São Paulo, 2000.

COMCAP: Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Urbanos de Florianópolis, UFSC, 2002.

COSANPA: disponível em: **<http://www.cosanpa.pa.gov.br/>.** Acesso em 15 de julho de 2016.

INCRA: Assentados da Reforma Agraria, disponível em: < http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria> Acesso em: 19 de agosto de 2016.

NBR 10.004; Resíduos sólidos: disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=936>. Acesso em 26 de julho de 2016.

IBGE: Cidades; disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 26 de julho de 2016.

PORTAL DOS RESÍDUO: Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, disponível em: < http://www.portalresiduossolidos.com/o-portal/> Acesso em 26 de julho de 2016.

INEP: Pesquisa Nacional Da Educação, disponível em: < http://www.inep.gov.br/web/guest/home> Acesso em: 12 de maio de 2016.

SIAB: Sistema de Informação da Atenção Básica, disponível em: < http://dab.saude.gov.br/portaldab/siab.php> Acesso em: 23 de maio de 2016.

SISVAN: Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional, disponível em: <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/login.php?acesso_negado=true> Acesso em: 12 de maio de 2016.

CELPA: disponível em: <http://www.celpa.com.br/residencial/servicos/informar-falta-de-energia> Acesso em: 29 julho de 2016.